MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

Padre Joaquim José da Rocha Espanca

CADERNOS CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Cadernos Culturais da Câmara Municipal de VILA VIÇOSA

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecerão aos leitores em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

NA CAPA:

Convento de S. Francisco dos Capuchos

NA CONTRACAPA:

Recanto pitoresco do Solar dos Peixinhos

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia integral do texto do manuscrito de AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, tendo-se unicamente procedido às actualizações ortográficas que as circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

CAPITULO CXXVI

Festa gratulatória na Matriz pela definição do dogma da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Outras que se fizeram na vila e seu termo.

I

Reanimação de Vila Viçosa

Surge, propera, amica mea, et veni.
(Cant. II, 10)

Parecia adormecida em letárgico sono a nossa querida pátria desde o ano de 1834 - ano fatídico para ela, ano em que lhe foi tirada uma boa parte de suas preciosas jóias e adereços de muito subido valor. Não dava sinais de vida a outrora tão rica, feliz e animosa Calípole senão como o enfermo que, prostrado no seu leito de dores, se estorce em agonias gemendo aflito em luta com a morte. Caíra numa espécie de síncope que só agora começava a dissipar-se tornando a si a pobre, a desolada, mas que dantes fôra bela e opulenta Princesa da Transtagana!

Os sentimentos de fé, amor e devoção para com a Imaculada Virgem representada na vetusta Imagem que o valente e pio Condestável D. Nuno lhe dera por sua Padroeira, sentimentos que eram talvez os minguados sinais da sua angustiosa vida moral, avivaram-se... expandiram-se quando em 8 de Dezembro de 1854 falou *urbi et orbi* do alto da Cadeira Pontifícia o Venerando e Imortal Pio IX! A corrente eléctrica dali emanada veio tocar-lhe nos amortecidos membros... Estremeceu a lânguida, a enfermiça Calípole, mas de prazer e alegria! Titilaram-lhe as entranhas ao perceber como que a voz de um Anjo que lhe bradava: - *Ergue-te do pó da tua humilhação, tu que fôras donosa Princesa do Alentejo! Apressa-te a envergar a túnica de púrpura da tua incontestável nobreza, o teu manto de arminhos glorioso. Cinge-te com os adereços do tempo da tua jucundidade, recompõe tua grinalda de louro, hera e rosas, oh Pátria do Rei da Imaculada! Despendura, afina tuas cítaras já esquecidas e vem juntar teus cânticos aos que desferem as línguas e harpas*

dos crentes de todo o Universo, pois hoje foi engastada mais uma pérola no diadema divinal que orna a fronte da tua adorada Rainha do Céu!...

E a velha, a prostrada Calípole, reanimou-se! Cobrou ânimo, tirou forças da sua mesma fraqueza com o regozijo que lhe começou logo a brotar do íntimo da alma! Levantou-se e sentou-se no leito de dores já com galhardo, ledo e festivo aspecto, esquecendo as suas anteriores misérias e aflições... Reassumiu como por encanto a sua antiga energia! Pôs-se de pé, lidou, lidou quanto lhe era possível preparando magnificentes festas à Rainha espiritual sua e de todos os Portugueses... Não a cansava esta faina porque lhe redobrava as forças o seu mesmo gosto e devotado amor! Despiu as sórdidas e lutuosas vestes do tempo dos seus infortúnios, do seu pranto, da sua amargura, para, um dia ao menos, galante, risonha e adornada com os atavios de épocas mais venturosas entoar hinos de louvor ao Omnipotente que se dignara mais uma vez revelar à face do mundo inteiro as glórias sem igual da Santa Mãe do Redentor!

Vila Viçosa não parecia a mesma no ano de 1855! A definição de Pio IX veio transformá-la!

Ainda mais esta vez admirámos nela e em todo o Orbe Católico os mágicos efeitos do sentimento religioso quando profundo e eficaz, desse bálsamo consolador concedido por Deus à espécie humana para lenitivo dos seus males, desse bálsamo indispensável para colar umas às outras as vontades e os pensamentos dos homens...

Oh quam bonum et quam jucundum habitare fratres in unum! Oh, quanto é bom e quanto aprazível ver os homens associados numa união fraternal, doce, meiga, suave, nutridos todos pelo mesmo pão do espírito, inflamados todos pela mesma vontade, pelas mesmas tendências, pelas mesmas aspirações!

Um certo fluído nervoso que o Criador nos insuflou para se apertarem os laços da vida social obriga-nos muitas vezes a rir só de ver rir e a chorar só de ver chorar... É por este modo que se explica a fácil propagação dos bons e dos maus exemplos! Agora porém que esse atractivo natural era confortado por um objecto de geral simpatia na encantadora devoção da Virgem Imaculada, os afectos dos Calipolenses concentraram-se todos nessa Virgem três vezes Santa. Os corações foram (se assim o devo dizer) magnetizados por essa mesma devoção terna e ardentíssima. Deixou de haver distinção entre devotos e não devotos porque todos o eram simultâneamente. Os mais tíbios até ali sentiram escaldar-se-lhes o peito com a corrente eléctrica do fervor religioso e até os forasteiros se viram dominados por uma certa ma-

gia, uma certa força oculta, mas poderosa, irresistível que os obrigou a unirem-se connosco nos mesmos desígnios, nas mesmas tendências, nos mesmos propósitos...

Parece que o ambiente mesmo estava impregnado de fé e obsequiosa devoção à Engraçada Virgem e que bastava respirá-lo qualquer para ficar possuído logo do espírito da povoação da Princesa dos vales!

II

A definição do Papa Pio IX

Rogavi pro te, ut non deficiat fides tua... confirma fratres tuos.

(Lucas, XXII, 22)

Loquere Domine, quia audit servus tuus.

(I Reg., III, 10)

Quando o Santíssimo Padre, de gloriosa e eterna memória, estava refugiado em Gaieta no ano de 1849, ditou-lhe o seu filial afecto e terna devoção para com a Santíssima Virgem que devia pronunciar uma definição clara, decisiva e solene do Mistério da Imaculada Conceição da Virgem Mãe de Deus, a quem Ele, Pontífice, prestava amoroso culto desde criança como assevera na sua Encíclica. Dali mesmo do exílio dirigiu uma Circular aos Bispos de toda a Igreja Católica consultando-os sobre os seus próprios sentimentos e sobre os dos seus diocesanos a respeito desta, ainda então, pia crença. Entre tantos centenares de Prelados, apenas uns cinco se mostraram desfavoráveis, mais a serem oportunos os dias presentes para uma definição perentória do que a constatarem a existência dessa piedosa fé nos seus rebanhos.

Não eram Portugueses esses Prelados.

Os Bispos do nosso país, e com especialidade o Arcebispo de Braga D. Pedro Paulo de Figueiredo, não só atestaram ser comum entre os Portugueses a crença de que a Bem-aventurada Virgem fôra isenta do pecado original, mas rogaram instantemente ao Venerando Pontífice que pronunciasse uma decisão absoluta de que a Virgem Santíssima não herdara a original culpa de Adão para tal doutrina ficar sendo uma crença obrigatória, isto é, um dogma para

todos os filhos da Santa Igreja Católica. - Santo Padre (acrescentavam os Bispos Portugueses), não desistais do vosso propósito. Dai-nos o prazer de vermos o que em vão desejaram presenciar nossos avós há mais de quatro séculos. Apareça uma solene definição deste ponto da doutrina católica de forma que para o futuro ou se creia na Imaculada Conceição de Maria ou fique sendo herege quem o não crer. Tais foram em resumo as respostas dos Bispos de Portugal.

Restituído a Roma pelas armas da França o Grande Pontífice em 1851 e acabadas de coleccionar as consultas dos Bispos de toda a Igreja Católica, viu ele claramente que esta crença tinha universalidade de tempo, de lugar e de pessoas e que, sendo conforme às doutrinas explicitamente reveladas na Sagrada Escritura, se davam nela todos os requisitos essenciais para constituir um dogma de fé. Nestas condições mandou redigir a Bula *Ineffabilis Deus* para ser publicada em Roma a 8 de Dezembro de 1854, pronunciando ele mesmo *ex cathedra* essa definição dogmática em termos claros e precisos como Doutor e Mestre infalível da Igreja Universal em matérias de fé e de moral.

Para dar mais solenidade a esta cerimónia, convidou os Bispos a concorrerem a Roma e entregou à sua revisão a mencionada Bula em cuja redacção apenas fizeram leves retoques. Apesar de subir a 194 o número dos Bispos congregados nessa ocasião (contando-se entre eles o nosso Patriarca D. Guilherme), não teve essa reunião o carácter de Concílio porque não foram convocados para tal fim, mas unicamente para sufragarem a Definição Pontifícia dando maior pompa à celebração deste acto.

Publicada que foi a definição por meio da respectiva Bula, acompanhada de Pastorais dos Prelados de cada uma das dioceses, exultaram de júbilo os devotos de Maria em todas as cinco partes do mundo sublunar.

As festas gratulatórias a Deus e à Virgem Imaculada por este sinal visível do aumento da Santa Fé Católica e piedosa devoção à mesma Beatíssima Virgem ecoaram por montes e vales em toda a redondeza da terra...

Durante um ano e mais não cessou o estrondo prazenteiro destas festividades.

Em Portugal, até nas mais humildes e obscuras aldeias, admiraram-se prodígios de amor à Santa Virgem traduzidos em cultos pomposos de acção de graças pela glorificação da boa Mãe do Céu. Assim se verificou mais uma vez solenemente o seu vaticínio de que todas as gerações lhe chamariam BEM-AVENTURADA.(1)

---

(1) Lucas, I, 48.

Mas vamos ver como foi a festa principal de Vila Viçosa.

III

Os preparativos da grande festa Calipolense

Amor stare non potest: magna enim operatur, si est.

(Santo Agostinho)

Quando o sol de Março de 1855 principiava a aquentar os corpos inoculando-lhes novos elementos de vitalidade, começava também o espírito religioso a tomar vigor crescendo e medrando à proporção que o sol se ia aproximando da nossa temperada zona.

Comentavam-se as festas gratulatórias que por todo o Reino de Portugal se realizavam já em honra de Deus e de sua Santa Mãe e dizia-se em Vila Viçosa que sendo, por tradição, a sua Igreja Matriz o mais antigo templo da península Hispânica levantado em honra da Virgem da Conceição, devia fazer-se nele uma festa mais pomposa do que em todas as outras igrejas da mesma península. Acrescentava-se ainda que, sendo a milagrosa Imagem da Matriz o Orago da Real Capela desde 1818, devia a Casa de Bragança contribuir com um valioso donativo para esta solenidade a não querer celebrar ela mesma uma outra privativamente sua. E ainda insinuavam outros que, sendo a nossa Matriz conjuntamente com a Capela Real, a cabeça da Ordem militar da Conceição, deviam os Oficiais da mesma ordem em todo o Reino abrir também as suas bolsas para aumentar-lhe a magnificência que tantos títulos reclamavam.

Entretanto as duas Confrarias Régias - dos Oficiais e dos Escravos, a quem mais estreitamente incumbia este dever, começaram a dar as necessárias providências para que a sua festa gratulatória se fizesse com o maior esplendor possível nas circunstâncias presentes. Ouvido o Administrador Geral da Casa de Bragança em nome de El-Rei, foi concedida aos representantes das ditas confrarias a licença de levarem a Imagem da Padroeira do Reino em procissão pela vila, e entregue a quantia de duzentos mil réis para subsídio das despesas da festividade, além do empréstimo das alfaias do Real Palácio para mais aparatosa decoração do vasto santuário da Matriz. As duas confra

rias aludidas resolveram dispender todos os seus recursos disponíveis. E ainda os Mesários contribuiram, cada um do seu bolsinho, com seis mil e tantos réis. Com estas verbas e com as esmolas depositadas pelos fiéis na bacia durante a solenidade se pagou a despesa total de oitocentos mil réis, segundo correu naquele tempo. Advirto porém que a remuneração dos serviços não foi feita a mão larga e para que assim conste lembrarei que 2:400 réis não era quantia com que se pagasse aos músicos das vizinhanças o trabalho e incómodo que tiveram. Contudo, ninguém se queixou desta mesquinha retribuição porque todos à porfia buscavam os louvores da Virgem Imaculada e lograr ao mesmo tempo o espectáculo de uma festa extraordinária e sem igual entre nós. Por outra parte, houve imensos serviços não remunerados e até oferecidos espontâneamente aos directores da grandiosa festa; aliás seria preciso o dobro da quantia dispendida.

A Régia Confraria dos Oficiais era nesta época representada por Tomé de Sousa Menezes, juiz; o Padre José Vaz Touro, tesoureiro, e o Padre Frei António Vieira de Carvalho, escrivão. Os doze Escravos Mesários Perpétuos eram os seguintes: D. Bernardo de Lucena Noronha, escrivão e presidente da confraria; Tomé de Sousa Menezes, tesoureiro; Manuel Diogo da Silveira Menezes, Estêvão da Silveira Menezes, Inácio da Silveira Menezes, João de Sousa Menezes, Miguel João Azambuja, Manuel de Matos Azambuja, António Carlos de Matos Azambuja, Inácio da Costa de Carvalho, António de Matos da Costa Fonseca Mexia e Manuel José da Nóbrega Camisão que se achava ausente em Lisboa por ter mudado para lá o seu domicílio.

Logo na primavera se assinou o domingo, dia 1º de Julho, para a celebração da grande festa, não só por ser numa quadra de longos dias, como também para haver tempo de se disporem os convenientes arranjos. A direcção do co[illegible] confiada ao 1º organista da Capela Real e último professor de música do Colégio dos Reis, Francisco Peres Ailon de Lara. E ninguém havia mais competente para esta comissão. Cuidou ele imediatamente em escolher as obras musicais de melhor nota e os músicos executantes de mais habilidade entre nós, chamando também os Calipolenses que se achavam dispersos pela província a fazer uso do seu ofício e vários outros professores das terras circunvizinhas. E convidou a filarmónica do Regimento de Infantaria nº 17, estacionado em Elvas, para tocar ao arraial no adro e atrás da procissão, visto achar-se ainda raquítica e quase dissolvida a *Filarmónica Calipolense*.

O habilidoso patrício Manuel Maria Matroco encarregou-se de talhar o vestuário das quatorze figuras que deviam abrilhantar a procissão e bem assim

de inspeccionar os trabalhos das costureiras e a ornamentação das mesmas figuras no dia próprio.

Caetano Alves e José Elisardo Pombeiro deram desenhos para arcos e decorações oficiais e particulares dos devotos da vila.

Os armadores da Igreja Matriz encetaram os seus trabalhos no princípio de Junho forrando a Capela-mor com damascos, galões e lhamas, revestindo as colunas de tafetá encarnado no fuste e azul nos capitéis de onde pendiam festões de papel dourado e prateado, decorando janelas, portados, capelas e altares com as mais asseadas roupas das Igrejas da vila e do Real Palácio, além de outras mais preciosas que foram alugadas em Lisboa. Entretanto os carpinteiros armavam no coro um coreto de madeira que se elevou por degraus até à mais alta janela da nave central para os cantores e instrumentistas. Depois fabricaram um terraço no adro junto às casas de arrecadação para a filarmónica do nº 17. E por último três arcos junto às três portas do majestoso templo com elegantes pés estreitos e elipses no fecho para letreiros, devendo ser revestidos de buxo e murta aparados à tesoura. Construíram mais dois nas extremidades da rua de Nossa Senhora e um no exterior da porta dos Remédios para se lhe colocar por cima a figura de Vila Viçosa que em 1843 pintara Caetano Alves para servir na recepção da Rainha D. Maria II, como fica dito no lugar competente.

Ao mesmo tempo foi tirada do seu camarim a Imagem de Nossa Senhora para se compor na Capela do Santíssimo que tem muita capacidade. Nisso trabalhou principalmente D. Bernardo de Lucena que gozava da reputação de ser um dos mais robustos Calipolenses da sua idade, porquanto a Imagem, que se julga ser de pedra (pois tem uma capa de lona colada à escultura), não obstante exceder pouco a altura de um metro juntamente com a peanha, é extremamente pesada. Não se lhe achou buraco por onde se aparafusasse ao andor de Nossa Senhora da Conceição da Ordem Terceira que era o mais forte e rico desta vila, nem na cabeça havia onde se firmasse a coroa de ouro com brilhantes que lhe fôra dada pela Casa das Galveias. Não se atrevendo ninguém a perfurar-lhe a cabeça nem a peanha com o religioso respeito que todos lhe consagram, encarregou-se o ferreiro Serafim José da Mata de segurá-la no andor pondo neste quatro varões de ferro entre os quais foi encaixada a peanha com a Imagem e depois muito bem ligada aos mesmos varões; e depois prendeu a coroa à cabeleira por meio de mola contraente de aço para ser amparada superior-mente por um suspensório imperceptível que do arco de flores artificiais descia à cruz da coroa como acontece no camarim. Para poder o andor ser condu

zido por seis Escravos, pôs-lhe duas fortes argolas de ferro aos lados para toalhas de transporte. De tudo isto resultou ficar o andor muito pesado. A ornamentação da Senhora ficou a cargo da sua aia que então era D. Maria Vitória Leal, viúva de Martinho José Leal, e a compôs com um rico vestido branco e manto azul de nobreza, juntando-lhes muitas jóias de oiro e diamantes oferecidas por ilustres personagens em diversos tempos.

Não eram só os oficiais das duas Régias Confrarias que trabalhavam nestes preparativos com os seus empregados e adeptos: o entusiasmo pela grandiosa festa ia-se desenvolvendo e portanto apareciam de quando em quando novos inventos para a tornar mais solene e esplendorosa. José Maria de Almeida Reixa, couteiro da porta principal da Tapada, compunha um hino por sua devoção para ser cantado pelas ruas públicas ao som de instrumentos músicos e o seu amigo Francisco Peres completava-lhe o intento juntando à letra uma simples mas sonora e agradável melodia para a qual fez acompanhamento a instrumental. Foram escolhidos e ensaiados alguns sócios da filarmónica da terra para o tocarem e outros curiosos para o cantarem pelas ruas na véspera à noite e durante a procissão, visto que os professores habilitados tinham lugar mais próprio nas funções da Igreja.

É esse hino que teve o privilégio raro de nunca até hoje passar de moda nas nossas solenidades religiosas dando-se idêntica circunstância nas terras da vizinhança. Conservo dele uma cópia que passo a transcrever, advertindo que onde se lê *Concílio* deve ler-se *Pontífice* por não ter havido concílio em 8 de Dezembro de 1854. Não admira que o Almeidinha qualificasse de Concílio aquela reunião de Bispos quando teólogos como Guillois[1] também assim a qualificaram e chamando-lhe até *concílio ecuménico*. Veja-se, pois, o dito hino ou canção.

Hino Calipolense

1.

Nosso hino por humilde,
Senhora, não desprezeis:
Só no céu os anjos podem
Louvar-vos como mereceis.

---

(1) Explicação do Catecismo, Tomo I.

Coro: Salve, Maria Santíssima,
Senhora da Conceição!
Sois vós sois imaculada
Da original culpa de Adão.

2.

A decisão do Concílio
Todos devem obedecer:
Para nós os Portugueses
E glória este dever.

3.

Sois Padroeira do Reino,
Desta vila Protectora;
Nós somos vossos escravos:
Vós, nossa Mãe e Senhora!

4.

Protegei sempre este povo:
Lembrai-vos, mãe carinhosa,
Que o vosso primeiro templo
Foi o de Vila Viçosa!

5.

Como Soberana Senhora,
Que dominais céu e terra,
Livrai-nos por vosso amor
Da cólera, fome e guerra.

6.

Alcançai-nos, Mãe de Deus,
Ainda outro maior bem:
Levai-nos depois da morte
A eterna glória. Amen.

A publicação deste hino, singelo mas suave, provocou o estro de poeta mais sublime e letrado que julgo ter sido o nosso patrício Dr. Pousão. O novo hino apareceu impresso com tarja de gala e uma pequena gravura da Virgem da Conceição entre a jaculatória da Igreja: *Dignare me laudare Te, Virgo sacrata* (Permiti que vos louve, oh Virgem sagrada). E continuava:

Hino em honra do sagrado Dogma da Imaculada Conceição da SSma Virgem, Senhora Nossa.

Oferecido aos Senhores Devotos que, em acção de graças pela definição do mesmo Dogma, mandam fazer uma esplêndida festividade em Vila Viçosa no 1º de Julho de 1855.

A Ti, Deus, que a Maria criaste
Para Mãe de Teu filho Jesus,
Graças mil; porque graça entornaste
Em sua alma, mais bela que a luz.

E a Ti, Virgem, por Deus preservada
Da primeira (fatal!) transgressão,
Honra e glória; por ser confirmada
Tua limpa e feliz Conceição.

P'ra pisar a cabeça orgulhosa
Da serpente (inimiga infernal)
Concebida na Mente Poderosa
Tu já fôras, Isenta do mal.

Santa Igreja Romana, em abono,
Sim, de Tua Pureza cuidou:
E feliz, mui feliz Pio Nono!
Que a Mistério a subiu, elevou.

Um tal dogma, sem 'star definido,
Sempre assim Portugal confessou:
E um seu Rei, para ser defendido,
'Té jurá-lo aos peritos mandou.

Outro Rei, nesta Vila Viçosa,
Para Tua Pureza elevar,
Quis devoto, co'a mente piedosa,
Ordem nobre instituir Militar.

Deste Reino Tu és Padroeira
Virgem pura, protege-o do mal;
Intercede a Teu Filho não queira
Qu'expiremos em culpa mortal.

Vezes mil, e sem conto, louvada
Seja Tua eficaz protecção!
E nos céus e na terra exaltada
Para sempre Feliz Conceição.

Coro: Es um portento de graça,
Dos céus e terra alegria!
Não há quem sombra Te faça
Imaculada Maria!

"Para que, pela Imaculada Conceição da Virgem Maria, Te dignes, Senhor, humilhar os inimigos da Igreja, Te rogamos que nos ouças".

"Uma Avé-Maria, etc. que se repetirá três vezes em cada dia".

Deu-se também o caso, já singular nos modernos tempos, de figurarem as autoridades civis na festa religiosa tornando-se esta de tal guisa uma verdadeira festa municipal, o que todavia não é para admirar atendendo a que tanto o Administrador do Concelho como o Presidente da Câmara eram Escravos Mesários. Com efeito prestaram-se a fazer publicar a referida festa por meio de um bando lançado aos quatro ventos pela voz do porteiro do Concelho em nome das sobreditas autoridades e um agente das Confrarias, levando algumas centenas de exemplares do *Aviso* ou programa, fazia deles distribuição pelos circunstantes para seu mais inteiro conhecimento, bem como dos povos circunvizinhos. Isto se verificou num domingo, três semanas antes da festa. Eram impressos em papel de cores os avisos e diziam assim:

AVISO

"Achando-se plenamente definido o Dogma da Imaculada Conceição da Virgem Senhora Mãe de Deus, e de cuja definição resulta sem dúvida o aumento da fé e crença da nossa Santa Religião que muitos infiéis[1] *punham em dúvida, acordaram os Representantes das Confrarias de Nossa Senhora da Conceição desta vila e Escravos da mesma Senhora, erectas na sua Igreja, em procederem aí no dia primeiro do mês de Julho do corrente ano a uma Solene e Pomposa festividade em acção de graças por essa bem acordada definição da Imaculada Virgem Senhora da Conceição, a quem os habitantes de Vila Viçosa têm sempre consagrado a mais pura, ardente e consecutiva*[2] *devoção;*[3] *cuja Festividade, preparada de antemão, se espera será a mais edificante e devota assim como luzida, pomposa, brilhante e aliás concorrida, não só pelos moradores desta vila e Aldeias do Concelho, mas ainda por devotos e numerosas pessoas de fora do mesmo Concelho por isso que o assunto assim convida a maior concorrência, não só pela devoção como também porque, sendo a Senhora da Conceição de Vila Viçosa a Padroeira do Reino, é igualmente Cabeça da Ordem.*[4]

A Festividade que se prepara será muito mais esplêndida do que o poderia ser se porventura a Sereníssima Casa e Estado de Bragança não concorresse como concorre com avultada soma, além de muitos objectos oferecidos do Real Palácio desta Vila.

Principiará, pois, a Festividade por Vésperas de tarde com grande música instrumental e Matinas à noite com a grande música de Simão Portugal.

No dia da festa, de manhã será o Senhor exposto e logo seguir-se-á a Missa (grande) de Baldi com numerosa concorrência de música instrumental dirigida pelo nosso patrício e acreditado Professor Francisco Peres Ailon de Lara.

O Sermão da festa está distribuído ao distinto Orador, o Reverendo Cóne

---

(1) Este termo denuncia a convicção que tinham os anunciantes de não haver fiéis de sentimentos contrários, salvo se aos católicos tiravam essa qualidade pela simples negação da "pia crença".

(2) Consecutiva quer aqui dizer consentânea, condigna. Como se vê, a redacção do programa é péssima.

(3) Isto é verdade: o povo da nossa vila tem sido sempre muito devoto da Senhora da Conceição e por isso o autor da "Crónica" dos Cónegos Regrantes de S. João Evangelista (Loios) escreveu que tal devoção era universal em todos os moradores de Vila Viçosa e especial em cada um (pág. 898).

(4) Militar desta invocação.

go Provisor da Sé de Elvas[1] e o sermão da tarde será desempenhado pelo acreditado Orador, o Prior de Avis.[2] Terá lugar a coroação de Nossa Senhora e haverá um Te Deum e depois sairá a Majestosa Procissão em que há-de ir a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, A Qual há muitos anos não saíra da sua Igreja.[3] Esta Procissão, sendo precedida de todas as Irmandades das Freguesias da Vila e Aldeias do Concelho, há-de ser acompanhada pelo Senado da Câmara, Autoridades Administrativas, Civis e Militares, Tropa e Povo." À saída da respectiva Igreja seguirá pela rua de Nossa Senhora, Porta da Senhora dos Remédios, Estacada, rua de Évora, Corredoura, Terreiro do Paço, rua dos Fidalgos, Praça, rua de António Homem, Rossio de S. Paulo, rua de Cambaia, seguindo à rua de Santa Cruz e desta à Igreja de Nossa Senhora de onde saíra. E recolhida que seja, terminará a função na mesma Igreja com a Ladaínha e encerramento.[4]

Tendo, pois, os Representantes das referidas Confrarias manifestado às Autoridades tão louváveis disposições, solicitando ao mesmo tempo a sua concorrência ao melhor desempenho de tais disposições, não podiam essas Autoridades deixar de se prestarem de bom grado e entendem que do mesmo modo a tudo se prestarão os habitantes desta vila. E por isso a Câmara Municipal e o Administrador do Concelho esperam que ninguém se negará ao cumprimento dos deveres que porventura a cada um possam tocar. O asseio exterior dos edifícios representará a verdadeira alegria dos seus moradores e especialmente daqueles que moram nas ruas do trânsito da Procissão, cujas janelas terão sem dúvida o cuidado ue armarem ou enfeitarem como puderem. As ruas do trânsito convém sejam alcatifadas de alecrim, rosmaninho, espadanas e de tudo o mais quanto possa e deva dar demonstrações de puros desejos em respeito ao objecto de que se trata. E que finalmente na esfera das possibilidades de cada um nada reste a desejar para o complemento da Festividade que nesta terra se prepara tão desveladamente. Vila Viçosa, 10 de Junho de 1855. O Presidente da Câmara, Inácio da Silveira Menezes. O Administrador do Concelho, D. Bernardo de Lucena Noronha."

---

(1) Manuel Joaquim Barradas.
(2) Joaquim Ricardo, Frade Jerónimo.
(3) Contavam-se já 62 anos que a veneranda Imagem não saía do seu camarim.
(4) Encerramento do Santíssimo Sacramento depois da Ladaínha Lauretana. O itinerário da procissão foi novo e ficou adoptado no futuro para a do Corpo de Deus que, da Estacada, seguia para a rua dos Gentis pela da Torre.

Este programa foi não só executado na sua íntegra, mas até muito excedido tanto pelos promotores da festa como pelos devotos particulares.

Poucos dias depois lembrou alguém que devia haver salvas Reais e para isso pediram-se emprestados ao Governador da Praça de Elvas sete morteiros pequenos. Porém, depois que estes chegaram, pareceram fracos instrumentos para se publicar o gáudio religioso dos Calipolenses e portanto pediu-se de novo ao mesmo Governador que emprestasse três canhões pequenos de bronze. Chegaram estes com efeito nas vésperas da solenidade e foram assestados no ângulo da Estrela que está junto do Caracena Velho contra o Forte de S.Bento. Dos sete morteiros foi cedido um a José de Oliveira Freitas, relojoeiro do Concelho, para o ter na Torre de Menagem onde está o relógio e dar com ele salvas à sua custa. E os outros seis foram destinados para salvas nos três largos públicos do Terreiro do Paço, Praça Nova e Rossio no momento da passagem da procissão. Para todo este serviço não bastavam os oito artilheiros que vieram de Elvas com um sargento daquela praça, mas tudo se remediou muito bem porque naquela época seria raro achar-se em Vila Viçosa homem de quarenta anos para cima que não tivesse militado na Guerra Peninsular e nas posteriores, de forma que se escolheram para o preenchimento das faltas quantos artilheiros paisanos foram precisos.

Os moradores das ruas do trânsito da procissão esmeraram-se no asseio e decoração exterior das suas casas, chegando até a caiarem-se frontarias de prédios ainda em construção. E não só isto. Empenharam-se em fazer levantar sobre as ruas arcos triunfais de verdura com emblemas alusivos à festa de que se tratava, de sorte que na última semana estavam os Calipolenses numa verdadeira faina, num *fervet opus* do Mantuano.(1) Aos extremos da rua de Cambaia fabricaram-se dois arcos de madeira com verdura, sendo principal autor deles o nosso patrício Inácio da Costa de Carvalho. Na boca da Corredoura da parte da Praça armou-se o mais grandioso de todos, segundo um risco de Caetano Alves. Era de arquitectura clássica e para se executar o seu desenho foi mister armá-lo com madeiras revestidas de flexíveis alandros verdes, entre os quais se meteu buxo e murta para ser aparado tudo à tesoura de jardim e ficarem salientes os frisos, cornijas, arco, arquitrave e pirâmides. Numa oval em branco do centro, que dizia para a Praça, lia-se em grossos caracteres: *Tota pulchra es, Maria, et macula originalis non est in Te* (Toda sois formosa, Maria, e em Vós não existe a mancha original). E nou-

---

(1) Georg.

tra oval da parte da Corredoura estava: *Quod nos hodie credimus jam antea Callipolenses fatebantur* (O que nós hoje cremos, já o confessavam antigamente os habitantes de Vila Viçosa). A boca da rua dos Fidalgos da parte do Terreiro do Paço fez construir outro arco o almoxarife da Casa de Bragança, Joaquim Cipriano dos Santos. Não era muito elevado, porém o mais ancho de todos, semelhando uma portada em cujos lados interiores estavam dois nichos para dois anjinhos que, com pequenos turíbulos de prata do Convento das Chagas, incensassem a Padroeira do Reino e o Santíssimo Sacramento na passagem da procissão e continuassem daí por diante a tomar parte na mesma agitando os delicados e preciosos turíbulos.

Não me recordo se havia mais algum arco de madeira e verdura de iniciativa particular além dos quatro mencionados. Aos extremos da rua de Évora estavam dois ainda, mas eram decorados com damasco encarnado e galões.

Por fim comunicou-se o espírito de devoção aos Oficiais de Cavalaria nº 3, os quais resolveram associar-se aos paisanos dando um jantar aos pobres da vila e peregrinos, servido por eles em público, para que no dia 1º de Julho ninguém padecesse necessidades corporais que impedissem a alegria do espírito. Estenderam-se longas mesas com alvas toalhas, decente loiça e asseados talheres por toda a faceira do Convento de Santo Agostinho na véspera da festa. Os nossos pobres folgaram com esta boa nova. Os da circunvizinhança animaram-se a concorrer a uma solenidade em que, longe de fazerem despesas, lucravam ainda uma farta refeição e os devotos militares tomaram assim na festividade um quinhão importante e que lhe deu não pouco realce.

Correu por vezes com insistência o boato de que vinha assistir a esta solenidade o Arcebispo de Évora D. Francisco da Mãe dos Homens Anes de Carvalho em companhia do Governador Civil do Distrito Francisco Guedes de Carvalho Menezes, agora Conde da Costa, o que decerto aumentaria muito o seu esplendor. Mas um desastrado motim que então se fez em Elvas no quartel de Infantaria nº 4 sustou-lhe a resolução a ele e a muitos outros de fora. Só veio o dito Governador Civil, a quem os festeiros ofereceram cadeira de espalda na Capela-mor do lado direito, onde assistiu fardado, edificando os fiéis com a sua modesta e religiosa postura.

Também vieram espontâneamente em peregrinação dois sacerdotes, um dos quais era o Cura de Santa Maria de Olivença. E quanto a peregrinos leigos, bastará dizer que chegaram de Portalegre, Évora e Beja para indicar quantos mais aqui estariam das terras mais próximas.

IV

A véspera

Vespere, mane et meridie narrabo et annuntiabo; et exaudiet vocem meam.
(Ps. LIV, 19)

Ao meio-dia de 30 de Junho, apenas o sol chegou ao seu zénite despedindo cálidos raios, temperados contudo pela fagueira brisa do noroeste, e o histórico relógio do Caracena começou a descarregar o pesado malho sobre a borda do corpulento sino para anunciar as doze horas, soaram também logo os três da Matriz batendo as trindades do meio-dia e compassando aqueles sons que o ar, levemente agitado, levou em ondulações rumorejantes até às outras torres e campanários e ainda além dos montes que lhes responderam com o eco do seu choque até se perderem na imensidade dos gases atmosféricos. Estava dado o sinal para o começo da grande festa... O majestoso carrilhão da torre da Real Capela fez-se também logo ouvir e assim foi sucessivamente interrompido o silêncio em todas as torres e campanários da vila.

Entretanto descobriam-se milhares de cabeças para agradecerem a Deus o imenso benefício da Encarnação do Verbo Divino e saudarem a Virgem Santa em cujas entranhas Ele se fez homem para viver connosco, doutrinar-nos e remir-nos do pecado.

Findo o sinal das trindades, principiou a baloiçar o sino maior da Matriz para dobrar e aventar os seus sons, girando em torno do seu eixo, secundado pelas harmonias galhofeiras dos outros dois consócios. É assim que se anunciam nesta vila as festas de primeira classe chamando a este estilo *repiques à Romana*.

Procedia-se de igual modo nas outras torres e o ruidoso concerto dos bronzes ia aumentando progressivamente. Os sinos do relógio e da Câmara ressoavam como usam nas festas civis e nacionais. Do adro da Matriz surgiam rapidamente girândolas de foguetes a estrondearem lá nas alturas do firmamento, perdendo-se quase de vista. Pelas ruas e largos da povoação disparavam - se tiros de pólvora seca ou bombas fabricadas adrede para exprimir o alvoroço de alegria de um povo alucinado perante as glórias e louvores condignos que sua Mãe celestial ia receber nesta ocasião. E a Estrela, agora momentâneamente

restituída à sua condição de praça de armas, saudava o grandioso dia 1º de Julho com uma salva Real de 21 tiros de canhão e fazia perceber aos povos do Alto Alentejo que em Vila Viçosa começava a Régia festa gratulatória em honra da Virgem Imaculada.

Estrépito, sussurro e alvoroço de alegria como este e suas repetições à noite e no seguinte dia, não presenciaram ainda outra vez na sua terra os Calipolenses que hoje vivem!

As três horas da tarde reuniam-se os Padres e os músicos para celebrarem Vésperas solenes, rodeados por imenso concurso de fiéis de todas as classes. Os salmos de música postos por Francisco Peres a instrumental de vento e corda eram escolhidos entre as melhores composições de Marcos António Portugal, Eleutério Franco Leal e António José Soares e o mesmo Peres com a batuta na mão regia o coreto. O coro da Capela-mor era dirigido pelo Mestre de cerimónias ajudante e Beneficiado da Real Capela, Padre Domingos Tomás Falé e Silva, o liturgista mais hábil da época. A hora aprazada, achando-se reunido todo o pessoal da função vespertina, sairam da sacristia geral dois sacristães de mãos postas, dois turibulários e outros tantos ceroferários (sendo eu um deles) e o Mestre de cerimónias, aos quais seguiam seis sacerdotes revestidos com pluviais brancos de tisso de ouro, emparelhados a dois e tomando os últimos as pontas da capa ainda mais preciosa do Prior da Matriz. Depois de fazerem suas reverências ao Altar-mor, continuaram para a capela do Santíssimo, onde estava a Padroeira do Reino colocada em andor primorosamente revestido com veludo carmesim, franjado e agaloado de prata e rodeada de palmitos de flores artificiais entre as quais se erguia um lindíssimo arco de três pernas com outras flores da mesma natureza. Chegando ao mesmo tempo seis Escravos Mesários, Cavaleiros natos da Ordem Militar da Conceição, pegaram no andor à mão e levaram-no para a Capela-mor a fim de ser colocado numa credência da parte do Evangelho, cantando o clero a *Salve Regina* durante esta curta procissão. Posto o andor no seu lugar, subiu o Prior ao plano do presbitério do lado esquerdo e entoou o *Deus in adjutorium* para se começarem as Vésperas. Estas foram muito demoradas porque os salmos de música eram grandes. Nunca me esquecerá na minha vida, por longa que seja, o sobressalto que senti ao terminar esta primeira parte da função religiosa. Com efeito, rompendo então o coreto com uma sinfonia tocada por todos os instrumentos de corda e vento com tímbales, sofri um grande choque parecendo-me que a Igreja se desmoronava... Era eu ainda então jovem de 16 anos e nunca ouvira tão soberba orquestra!

Como não assisti no coreto por Francisco Peres me convidar já tarde, não conservo uma ideia exacta do número dos cantores e instrumentistas, mas posso afirmar sem receio de engano que os primeiros seriam cerca de 20 e os segundos superiores a 30.

Depois das trindades da noite em que houve repiques e salva de artilharia, como atrás deixei relatado, começou o ofício das Matinas cantando-se os responsórios de Simão Vitorino Portugal por não haver entre nós música do ofício aprovado pelo Papa em 1849 e que pouco tempo veio a estar em vigor.

Dentro do templo tudo era riqueza e brilhantismo. Velas acesas em todos os altares, pomposamente ornados, três lâmpadas de prata acesas no dourado lampadário de ferro da Capela-mor e outras do mesmo precioso metal nas capelas menores, dois grandes lustres pendentes da abóbada na nave central, imensas placas de cristal de três luzes distribuídas pelas colunas tomando emprestadas as cores dos objectos que as rodeavam, boas alfombras do Palácio Real alcatifando o pavimento, um numeroso coro de sacerdotes com sobrepelizes e murças, um coreto de professores escolhidos, tornavam respeitável, imponente e deslumbrante aquele recinto sagrado!

Não entrara a função das matinas no primeiro programa desta solenidade, razão por que os responsórios e os mais cânticos da noite não foram postos a orquestra, nem Francisco Peres tinha lugar disso uma vez que não possuíamos outros acompanhamentos senão os de órgão. Foi tocado este por António Maria Ribeiro, segundo organista da Capela Real e reforçado por um figle tocado por D. José Ravira, espanhol e mestre da charanga de Cavalaria nº 3, e por um rabecão grande manejado por um italiano residente em Elvas e chamado Demétrio, o qual mostrou ser professor insigne executando com extremada perícia e ligeireza todas as fugas e alegros daquelas complicadas obras do fim do século passado.

Do que se passou na vila durante o serão apenas posso informar pelo testemunho alheio porque estive sempre assistindo no coro da Capela-mor. Quando saí perto da meia-noite, que foi a hora em que terminou a função das matinas, já as luminárias gerais dos Calipolenses estavam meias apagadas, mas assim mesmo notei que nunca houvera nos nossos dias demonstração mais universal desta espécie vendo-se luzes ainda nas mais pobres vivendas! Bandos de peregrinos circulavam ainda nos lugares públicos a contemplar o resto do vistoso espectáculo e os mais pobres camponeses que não tinham onde albergar-se ou não queriam dar enfado a ninguém começavam já a sentar-se ou deitar-

-se em ranchos dentro da almedina, estendendo-se no chão alguns cobertores ou mantas para ali passarem a noite debaixo da abóbada celeste tendo por lâmpada dos seus aposentos a lua serena. Aquela quadra do estio era favorável aos acampamentos... Parecia aquilo uma reunião de feira de Maio ou Agosto, e era sem dúvida mais numerosa que quando nos têm vindo visitar os Reis da terra. E bem, pois tratava-se de obsequiar a Rainha do céu.

No dizer dos meus informadores, o aspecto da povoação era risonho e festangueiro durante as matinas. A noite convertera-se em claro dia com os milhares de luzes que ardiam pelas janelas dos remediados e pelas portas dos indigentes. Os sinos de todas as Igrejas desferiam festivais repiques. A filarmónica de Infantaria nº 17, toda garrida com luxuoso uniforme e penachos encarnados de chorão, variava no adro as suas doces harmonias e a da terra, com uma chusma de mancebos cantores, girava pelas ruas e largos públicos fazendo ressoar o Hino Calipolense da Senhora da Conceição.

V

O dia da festa

> Surrexerunt filii ejus, et beatissimam prodicaverunt.
>
> *(Prov. XXXI, 28)*

Pequena foi a interrupção da festa nocturna porque em breve se lhe seguiu a matinal com o toque da alvorada. Apenas os arribóis matutinos começaram a restituir a cor aos nossos monumentos e ao vale encantador da gloriosa Calípole, as filarmónicas afinavam-se outra vez para dizerem aos que dormiam ainda o breve sono daquela noite: - *Levantai-vos dos vossos leitos que já assoma o dia por que tanto suspiráveis!. Envergai os vossos melhores vestidos e vinde proclamar também vós, agora de um modo mais solene, que a Mãe de Deus foi concebida sem pecado!*

Logo depois surgia no horizonte o astro luminoso despedindo raios de cor de ouro sobre as grimpas do nosso Castelo e os minaretes dos nossos palácios. Acordavam os artilheiros e estes faziam acordar o resto do povo renovando as salvas Reais. As torres das Igrejas recomeçavam os seus repiques.

Era chegado o grandioso dia 1º de Julho.

O concurso de novos romeiros, vindos principalmente de Borba, Alandroal e aldeias vizinhas dos três concelhos, crescia de instante a instante. Atropelavam-se os concorrentes nas ruas e principalmente na almedina. Às nove horas da manhã o templo augusto estava repleto de fiéis e tão apertados estes uns com os outros como os livros nos lóculos ou caixas de uma biblioteca. No pavimento inferior das três naves tudo estava atacado até aos altares restando na Capela-mor o espaço indispensável para os ministros sagrados e no coro alto restringiam-se os músicos apenas ao coreto de madeira. Em suma, pelas três portas do frontispício, afastando os ricos reposteiros de pano bordado de cortado, entrou a gente que era possível entrar ficando o resto pelo adro, mas não se acabou a função de manhã que não saissem muitos para fora com ânsias de morrerem asfixiados... Nunca se reunira ali ainda tão numeroso concurso!

Não creiam os meus leitores em tempo algum que estou exagerando: sou testemunha presencial de dois factos que vou narrar em prova do que deixo dito. O calor do estio junto com o calmeiro de centenares de velas acesas e as exalações quentes de não menos de duas mil pessoas ali congregadas fizeram abrandecer de tal modo a cera das velas que não caíram menos de duas à minha vista dos castiçais do trono por se terem entortado e perdido a prumagem. O outro facto que alguns até reputaram milagroso foi cairem gotas de água das arcarias do templo - efeito dos vapores da respiração que, não podendo elevar-se mais do que à altura das abóbadas, aderiram aí com a diferença porém de que os vapores pegados às abóbadas foram absorvidos pela cal e os que aderiram à superfície dos mármores, arrefecendo lá nas alturas, condensaram-se passando ao estado aquoso e caiam em gotas sobre as cabeças daqueles mesmos que os tinham exalado.(1)

Começou a festa cerca das dez horas pela exposição do Santíssimo Sacramento, cantando-se o motete *Ó salutaris hostia* do Padre Mestre Galão e seguindo-se imediatamente a missa. No coreto executou-se a orquestra a missa maior de João José Baldi, à qual dava Francisco Peres o nome de *rainha das missas* musicais. Ao Evangelho orou o Bacharel em Direito e Cónego de Elvas Manuel Joaquim Barradas que depois passou a pertencer ao Cabido de Évora; desempe-

---

(1) Deste facto fez também menção o Padre Manuel Correia numa relação manuscrita desta festividade e que se acha em meu poder, parecendo-lhe que em verdade fôra milagroso, chorando de alegria as mesmas pedras brutas.

nhou o seu lugar tratando teologicamente do mistério da Imaculada Conceição e deixando os seus ouvintes plenamente gostosos. A *Sanctus* renovou-se na Estrela a salva Real de artilharia e no fim da festa executou a orquestra uma sinfonia como também fizera no princípio dela. Era uma hora da tarde.

Foram então alimentar-se nas suas vivendas as famílias ricas ou remediadas hospedando a maior parte grande número de peregrinos amigos. Grandíssimo número de forasteiros, abrigados à sombra das muralhas, abriam aí os seus panos ou alforges e comiam o que neles haviam trazido. E os mendigos saboreavam no Terreiro do Paço o jantar que lhes preparara a liberalidade dos oficiais de Cavalaria nº 3. Tudo estava contente, aplaudindo tão grandiosa festa e dando os de fora por bem empregada a sua peregrinação.

Entretanto declinavam os ardores do sol. Batiam as três horas da tarde. Os fiéis corriam de novo em tropel a tomar lugar com tempo na espaçosa Igreja Matriz e preparava-se o começo da função vespertina. Depois de um responsório da Conceição executado pelo coreto, subiu ao púlpito o Prior de Avis, Frei Joaquim Ricardo, cujo sermão foi histórico versando sobre a fé dos Portugueses no dogma agora definido. A isto seguiu-se a cerimónia da coroação da Santíssima Virgem, pondo-lhe o Pároco da Matriz a coroa de ouro com diamantes que lhe fôra doada pelo 1º Conde das Galveias em sinal do acrescentamento de glória que lhe promovera o Papa Pio IX com a definição dogmática da sua Conceição pura e sem a mais leve sombra de pecado. Logo se cantou o *Tota pulchra es Maria* e em seguida o *Te Deum* de António José Soares, tudo acompanhado a orquestra. Feito isto recolheram-se os Padres à sacristia para entretanto ir o Mestre de cerimónias, Padre Domingos, ordenando e estendendo o longo préstito da procissão. A orquestra executava outra sinfonia e começava a barafunda no templo, saindo uns para verem a procissão cá fora e vestindo outros as suas opas ou capas a fim de tomarem parte na mesma procissão.

Não me esquece, nem me esquecerá enquanto vivo for, a aflição do Prior de Avis na sacristia pedindo água e sem aparecer quem lha desse por não a haver nas oficinas da Igreja. - *Será crível*, exclamava ele todo ansiado, *que numa terra em que há um poço em cada casa não tenham um copo de água para me darem estando eu a morrer de sede?* Não sei como se desalterou. Talvez que saísse do templo ou fosse beber a alguma fonte pública. Ali só se tratava de figurar na procissão ou ir vê-la.

VI

A procissão solene

Astitit Regina a dextris tuis in vestitu de aurato, circumdata varietate.

(Ps. XLIV, 11)

Passando a descrever a forma desta procissão religiosa, que não tinha semelhante nos tempos antigos nem foi igualada ainda até hoje, declararei aos meus leitores que, não obstante ser eu testemunha presencial, não podia dar as miúdas notícias que dou da decoração de cada uma das catorze figuras que nela iam se porventura não tivera diante dos olhos uma relação que deixou entre os seus papéis o Mestre de cerimónias Padre Domingos Tomás Falé e Silva. É uma prevenção para que ninguém suspeite que estou aqui fantasiando. O Padre Manuel Correia também deixou uma narrativa desta festividade que tenho presente e me tem servido bastante para reanimar a minha memória.

Abriam o cortejo as duas figuras da Religião e de Vila Viçosa, de mãos dadas, aquela da direita e esta da esquerda, e dois sargentos de Cavalaria nº 3 em grande uniforme com as espadas desembainhadas assistiam a seus lados servindo-lhes de pagens. Vejamos como trajavam os dois mancebos que as representavam conforme a relação do Padre Domingos. A Religião ia vestida com túnica de púrpura que tinha faixas e rendas douradas; os cabelos caíam-lhe soltos pelas costas; o cinto era dourado e guarnecido com as ditas rendas rematando com um laço de pedrarias; levava no peito um emblema dos martírios que Jesus Cristo padeceu na Redenção, também dourado; um grande véu branco de escumilha, guarnecido de rendas douradas e recamado de pequeninos enfeites igualmente dourados a cobria da cabeça aos pés; por cima tinha na cabeça um diadema de ouro e pedras preciosas; apertava uma cruz grande contra o peito com o braço esquerdo e com a mão direita apoiava um pequeno anjo que era um rapazinho, mostrando o Evangelho gravado em chapa de prata com relevos e bordaduras. Esta chapa era uma sacra do Convento das Chagas contendo o Evangelho de S. João e que ainda existe. O anjinho vestia fato de meia, cor de carne, figurando ir nú, com um transparente azul celeste em forma de volante, banda ou faixa entrelaçada pelos braços e pernas; tinha asas cor de carne, diadema com pedraria e pena cor de carne. A figura de Vila

Viçosa apresentava-se com vestido cor de rosa nevado e por cima deste um outro de blond branco feito à Corte, decotado, com cauda e manga curta, bordadura prateada em relevo a roda e enfeitado no corpo com rendas de prata; pendia-lhe ao pescoço um afogador de pedraria; as pulseiras e braceletes eram de ouro verdadeiro; calçava luvas brancas; todo o cabelo era feito em caracóis; sombreava-o uma grinalda de flores brancas de penas e de penas era também fabricada uma rosa do Japão que lhe ornava o peito. Com a mão esquerda mostrava o seu brasão de armas que era um escudo em que se viam três castelos de ouro em campo azul. Meias e alparcas das mesmas drogas resguardavam os pés de ambas as figuras maiores.

Seguia-se um grande e rico pendão de damasco branco guarnecido de galões e franjas de ouro fino com uma preciosa bordadura no meio em torno das iniciais J.M.J., o qual fôra emprestado pelos Portalegrenses a João de Sousa e Menezes. Após ele iam os alunos da Escola pública de instrução primária em duas alas com ramalhetes de flores naturais na mão, guiados por um decurião que sustentava na frente uma bandeira azul e branca bordada a prata e guarnecida com rendas do mesmo metal. Vestiam todos opas brancas de paninho com fitas azuis na gola e presidia-lhes o seu professor José Joaquim Mendes com vara branca na mão vestido com opa da mesma sorte. Neste ponto do cortejo via-se uma turba de doze meninos que com igual traje iam formando um coro de música entoando hinos e canções em honra da Virgem Imaculada sob a direcção de um seu mestre. Ali começava a desfilar a Confraria das Almas de S. Romão, outra dita de Pardais, ambas das aldeias do termo, de cruz alçada e opas brancas. Da mesma forma seguiam as suas pisadas a Irmandade de S.Crispim e a de S. José, todas com numerosos sócios, presidindo-lhes os seus Juízes com varas brancas na mão e os respectivos Escrivães e Tesoureiros com brandões ou tochas no centro das alas. Entre estas corporações caminhava a figura da Fé que passo a descrever.

A Fé tinha túnica de seda branca faxeada de rendas de ouro e uma sobretúnica até ao joelho de escumilha branca guarnecida de rendas douradas apertada com cinto de seda branca guarnecido da mesma renda com grande laço e remate de pedrarias; um pequeno véu branco de escumilha na cabeça, guarnecido também de renda dourada; apertava uma cruz contra o peito com o braço esquerdo e na mão direita levava um cálice daqueles bordados ricamente que D. João V dera à Capela Real. O seu manto era de seda carmesim guarnecido de rendas douradas, preso no ombro direito e tomado no braço esquerdo; tinha meias cor de carne e sandálias nos pés.

Após estas irmandades caminhava a do Senhor dos Passos com opas roxas de tafetá, seda furta-cores e nobreza, seguindo-se-lhe os alunos da Escola pública de latim presididos pelo seu professor José Honório de Pádua Cardoso, também com vara preta na mão. Os estudantes de latim não levavam cruz nem bandeira, mas figuravam como apêndice da Irmandade dos Passos, em número de cerca de trinta. Atrás destes marchavam três irmandades do Santíssimo Sacramento, a saber: de Bencatel, de S. Bartolomeu e da Matriz, e entre elas ia a figura que representava a Esperança assim vestida: túnica verde com faixas e rendas prateadas, cinto guarnecido da mesma renda com laço e ramalhete de pedraria; caía-lhe pelas costas o cabelo enfeitado com pérolas ; via-se-lhe no peito uma âncora prateada e ornada com pedras preciosas; levava na mão direita uma grande âncora de madeira com aparência de ferro em que se ia firmando; o seu manto era cor-de-rosa nevado guarnecido de renda prateada, preso no ombro esquerdo e tomado no braço direito; as meias eram cor de carne e calçava sandálias.

Seguia-se a Ordem Terceira de S. Francisco, no meio da qual ia a figura que representava a Caridade. Vestia túnica roxa decotada com tufos de transparente branco no decote, faixa e rendas douradas; o toucado era da cor do vestido e ornado com as mesmas rendas; caía-lhe também o cabelo pelas costas; ao peito pendia-lhe um adereço com cruz de pedrarias; o manto era de seda cor de ouro guarnecido de rendas douradas e posto da mesma forma que as duas figuras antecedentes. Levava pela mão duas crianças vestidas de meia cor de carne, figurando estarem nuas, com faixa de escumilha azul celeste, entrelaçada pelas pernas e braços e o resto volante, e tendo na cabeça uma espécie de toucadinho da mesma escumilha.

Depois da Ordem Terceira ia o andor da Senhora da Conceição, adornado como já indiquei. Seis Escravos Mesários perpétuos, pessoas principais da terra e Cavaleiros natos da Ordem Militar da mesma Senhora com opas brancas de seda e capelo azul claro, tendo pendente do pescoço por fita branca a respectiva medalha dourada que é a sua insígnia. Conduziam aos seus ombros o andor e assistiam-lhe aos lados outros seis companheiros para se revezarem de quando em quando visto o grande peso do mesmo andor. Diante deste caminhavam três figuras. Era um anjo vestido de escumilha azul celeste entufado e enfeitado com renda prateada; tinha saiote recamado de estrelas também prateadas, diadema azul enfeitado com ouro, pedrarias, flores e penas; levava na mão esquerda um cesto de prata de onde cóm a mão direita espalhava flores. Atrás dele dois galhardos Arcanjos agitavam turíbulos de prata,

vestindo assim: saiotes azuis loios com guarnições prateadas, tendo no peito um ramo de açucenas, meia lua, coroa de doze estrelas e no centro dela a cifra ou anagrama do Santíssimo Nome de Maria; capacetes prateados com plumas azuis e brancas, mangas curtas enfeitadas pelas pontas com tufos transparentes e galões prateados.

Seguia-se o estado eclesiástico, todo com pluviais brancos de tisso de ouro, precedido pela cruz de prata da Irmandade de S. Pedro levada por um subdiácono que vestia dalmática do mesmo tisso, entre dois ceroferários, cujos eu era um. Ao cabo desta corporação em que iam todos os sacerdotes da terra com os que tinham vindo de fora, excepto somente os que presidiam noutros lugares, moviam-se outras três figuras em honra do Santíssimo Sacramento como aquelas que obsequiavam a Padroeira do Reino. A diferença dos seus ornatos consistia simplesmente nas cores e nos emblemas do peito. A cor dos fatos era carmesim e as rendas douradas; os emblemas, um cálice, uvas e espigas de trigo; capacetes dourados com plumas escarlates e brancas; meias e sandálias também vermelhas e agitavam turíbulos de prata. O anjo, adiante dos Arcanjos assim vestidos, igualmente esparzia flores com um cesto de prata.

Era levado o Santíssimo debaixo do pálio pelo Prior da Matriz Padre José Vaz Touro e pelos antigos Beneficiados Padre Francisco de Assis Biga, actual Cura Coadjutor, e Padre Manuel Joaquim de Abreu. As seis varas pegavam adiante o Governador Civil do Distrito de Evora e o Brigadeiro graduado José Júlio de Amaral, ambos Comendadores da Ordem da Conceição e nas outras quatro o Major graduado Girão de Cavalaria nº 3, Diogo de Castro e Silva Sottomaior, José Anastácio Ramalho Falé (ambos morgados) e Anastácio Falé Ramalho. Aos lados assistiam com tochas na mão os Tenentes reformados José Elizardo Pombeiro, Francisco António Pinheiro, António José Prates, António José Mendes, Manuel Joaquim Santiago e Duarte José da Trindade, todos capitães do exército convencionado em Evora-Monte.

Atrás do pálio caminhava a Câmara Municipal, indo os seus Vereadores e o Escrivão de capa e volta, colete branco, calção preto, meias de seda e sapatos de fivela e conduzindo o mais moço o estandarte azul e branco feito adrede para este acto e à sua direita era acompanhada pelo Administrador do Concelho D. Bernardo com cinto azul claro e espadim como os Vereadores. Após eles e seus escrivães ia o Juiz Ordinário D. José Xavier da Silva Lobo e o Dr. Subdelegado Tertuliano com os escrivães e oficiais de diligências. Seguia-se a filarmónica de Infantaria nº 17 e a charanga de Cavalaria nº 3,

tocando alternadamente festivas marchas. Depois o Regimento a pé de carabinas em grande uniforme e em último lugar o povo acompanhante em número de duas ou três mil pessoas.

Para se calcular bem o comprimento desta procissão bastará referir que, quando o andor da nossa Padroeira saíu da rua dos Fidalgos para a Praça Nova, estava já o pendão à esquina da Cadeia, ocupando assim a dita procissão o que vai desde a travessa da Amoreira pela Praça, rua de António Homem, Rossio até ao meio (conforme tinham pedido as Freiras da Esperança) e toda a rua de Cambaia! Mais de 700 metros de comprimento!

Ao sair a procissão da Matriz no meio de repiques de sinos, girândolas de foguetes e festivais hinos da filarmónica, ouvia-se nova salva Real de artilharia na Estrela e outra de morteiro que José de Freitas disparava na torre do Caracena. E tudo isto produzia um alvoroço de regozijo que se não pode explicar com palavras. Os adarves, torreões, meias luas e cortinas do Castelo, velho e novo, transbordavam de gentes que para ali haviam subido para desfrutar melhor o espectáculo do grande cortejo que se desdobrava e se ia pondo em duas linhas paralelas com tochas acesas na mão da parte de fora. Os primeiros seis Escravos Mesários que pegaram no andor tinham-se conluiado secretamente para não o largarem aos revezadores, mostrando nisto um ciúme religioso, digno de outras eras. Porém alguns deles foram obrigados a renunciar ao seu propósito apenas chegaram ao Arco dos Remédios por causa do grande peso da Imagem da Padroeira. De entre todos o mais perseverante foi António Carlos de Matos Azambuja, Administrador substituto do Concelho, que raras vezes se rendeu em todo o trânsito da procissão. O antigo Sargento-mor e Administrador do Concelho Manuel Diogo da Silveira Menezes Escravo Mesário, pediu aos seus colegas a graça de o admitirem por um bocadinho na condução do andor por não comportarem maior esforço os seus largos anos. E pedia com instância, mostrando-se não menos gozoso em carregar aos seus ombros a Padroeira do Reino do que o velho Simeão em sustentar nos seus braços o Divino Messias! Por todos os largos se apinhavam homens e mulheres de fora, nunca fartos de admirarem a imponente procissão, de joelhos todos com os olhos marejados de lágrimas de prazer e entusiasmo devoto, outros com as faces húmidas e suspirando até quando ajoelhavam ao passar-lhes defronte a Virgem Imaculada e o Santíssimo Sacramento. "Não admira", diz o Padre Manuel Correia na sua Memória já citada, "não admira ver as faces dos naturais desta vila banhadas de gostoso e religioso pranto ao verem que a Santíssima Virgem que se dignou estar entre eles saía do seu templo a visitá-los e santi-

cá-los quando se observou o mesmo em 12 a 15 mil pessoas que de fora concorreram à solene festividade". A isto acrescentarei apenas que parecia não estarmos no século XIX, século de indiferença religiosa muito pronunciada...

O trânsito da procissão estava recamado de alecrim, rosmaninho, buxo, murta, espadana e flores. As frontarias das casas encandeavam de brancura num dia de sol tão refulgente. Das janelas pendiam cobertores de damasco, seda e cetim e também de algodão, conforme cada um as tinha de suas ou podia obter de empréstimo. E as damas, com salvas de prata ou bandejas de charão, debruçando-se das janelas faziam cair nuvens transparentes de flores desfolhadas por sobre a Imagem de Nossa Senhora e do pálio debaixo do qual ia o Santíssimo Sacramento. Os Paços Municipais tinham as janelas armadas com damascos encarnados e toda a povoação primava no maior asseio. O traje escuro e modesto dos habitantes das vilas e cidades, agora aqui de mistura com as vestes coloridas e folgazãs dos camponeses, formava um panorama só de si digno de presenciar-se pela poesia que respirava.

A proporção que o préstito religioso se aproximava de qualquer Igreja começavam os repiques dos seus sinos. No Terreiro do Paço estoirou uma salva de morteiros de 21 tiros e os anjinhos do arco triunfal da boca da rua dos Fidalgos, finda a incensação, foram descidos pelos seus pagens para se unirem aos catorze anjos e figuras alegóricas e acompanharem o cortejo dali em diante com os seus turíbulos nas mãos. Na Praça Nova salvaram de novo os morteiros e outro tanto se fez no Rossio, avançando a procissão ao centro deste, como fica dito, para as Freiras da Esperança poderem vê-la da sua torre e mirante. Conforme chegou à porta da Matriz a primeira corporação que era a dos meninos da Escola primária parou aí e não entrou e assim foram praticando os mais corpos colectivos para, de joelhos, esperarem a passagem da Rainha dos Céus e que fosse ela a primeira a entrar na sua casa tão ilustre a todos os respeitos.

VII

Conclusão da solenidade

In omnibus requiem quaesivi, et in haere
ditate Domini morabor.
(Eccl. XXIV, 11)

Entrou enfim no templo da Matriz a Padroeira do Reino e entrou para não mais sair dali até hoje, mostrando-se apenas por curtos intervalos quando nas horas solenes se descerram as portas de prata do seu camarim. Ajoelhados todos, cantou-se a Ladaínha Lauretana e entoou-se o *Tantum ergo*. O Prior da Matriz deu a benção ao povo com o Santíssimo Sacramento e fez o encerramento na capela respectiva acabando assim a solenidade já sol posto.

A voz constante dos Calipolenses quando se retiravam para suas casas e comentavam a função religiosa deste dia era: - *Já se não faz outra como esta em nossa vida!*

Não se fez, nem se faz, nem se tinha feito nunca desde que Vila Viçosa é povoação. Entre os objectos religiosos capazes de coadunar no mesmo espírito as almas e corações dos Calipolenses, nenhum podia encontrar-se mais poderoso, eficaz e atraente que o de verem proclamada à face do mundo a crença absoluta e imprescindível do Mistério da Imaculada Conceição de Maria. A Imagem do templo do Castelo foi, é e espero que seja sempre um alvo, um centro comum dos afectos cristãos do povo de Vila Viçosa porque nisso estão empenhados o seu dever e a sua honra.

Devem os Calipolenses ter bem presente a seus olhos quanto aquela Imagem com a sua ilustríssima Ordem Militar de primeira classe faz pronunciar e escrever com glória, dentro do Reino e fora dele, o nome da sua terra! Se, pois, a pagã cidade de Efeso era orgulhosa da sua "Grande Diana", Vila Viçosa não deve ensoberbecer-se menos com a sua "Virgem da Imaculada Conceição".

O que os nossos avós desejaram ver e ouvir vimo-lo e ouvimo-lo nós. E que os seus desejos de verem claramente definida a crença da Imaculada Conceição de Maria como dogma de fé católica eram ardentes... ardentíssimos até, está-o dizendo (entre outros documentos) a lápide que as Freiras das Chagas mandaram pôr em antigos tempos na frontaria da sua Igreja por cima do pórtico. Diz ela:

Todo o mundo em geral
De Vós, Virgem esclarecida,
Diga: Fostes concebida
Sem pecado original!

Todo o acto da festa do 1º de Julho, a que se ficou dando o nome de *festa grande*, foi realizado na mais pacífica união, sem rixas nem provocações que obrigassem os cabos de polícia ou a tropa a intervir nelas. E isto procedeu também de outro facto igualmente admirável que o Padre Correia consignou na sua Memória manuscrita, e era não se notarem neste faustoso dia casos de embriaguez apesar de ser um concurso tão numeroso e de gentes diversas.

Poucos dias depois aparecia no jornal *A Nação* um extenso comunicado escrito pelo nosso patrício Dr. Pousão, no qual desenhava todas as fases desta função religiosa com o vigor das impressões acabadas de receber. Li-o então e li outros de menor coturno, mas agora não me foi preciso consultá-los por me bastarem a minha memória com as duas relações inéditas dos Padres Domingos e Manuel Correia. Também li nesse tempo várias descrições de semelhantes festividades feitas por todo o Reino e só achei que a de Trancoso se aproximasse algum tanto do esplendor da nossa que sem dúvida foi a mais pomposa de Portugal.

VIII

Outras festas da mesma natureza.

Multae filiae congregaverunt divitias: tu supergressa es universas.
(Prov. XXXI, 29)

Vila Viçosa desempenhou no ano de 1855 os encargos que justamente lhe cabiam como centro da devoção dos Portugueses ao Augusto Mistério da Imaculada Conceição de Maria, como pátria de El-Rei D. João IV - o Rei da Imaculada - e como cabeça da Ordem Militar instituída por El-Rei D. João VI em honra do mesmo Augusto Mistério. A festa do 1º de Julho foi já um solene de-

sempenho dos seus deveres, mas não foi tudo. Poucas semanas depois a Ordem Terceira e as Freiras da Esperança faziam também a sua festa comemorativa da definição dogmática, na qual pregou o Padre José Inácio Germano, de Borba, e se cantou uma missa de Baldi em bfá, muito linda, acompanhada a órgão com reforço de baixos num coreto de madeira que se levantou de propósito. A Igreja estava muito bem armada. A 26 de Agosto foi outra festa comemorativa promovida pelas Freiras das Chagas, ficando o Santíssimo Sacramento exposto até à tarde para se cantarem vésperas e haver segundo sermão. E nesse mesmo dia começaram as borrascas de vento, chuva e trovões a que já aludi atrás.(1)

Os fiéis da aldeia de Bencatel, apesar de não terem imagem da Senhora da Conceição na sua Freguesia, não se contentaram em concorrer com uma irmandade à procissão da festa grande; quiseram também fazer a sua festa comemorativa no mês de Outubro e fizeram-na com muito esplendor, sendo a missa de instrumental por ainda não terem órgão e o Santíssimo exposto no trono até ao fim da festa para se fazer uma solene procissão no fim. Isto quanto ao ano de 1855.

Chegado o aniversário da festa grande, não pôde conter-se o entusiasmo religioso dos Calipolenses que não preparasse ainda uma outra festa na Matriz para o primeiro domingo de Julho, como para indicar que eles festejavam um ano inteiro a definição do Papa Pio IX. Mas agora não foram as Confrarias Régias que tomaram a peito a última festividade: foram diversos devotos particulares que se fintaram para ocorrer às despesas por acto espontâneo seu. Não houve procissão. Porém a festa de Igreja quase igualou a do ano pretérito e até a excedeu em duas coisas: 1ª - no bom gosto da armação; 2ª - nas boas vozes do coreto. Meu mestre Franco, rival de Francisco Peres, foi convidado agora para levar lá os seus discípulos e assim apresentou seis rapazes a cantarem soprano que, conquanto não fossem de igual merecimento, contavam entre si o nosso patrício João Maria Palmeiro cuja voz era incontestavelmente a mais argentina e melodiosa dos tiples dos últimos tempos.(2) Na

---

(1) Segundo Memórias particulares do meu irmão Prior de Bencatel, a festa da Ordem Terceira foi a 22 de Julho com procissão no baixo Rossio. A das Freiras da Esperança em 5 de Agosto com procissão por todo o mesmo Rossio e a das Chagas teve procissão até à Praça Nova.

(2) Este moço estudou no Seminário de Évora e ordenando-se depois veio a falecer prematuramente em Alcácer no ano de 1880, sendo Pároco de Santa Catarina de Sitimos. Cantava ultimamente barítono e tocava bem piano, rabeca e rabecão grande. Era irmão do Padre Anastácio Maria Palmeiro que deixou algumas composições musicais em diversos géneros e faleceu em Évora também na flor da idade.

festa do 1º de Julho de 1855 viera cantar soprano um rapaz de Elvas e um velho falsete da mesma cidade, ambos os quais eram de escola prática inferior à nossa.

Outro efeito da definição dogmática e do entusiasmo religioso que ela veio acender entre nós foi manter-se até agora uma parte desse entusiasmo que ainda subsiste na festa anual de 8 de Dezembro, cujo esplendor passou a ser muito maior daquela época em diante. E subsiste igualmente noutras festividades que hoje estamos fazendo com dobrada pompa.

Isto veio confirmar quanto é verdadeira aquela afirmação da Igreja com respeito à Santíssima Virgem: *Cunctas haereses sola interemisti in universo mundo*. Sim, Ela só com a sua própria virtude mata as heresias em todo o mundo e agora pagou-nos os obséquios feitos em honra da sua pura Conceição destruindo uma certa indiferença religiosa, ou antes, desanimação que já ia lavrando entre nós.

Bem se diz: Nunca é perdido o que se faz em honra da Mãe de Deus!

CAPITULO CXXVII

Crónica dos anos de 1856 e 1857.

Vereadores deste biénio. Inundações. Cinzento. Construção do novo lago do Terreiro de Santo Agostinho e do novo chafariz do Terreiro da Fonte Grande. Cólera morbus. Imposto municipal. Carestia de cereais em 1857. Restauração da Filarmónica Calipolense.

I

Ano de 1856.

1. - Foram Vereadores neste biénio António Maria Lobo Vidigal Salgado, presidente, Manuel de Matos Azambuja, António da Silva Paracana, Francisco Augusto Nunes Pousão e José Fernandes Santiago em lugar de Diogo de Castro que não aceitou o cargo sujeitando-se às penas que lhe foram impostas pelo poder judicial onde foi julgado. Pagou 60$000 réis de multa.

2. - Como disse no fim da crónica do ano de 1855, desenvolveram-se pela primavera do presente ano extraordinárias inundações de que resultou não se poderem semear as cevadas janeirinhas e os tremeses em Fevereiro, Março e Abril. Não prestaram portanto as searas temporãs nem as serôdias. O que houve com fartura foi erva e feno. Fizeram-se preces públicas, mas Deus não quis desta vez escutar os nossos rogos.

Nas vinhas começou a grassar o *oidium tukeri*, a que os nossos antigos davam os nomes de cinzeiro e cinzento - moléstia vinhateira que ainda não desapareceu de todo. O dito cinzento não era novo entre nós e sempre fôra conhecido nas terras húmidas e frias da Portela, Cocheira e Pomar de Filipe, etc., mas somente numa ou noutra cepa de sítios excessivamente húmidos. Agora, porém, dilatara-se de tal forma que vinhas inteiras foram acometidas por ele, perdendo-se todo o seu fruto e algumas foram arrancadas nos anos seguintes por se julgar já incurável aquele achaque.

Das referidas inundações de 1855 a 1856 resultou, enquanto a cereais, não colherem os lavradores, na sua maior parte, nem sequer a porção de semente lançada à terra. E se até então durava a colheita do ano pretérito, dificuldades sérias surgiam para se arranjarem cereais para a nova sementeira e

para o passadio de 1856 a 1857. Abriram-se os portos de Espanha logo que o alqueire de trigo chegou a custar 800 réis, segundo uma lei já antiga, mas a Espanha padecera também o mesmo infortúnio e não pôde fornecer-nos o pão necessário. Pelo porto de Lisboa é que se recebeu a maior fartura. Vieram trigos de Marrocos e da Grécia e farinha em barricas dos Estados Unidos. Para evitar que os agiotas especulassem com a miséria pública, a Câmara e o Administrador do Concelho fizeram organizar uma Comissão de Beneficiência que se encarregasse de fornecer trigo à casa pública. Uns contribuíram para os fundos da dita comissão com cereais que tinham de sobejo e que logo foram postos à venda; e outros forneceram dinheiro com que se mandasse comprá-los a Lisboa. Passada a crise e fechadas as contas da gerência, encontraram-se uns pequenos sobejos que foram empregados pela Comissão em reparos na azinhaga de Peixinhos. Assim mesmo pagou-se o alqueire de farinha, na primavera de 1857, por 1:400, 1:440 e 1:500 réis cada alqueire e a cevada chegou a custar 900 e 960 réis em grão.

3. - E do verão de 1856 o chafariz de bestas do Terreiro da Fonte Grande e o lago do Terreiro de Santo Agostinho, no qual se pôs uma pedra com o ano da sua construção. Estas obras municipais foram feitas a instâncias de António Carlos de Matos Azambuja e seu irmão Manuel de Matos Azambuja, moradores na casa nobre do Terreiro da Fonte Grande, pois não gostavam de ver diante da sua casa o pequeno lago antigo que lhes fazia presenciar cenas desonestas nos rapazes que ali se banhavam em pleno dia e outras ainda mais desonestas nas rixas e palavras obscenas das lavadeiras de roupa que ali exercitavam o seu ofício. Ora, como o dito lago estava mal construído e mal colocado, tendo junto a si um pequeno chafariz de bestas que vinha a ficar por baixo da Fonte Grande, convidaram a Câmara para reformar estas obras contribuindo eles, Azambujas, com um subsídio de cem mil réis (foi o que então se disse). Anuindo a Câmara, deu-se princípio ao chafariz ou bebedouro de bestas em ponto maior junto ao muro da levada e horta e, para lhe guarnecer os bordos, arrancaram-se do refeitório de S. Paulo as vergas de cantaria de alguns portados, assim como do jardim do claustro se levantaram as lajes de mármore precisas para se lhe forrar a frente e o fundo. Desta sorte ficou a obra sólida e barata. Passou-se, portanto, a encaminhar as sobras da Fonte Pequena para o novo chafariz e a demolir o antigo juntamente com o lago, ficando assim desimpedido o pequeno terreiro que tem no centro a Fonte Grande.

O novo lago foi riscado mais acima, no Terreiro de Santo Agostinho, em

frente da porta lateral da Igreja do Convento a que chamam *da Senhora da Graça*, abrindo-se o cano real do pequeno ribeiro chamado ali *do passadiço* em recordação da passagem do paço ducal para uma casa de falas do Convento das Chagas que era feita por cima do dito ribeiro, até àquele ponto chamado *Alcarrache*. No fim do dito cano estava uma grande abertura, a qual servia de lavadouro de roupas à gente daquele bairro e principalmente às bagageiras de Cavalaria 3. Tal água, em tempo de estiagem, provém do Chafariz de El-Rei e de outras fontes do Palácio Real. Ali, pois, se abriu a caixa para o novo lago, não obstante ficar-lhe por baixo o cano das sobras da Fonte Pequena que dantes abasteciam o lago e chafariz antigo e ficaram ainda abastecendo o chafariz novo. Riscou-se um lago duplicadamente maior, tendo uma rampa da parte de cima ou do norte para poderem entrar nele as cavalgaduras a tomar banhos, como sucedia no outro. Puseram-lhe à roda um parapeito para vedar que as crianças, os cegos, etc. se precipitassem nele, excepto da parte do oriente onde construíram um comprido tanque para lavadouro de roupas, não só por isso, mas também por dar vazão às águas do Passadiço nas suas grandes enchentes pluviais. Tanto o parapeito como os passeios interiores sobre as quatro paredes do grande reservatório foram guarnecidos com mármores do claustro de S. Paulo e daí resultou ficarem estas obras bem acabadas e aliás muito baratas.

Foi aquele o primeiro ano em que se começou a fazer extracção de cantarias do dito convento para as obras municipais, se bem que a Câmara não tivesse ainda o domínio do edifício já muito arruinado, mas se achasse ele na posse da fazenda nacional. Depois ficou sendo recurso ordinário ir buscar-se ali quantos materiais eram precisos para as ditas obras...

Não deixarei em silêncio que também os de fora cobiçavam as relíquias daquele famoso cadáver. Foi consultado nesta época o Administrador do Concelho D. Bernardo sobre a existência de uma bela mesa octogonal de mármore polido, azul com laivos brancos, na sacristia do convento porque pretendiam comprá-la ao Estado para uma Igreja de Olivença - consulta feita pelo Governo Civil de Evora. Prevendo, pois, D. Bernardo que nos iam levar aquela preciosidade para fora da terra e do Reino, entendeu-se com os seus colegas Escravos de Nossa Senhora para a removerem imediatamente para a sacristia da Matriz. Isto feito, respondeu ao Governador Civil que já não existia tal mesa no Convento de S. Paulo. Se este facto não ocorreu neste ano, ocorreu decerto no seguinte.

4. - Este ano de 1856 ficou assinalado na história geral do país por uma

epidemia de cólera morbus. Abriam-se as malas do correio na portaria de S. Paulo e ali eram passadas todas as correspondências por cima do perfume de alcatrão e outros cheiros que exalava um fogareiro de brasas vivas. Nos fins de Setembro e princípios de Outubro ainda houve entre nós uns cinco ou seis casos de cólera. Porém o médico Rivara não divulgou o aparecimento do contágio por não se horrorizar o povo e assim passaram desapercebidos. Só depois fez tal declaração.

5. - Pior foi outro flagelo das nossas algibeiras que começou a grassar neste ano, manifestando-se pela primeira vez em Janeiro de 1857: falo da derrama ou imposto municipal. Este não passou ainda nem deixa de nos flagelar, mas tem continuado a desenvolver-se de modo que já nos leva o dobro do que em 1834 estávamos pagando de Décima ao Estado... E depois que nos governam homens com pouca ou nenhuma religião, já os Estadistas não sabem o que é ter alma e consciência... O Estado lança tributos para si e dá ampla autorização para que também por sua parte os lancem os Governos de Distrito, as Câmaras e as Juntas de Paróquia... Isto em plena paz externa. Isto sem precisão de afligir tanto os povos!

II

Ano de 1857.

1. - A primavera deste ano foi má, como deixo dito, por estar o pão muito caro, mas assim mesmo tem havido posteriormente piores crises. Desta vez esgotaram-se os celeiros, mas abundava o vinho e o azeite que se vendiam por alto preço para exportação. O vinho rendia 2:000 réis e 2:400 por almude e o azeite 1:100 e 1:200 por alqueire, sendo muito copiosa a colheita da invernia e mais ou menos abundante a dos três anos seguintes. Por isso mesmo, se o pão e a cevada nos diminuíam o dinheiro, os outros géneros no-lo restituíam.

2. - Em testemunho do que deixo asseverado, registarei os dois factos seguintes que não revelam miséria. O primeiro foi celebrar-se na Matriz ofício de Trevas em Quinta-feira de Endoenças à custa de um devoto que se disse haver sido Joaquim Bento Tarana e isto em acção de graças por ter feito grandes negócios com o tráfico dos vinhos. O mesmo devoto pagou a ampliação do trono da Capela-mor para que descesse da tribuna até abaixo, projec-

tando-se o altar mais para o centro da dita capela, o que posteriormente se tem praticado em ocasiões solenes. O segundo facto a que aludi foi a restauração ou recomposição da Filarmónica Calipolense, entrando para ela novos sócios e comprando-se alguns instrumentos mais. Foi primeiro mestre desta nova sociedade o sargento de clarins de Cavalaria 3 e director da sua charanga, apelidado Penela. Isto, porém, somente durante a quaresma porquanto depois da Páscoa foi convidado para tomar aquele cargo o nosso patrício Eugénio Joaquim Tarana, discípulo de Peres, e que já havia sido mestre de uma filarmónica no Vimieiro. Foi debaixo da sua direcção que a Filarmónica Calipolense começou a progredir mais, multiplicando-se os sócios e regendo-se por estatutos próprios. Depois dirigiram-na alguns sócios dos mais habilitados até que no ano de 1870 se fraccionou em duas como referirei a seu tempo.

3. - Este ano de 1857 foi o da febre amarela em Lisboa, mas na nossa terra não houve contágio algum e até se viveu muito bem depois que chegou o S. João e se começaram a debulhar alguns cereais. Esta colheita foi abundante e os preços deles baixaram logo.

Neste ano tomou o nosso patrício Dr. Francisco A.N. Pousão posse do cargo de Administrador do Concelho.

CAPITULO CXXVIII

Crónica dos anos de 1858 e 1859.

Vereadores deste biénio. Desabamento da Igreja de S. Sebastião e outras notícias correlativas. Reedificação da Igreja de Santa Luzia. Tremor de terra de 1858 e seus efeitos nesta vila. Uma causa eclesiástica ventilada no foro civil. Introdução dos veículos na almocrevaria. Exéquias pela Rainha D. Estefânia.

I

Ano de 1858.

1. - Da mesma sorte que o precedente, foi este biénio pouco fértil em acontecimentos de importância.

Os Vereadores eleitos para gerirem os negócios municipais foram: António Maria Lobo Vidigal Salgado, presidente, António da Silva Paracana, Joaquim Luís Fernandes, Joaquim Cipriano dos Santos e Miguel João Azambuja.

2. - A Igreja de S. Sebastião achava-se rachada pelo centro da abóbada desde a capela-mor até à porta principal. Assim estava talvez desde o terramoto de 1755, servindo porém ao culto público. Mas estabelecendo-se paredes meias uma oficina de ferreiro, veio abaixo a abóbada neste ano a 6 de Setembro pelas quatro horas e meia da tarde. Ponho todas estas miudezas porque assim as encontro em canhenhos de lembranças do nosso patrício Padre Manuel Correia. As imagens e os três altares do corpo da Igreja nada padeceram com o desabamento porque ficaram ainda pegados às paredes alguns lanços de abóbada e apenas foi destruída a teia de balaustres que resguardava a capela de Nossa Senhora da Saúde. Logo nessa mesma noite foram dali tiradas todas as imagens e recolhidas na Igreja de S. Paulo.

A Câmara devia reedificar esta Igreja que pertencia ao Município, como expliquei noutro lugar, embora lançasse uma finta especial que o povo pagaria de bom grado por ser imposição temporária e para um fim justo. Mas não imaginaram que era mais proveitoso pedir ao Governo a cedência do Convento de S. Paulo com a sua cerca para esta ser convertida em cemitério geral e a Igreja ficar para os santos do Município. Fez-se (creio que em 1860) uma

petição às Cortes neste sentido, petição que foi despachada alguns anos depois quando em Vila Viçosa não pensavam já em tal. Mas nem a Câmara reedificou a Igreja de S. Sebastião, cujas paredes estavam inteiramente sólidas, nem consertou ainda a de S. Paulo. Por conseguinte, quando esta última foi também profanada, passaram as imagens de S. Sebastião, Santo Amaro, Santa Catarina de Alexandria e Nossa Senhora da Saúde para a Freguesia de S. Bartolomeu e lá se conservam ainda como hóspedes...

3. - Se não tivera caído em Setembro o tecto da Igreja de S. Sebastião, cairia decerto em 11 de Novembro do mesmo ano, dia de S. Martinho Turonense, em que houve um grande tremor de terra pouco depois das sete horas da manhã. Foi este abalo de terra o mais sensível do meu tempo e causou notáveis destroços em Beja, Setúbal e outras partes. Eu presenciei-o já no Seminário de Évora onde cursava o 1º ano de Teologia. E se não houve ali desabamentos, houve contudo paredes e tectos fendidos, além de um grande susto em toda a gente porque o terramoto durou cerca de dois minutos parecendo que duraria mais tempo.

Restringindo-me a Vila Viçosa, contarei o que me informaram. O abalo tornou-se mais violento na Matriz, de cujas paredes se destacaram alguns azulejos. Estava-se então revestindo na sacristia para dizer missa o Padre Domingos Tomás Falé. E para fugir ao perigo menos provável de lhe cair em cima o tecto da sacristia geral, deitou-se a correr pela Igreja abaixo expondo-se deste modo a um perigo muito mais provável de ficar sepultado nas ruínas do vasto edifício da Igreja.

Eu também fiz asneiras na minha cela em Évora pelo imprevisto do caso. Mas depois fiquei logo prevenido com uma opinião antecipada sobre o nosso refúgio em tais casos: e é por isso mesmo que pretendo também prevenir os meus leitores. Quem estiver à porta da rua, saia para fora a fim de evitar que lhe desabem os tectos em cima. Quem, porém, estiver no interior de qualquer edifício, coloque-se no vão de algum portado, pois é menor o perigo das paredes que o dos tectos e não pense em fugir para longe visto que os efeitos de um terramoto são muito rápidos e não dão tempo a buscar asilo em lugares distantes. O Padre Domingos, de quem atrás falei, devia ter-se metido no vão do portado da sacristia, cuja parede, sendo interior, não era tão fácil de se desmoronar e ali ficaria ileso embora caissem as abóbadas do templo.

Na Capela da Ordem Terceira de S. Francisco e na secretaria ou casa de despacho da mesma, onde já havia ruínas, agravaram-se estas de tal modo que

se tornou urgente a necessidade (à falta de outros meios) de uma subscrição pública para os reparos precisos de gigantes, arcos e repertos. Não sei quanto produziu esta subscrição, mas afirmo com um documento à vista que a obra fôra orçada em 144:000 réis sem que a Ordem pudesse contribuir com quota alguma dos seus fundos e que a subscrição daria, quando muito, metade daquela quantia. Era então Ministro Francisco Martins Toscano, "Reguenguei - ro" de alcunha por ser criado na horta do Reguengo do Paço, homem seareiro e proprietário não muito abastado; e servia o ofício de Síndico Francisco António Cravo, também cultivador, e bastante remediado. Consultada a Mesa da Venerável Ordem sobre a feitura das obras, os dois referidos sustentaram que devia proceder-se a elas com urgência por ser vergonhoso para os presentes deixarem cair por terra o que os nossos avós tinham edificado com tanto custo e que, se havia falta de meios, Deus proveria por intercessão do Seráfico Padre S. Francisco... Assim aconteceu. A subscrição produziu pouco dinheiro e as obras excederam muito as verbas do seu orçamento, mas os dois oficiais da Ordem, acima nomeados, adiantaram o dinheiro que faltava e assim se ultimaram os consertos no estio de 1859. O Cravo absolveu logo a Ordem do que esta lhe estava a dever e o Reguengueiro, que era credor de uns 72:000 réis, falecendo em 11 de Maio de 1862, dispôs no seu testamento que os seus filhos não pedissem contas algumas à mesma Ordem porque ele dava por satisfeita a sua dívida.

O zimbório da Igreja de Santo Agostinho também ficou muito abalado com o tremor de terra de 1858, mas valeu-lhe em 1861 El-Rei D. Pedro V que lhe mandou pôr linhas de ferro como direi a seu tempo.

4. - Teve lugar neste ano a conclusão das obras da Igreja de Santa Luzia empreendidas pelo seu padroeiro Tomé de Sousa Menezes. Era o tecto de madeira e foi feito agora de fasquiado. Se já estivessem usadas entre nós as abobadilhas, mais sólida e duradoura seria esta reedificação. Os altares foram construídos de novo e novo é também o coro sobre a porta principal. O pavimento, que era térreo e costumava ser juncado pela festa do orago, passou a ser ladrilhado. Não há dúvida que esta igrejinha deve muito ao seu actual padroeiro que no tecto dela mandou pintar o seu brasão. Acho notícia nas memórias particulares do Padre Manuel Correia de ter sido novamente benzida esta Igreja pelo Vigário da Vara Frei António Vieira de Carvalho, a quem o Arcebispo dera comissão para tal cerimónia que se realizou em 6 de Dezembro, dizendo logo missa o dito Padre Manuel Correia, Capelão particular da casa. No dia 7 houve ali uma festa votiva de D. Maria do Carmo Sousa e

Menezes, tia do padroeiro, e em 13 fez-se a festa anual do costume para a qual concorreram os devotos da vila.

5. - Neste ano a 29 de Abril casou El-Rei D. Pedro V com D. Estefânia de Hohenzollern, Prussiana, mas católica e de esmerada educação. A sua chegada a Lisboa, foi chamado um esquadrão de Cavalaria nº 3 que voltou com um estandarte, como já acontecera na festa civil da aclamação do mesmo Rei. Até ali não tinha o dito Regimento estandarte algum. Em Vila Viçosa tivemos apenas luminárias na Câmara, no Quartel de Cavalaria e no Paço, repiques de sinos e toques de charanga do Regimento à noite. Isto em Maio.

II

Ano de 1859.

1. - Também este não foi fértil de acontecimentos importantes. Registarei por isso o que julgo mais digno de atenção.

Deu-se neste ano uma prova irrecusável da necessidade absoluta do foro eclesiástico, abolido pelos Liberais, mormente para se tratarem nele as causas puramente religiosas. Foi o caso que o Subdelegado, movido por um Padre do Bispado de Elvas, propôs ao Juiz Ordinário uma querela contra o Padre Francisco José Lopes, vulgo "Canário", Prior interino de S. Romão. E o Juiz aceitou a querela. Não escrevo os nomes próprios dos que figuraram nesta miserável questão porque só atento a verberar acções repreensíveis e não a desconceituar pessoas... Eram diversos os capítulos do libelo acusatório pois se levantaram seis autos de corpo de delito, sendo um deles sobre o facto de encomendar o dito Prior alguns defuntos já depois de sepultados quando nos domingos ia lá dizer missa e isto conforme um costume que já encontrara ao tomar posse do curato. Semelhante a este eram os mais capítulos da acusação, vendo-se claramente não haver neles matéria para crimes civis por falta de leis também civis que regulassem a dita matéria. Aqueles magistrados, porém, imaginando já extintos de todo os tribunais eclesiásticos entenderam que só havia meio de punir os supostos delitos do Padre Lopes pelo foro civil. Pobres tontos! Celebrada a audiência de pronúncia, cujas testemunhas eram principalmente pessoas do sexo feminino, foram as querelas julgadas procedentes pelo Juiz Ordinário!... Lembrou então alguém ao réu uma portaria da Rainha D. Maria II, a qual temperava a negação do foro eclesiás

tico nos delitos puramente deste foro, fazendo passar as pronúncias pelo Desembargo das Relações dos Bispados. E avocada assim esta causa à Relação de Évora, proferiram os Desembargadores o seu acórdão em 22 de Maio de 1860. Neste acórdão foi julgada acintosa a acusação, dados como provados alguns factos que os Desembargadores não qualificaram de criminosos e por não provados os que pareciam ter esta natureza. E assim concluíu por ordenar a suspensão do processo. Extraída, pois, uma certidão do mesmo acórdão e enviada ao Juízo Civil, foi comunicada ao réu pelo Subdelegado a suspensão do processo com uma cópia da resolução dos Desembargadores Eclesiásticos. Assim acabou esta questão bem deplorável a todos os respeitos.

2. - Mencionarei neste anal uma grande revolução que nesta época ia já havendo na almocrevaria por efeito de se desenvolver a viação pública. Até então faziam-se os transportes de géneros e mercadorias por meio de récuas de bestas de aparelho (burros e machos), de sorte que no ano de 1835 apenas havia um carro de bestas na aldeia de Bencatel. Em Vila Viçosa poucos mais havia, usando-se ainda geralmente de carretas ou carros beirões de eixo móvel tirados por bois ou vacas. Com a conclusão, pois, da estrada real de Mac-Adam por Estremoz, Vimieiro, Arraiolos e Montemor até Vendas Novas, passaram os nossos almocreves a usar de carros com ferragem inteiriça nas rodas e sabicões de ferro nos eixos e em Vendas Novas carregavam e descarregavam na estação do caminho de ferro inaugurado em 1853. Quando em 1858 eu vim para Bencatel restavam já poucas récuas de bestas e essas mesmas eram destinadas ao comércio com Alcácer e Setúbal. Em 1859 achava-se quase pronta a estrada de Vila Viçosa a Borba pelo sistema de Mac-Adam e em 1860 estava já acilindrada e pronta de todo. O caminho de ferro do sueste até Évora foi aberto à circulação em Setembro de 1863 e assim os nossos almocreves dos portos de Alcácer e Setúbal passaram a receber o peixe fresco pela estação de Évora, assim como desde 1874 o recebem pela de Estremoz. De tudo isto resultou ficar havendo carreiras ordinárias entre Vila Viçosa e Estremoz e passar o transporte das malas do correio a ser feito em carrões franceses de quatro rodas (char-à-bancs) a fim de transportarem também passageiros. E como depois de 1864 se deu também desenvolvimento às estradas municipais e distritais, já qualquer que possui uma parelha de muares se faz também de um carro.

3. - A meia-noite de 17 de Julho faleceu a Rainha D. Estefânia, mulher de El-Rei D. Pedro V. Disse-se que morrera de uma angina e certo é que os Liberais Portugueses não gostavam dela porque fôra educada por Jesuítas e até

trouxera um por seu confessor. As sete horas da manhã do dia 18 já cá se davam sinais da sua morte na torre na Capela Real por se acharem montados os telégrafos eléctricos junto da estrada Real até Elvas e daí para Badajoz, etc., mas ainda não havia linha de comunicação de Borba para Vila Viçosa. Acho menção nas memórias particulares do Padre Manuel Correia de se terem feito exéquias solenes na Capela Real na tarde de 24 e manhã de 25 de Agosto, convidando-se de fora do magro cabido os Padres e músicos precisos, a quem se gratificou em dinheiro e cera.

A Câmara nada fez a este respeito.

D. Estefânia finou-se com pouco mais de um ano de casada e sem deixar descendência.

CAPITULO CXXIX

Crónica dos anos de 1860 e 1861.

Vereadores deste biénio. Introdução obrigatória das novas medidas lineares. Secretaria da Câmara. Primeira visita de El-Rei D. Pedro V à nossa vila. Donativo do mesmo à Misericórdia. Segunda visita do mesmo Rei. Estabelecimento do telégrafo eléctrico. Conserto da Igreja de Santo Agostinho. Terceira visita do mesmo Rei, sua morte e exéquias.

I

Ano de 1860.

1. - Os Vereadores deste biénio foram Tomé de Sousa e Menezes, presidente, Miguel João Azambuja, Joaquim Luis Fernandes, Joaquim Cipriano dos Santos e José Anastácio Ramalho Falé.

2. - Em Fevereiro publicou-se por editais que do 1º de Março em diante ficava proibido o uso das varas e côvados nos estabelecimentos de comércio e bem assim nas repartições de justiça, conforme ordenara o Decreto de 20 de Junho último. Começava-se então a pôr em execução o Decreto com força de lei de 13 de Dezembro de 1852 que prescrevia a adopção do Novo Sistema Métrico Decimal neste Reino durante o espaço de dez anos. Não houve dificuldades em se usar do metro em lugar da vara ou do côvado porque os lojistas passaram a servir-se do metro embora lhes pedissem drogas pelas medidas lineares antigas dando 110 centímetros pela vara e 66 pelo côvado e assim proporcionalmente nas subdivisões daquelas medidas. Mais dificuldades envolvia o uso dos pesos e principalmente das medidas de capacidade. Por isso mesmo o seu uso obrigatório foi prorrogado ainda por muitos anos.

3. - Neste ano foi constituída a Secretaria da Câmara na 1ª Sala da Aposentadoria do Concelho onde era a biblioteca, ficando esta reduzida a metade da casa.

4. - Havia já dezassete anos que pessoa nenhuma da Família Reinante visitava o solar dos Braganças, mas era chegada a época de uma visita geral de El-Rei D. Pedro V ao Alentejo e portanto cá o esperavam também os Calipolenses na esperança de que tal visita lhes não fosse destituída de provei-

to. Em 18 de Outubro passava por Borba a Régia comitiva a fim de ser visitada a Praça e Cidade de Elvas e em 20 devia caber a mesma honra à nossa terra. Assim foi. Aquele mês, ao contrário do que ordinariamente costuma suceder, achava-se estiado e tão calmoso como se fôra em Agosto. A Câmara, de concerto com o Vigário da Vara, deliberou pôr em execução o programa organizado em 1843 por Caetano Alves para as recepções do Monarca e com este sentido foi ornada com verdura e embandeirada a Porta no Nó, pondo-se fora dela, no pequeno terreiro que a precede, uma credência com um pluvial a Cruz do Santo Lenho, uma alcatifa e alguns coxins de veludo, etc.

Pelas três horas e três quartos da tarde do dia 20 de Outubro chegou El-Rei numa diligência ou "cabriolet" de primeira classe, acompanhado por seu irmão o Infante D. João, Duque de Beja, pelos Marqueses de Loulé e Ficalho, pelo General D. Carlos Mascarenhas, pelo Ministro das Obras Públicas Tiago Augusto Veloso de Horta e outras personagens. Parando a diligência em frente da porta onde estava a Câmara, o Clero e um numerosíssimo concurso de povo não só de Vila Viçosa e seu termo senão também dos Concelhos vizinhos, desceu El-Rei com o Infante e em seguida apearam-se os mais que vinham com eles porque a Câmara e o Clero com o Pároco da Matriz revestido de pluvial branco desceram de um terraço de madeira levantado à direita da porta para lhe saírem ao encontro. Atrás da carruagem cavalgava já o Administrador substituto do Concelho, António Carlos de Matos Azambuja, com o seu Escrivão. E os cabos de polícia, que desde a porta do Nó até ao marco de Borba estavam postados em duas fileiras aos lados da estrada, vinham-se unindo e recolhendo vestidos com decência e de chapéu na mão.

Estendida no chão uma alcatifa e postos dois coxins sobre ela, ajoelhou El-Rei e o Infante para receberem a paz por meio do ósculo da Cruz do Santo Lenho que o Prior da Matriz lhes deu a beijar. Finda esta cerimónia, levantaram-se os Régios Hóspedes. Aproximou-se deles o Senado Calipolense, inclinando o Vereador substituto e mais moço (Dr. Pousão) o estandarte municipal, e Tomé de Sousa, como presidente, pronunciou a seguinte alocução:

"Senhor,

A Municipalidade de Vila Viçosa vem cheia de júbilo apresentar a Vossa Majestade as homenagens do seu respeito, como testemunho de fidelidade aos seus Reis e Príncipes.

Senhor, aqui não poderá Vossa Majestade encontrar galas brilhantes que ferem a vista pelo esplêndido vestimento das exterioridades deslumbrantes. Vila Viçosa, hoje pobre e desprotegida, só é rica de tradições gloriosas e

ancha de dedicação e patriotismo. O seu passado foi grande; o presente é lisonjeiro com a visita de Vossa Majestade e esperançoso de melhor porvir se Vossa Majestade se dignar estender-lhe mão Régia e protectora.

Intérprete dos sentimentos deste Povo, felicitamos a Vossa Majestade e ao Príncipe, seu Augusto Irmão, pela sua boa vinda a esta terra, berço dos seus Excelsos Avós e fazemos votos ao Céu pela prosperidade de vossa Majestade e de toda a Real Família".

Respondeu El-Rei agradecendo aqueles testemunhos de cortesia e dedicação a si e ao Infante e em seguida pegaram as autoridades civis nas varas de um pálio branco de tisso de ouro, debaixo do qual caminhou a pé El-Rei e seu irmão até à Igreja Matriz, levando os bonés na mão como era justo. Chegando ali, ajoelharam sobre as almofadas que estavam postas diante do altar-mor e o Prior, assistido por quatro sacerdotes paramentados, entoou o Hino Ambrosiano. Findo este por música de órgão, dispuseram as autoridades civis o pálio para tornarem a acompanhar El-Rei com a mesma solenidade até ao Paço. Mas ele, com mais tino, dispensou a lisonja apenas chegou ao Arco dos Remédios e, caminhando a pé entre ondas de povo que o vitoriava, tornou pela rua de Santa Cruz e Corredoura, por onde tinha ido para a Matriz e foi descansar nos aposentos dos Braganças.

Como se vê, cumpriu-se à risca o programa elaborado por Caetano Alves em 1843 e que então não pôde pôr-se em prática. A maior parte dos cidadãos levaram a mal a recepção com pálio desde a porta do Nó e disseram que só faltou queimar incensos para serem os cultos ao Rei da terra iguais aos do Rei do céu. E aqui juntarei logo que este infeliz Príncipe era aliás benquisto de todos e até dos mais acirrados Miguelistas. Apelando para as tradições antigas deste município, diziam os velhos da nossa terra que nunca de tal modo haviam sido recebidos aqui os Monarcas Portugueses quando ainda era mais respeitável o carácter majestático. Os que viviam em 1806 e tinham ouvido contar a maneira por que mais anteriormente eram recebidos os Reis nesta vila, atestavam que o Clero os aguardava à porta da Matriz e ali os recebia com pálio, pegando nas varas destes os magistrados e nobreza da terra. Chegados ao altar-mor, acabava-se a cerimónia do pálio e na Capela Real praticava-se outro tanto.

Esta é também a minha opinião. Os factos, citados em nota por Caetano Alves, não induzem a lei de um costume geral por serem casos singulares. Ele, que já era homem feito em 1806 e sabia muito bem das tradições antigas, não citou os costumes da sua pátria... Note-se isto e prossigamos.

Recolhendo-se El-Rei ao palácio, jantou às sete horas e deu ordem para se admitirem visitas às oito e meia. Para o jantar foram convidados o Presi - dente da Câmara Tomé de Sousa e o Administrador do Concelho, substituto mas em exercício, António Carlos. Depois admitiu a visita particular dos Vereadores e a dos Capelães da Capela Real, a quem já tinha dispensado a cerimónia do *Te Deum*.

No dia 21 ouviu El-Rei missa na Capela, dita pelo Decano Padre Domingos Tomás, que no fim dela subiu à tribuna Real para lhe beijar a mão na forma do costume antigo.(1) Daí a pouco foi para a Tapada com o Infante e alguns da comitiva e mataram 17 peças de caça grossa das quais mandou distribuir uma aos Capelães da casa, uma aos doentes do Hospital, outras aos presos da cadeia e às Freiras dos três Conventos e Beatas. Recolheu às trindades e depois do jantar deu audiência a quem lha requeria. Foi convidado o Vigário da Vara Frei António Vieira e o Presidente da Câmara para o jantar. Neste mesmo dia veio a Vila Viçosa a Câmara do Alandroal para cumprimentar El-Rei e felicitá-lo pela sua visita ao Alentejo, dando nisso uma claríssima prova de quanto simpatizava com ele, pois nenhum dever tinha de sair do termo do seu Concelho uma vez que Sua Majestade não o honrava com a sua visita.

No dia 22, pelas seis horas da manhã, tornou outra vez à Tapada onde foram mortas sete peças a que deu aplicação semelhante à do dia precedente, salvo o que bastou para a mesa Real. Recolhendo ao Paço pelas dez horas, almoçou e saíu às onze para visitar a Igreja de Santo Agostinho, o quartel de Cavalaria 3 estabelecido no mesmo Convento, a Santa Casa da Misericórdia, os Paços do Concelho, o Beatério e os três Conventos de Freiras que, com lágrimas nos olhos, pediram instantemente a Sua Majestade que nunca sancionasse a extinção dos seus asilos em que desejavam acabar os seus dias. A Câmara, o Administrador do Concelho, o Vigário da Vara, alguns sacerdotes e mais empregados públicos acompanharam os Reais Hóspedes nestas visitas, tocando atrás do cortejo a Filarmónica Calipolense que já também o fizera no dia da sua chegada e por isso mesmo deu-lhe a Câmara em gratificação alguns instrumentos para se ir melhorando. O concurso de povo era muito grande e com muita instância solicitavam de El-Rei a graça de lhe beijar a mão. Ele vestia calça e casaco militar de pano azul com gola agaloada de ouro. Trazia boné alteado com viseira, daqueles que então chamavam "à D. Pedro V" e cingia espada com copos arrendados de prata. Não podia ser mais singelo o seu traje.

---

(1) Assim o diz o Padre Correia nas suas memórias particulares e manuscritas.

O Infante seu irmão vestia casaco e calça do uniforme do Regimento de Lanceiros nº 2, de que era Tenente Coronel. Às três horas e meia da tarde retiraram-se acompanhando-os até Borba a nossa Câmara e o Administrador do Concelho em caleche.

5. - Não foi sem fruto esta Régia visita feita de passagem à nossa vila. Tomé de Sousa, como presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia, apresentou a El-Rei um requerimento em que lhe pedia mensalmente duas carradas de lenha e um gamo ou veado. E D. Pedro V deferiu logo, auxiliando não pouco desta maneira a boa governação daquele estabelecimento que então se achava empenhado por causa das obras feitas nas enfermarias. A lenha chega para todo o consumo sem que seja preciso à Casa comprar mais.

Outros melhoramentos levou El-Rei na sua tenção e realizaram-se no ano seguinte, como direi. Foram estes o reparo da Igreja de Santo Agostinho e o estabelecimento do telégrafo eléctrico. Publicou-se mais que D. Pedro V gostara muito de Vila Viçosa considerando-a como uma Sintra do Alentejo onde podia vir facilmente logo que chegasse o caminho de ferro a Estremoz, construindo-se um ramal para cá... Mas faltou-lhe o tempo necessário para realizar esta obra tão vantajosa para nós.

Dava El-Rei mostras de grande pensador e investigador porquanto era sério e olhava para tudo com atenção. Saía de noite pela vila com seu irmão em carácter incógnito e pediu muitas explicações ao Almoxarife Joaquim Cipriano dos Santos sobre a administração da Casa de Bragança, etc.

6. - A prova mais certa do apreço que El-Rei ficou fazendo de Vila Viçosa está em vermos que apenas descansara alguns dias em Lisboa depois de concluída a visita do Alentejo, logo se dispôs a tornar cá de propósito em 18 de Dezembro. Esta segunda vinda teve por fim especial divertir o cunhado Leopoldo de Hohenzollern, irmão da Rainha D. Estefânia, que viera a Portugal para negociar o seu casamento com a Infanta D. Antónia, e também para obsequiar com uma caçada aos principais figurões de Évora que o tinham recebido bem no seu regresso de Vila Viçosa, e outros. Além do referido Leopoldo, veio Sua Majestade El-Rei D. Fernando, o Infante D. Luís e o Infante D. João, companheiro inseparável de D. Pedro V e seu mais dedicado amigo, o Marquês de Ficalho, D. Francisco de Melo, seu irmão (que depois foi Conde de Mafra), o Conde de Vimioso, etc. Chegou a Real comitiva às quatro horas e três quartos da tarde do dia 18 de Dezembro, tendo vindo até Elvas pelo caminho de ferro de leste e ali entrou El-Rei com o cunhado, pai e irmãos num coche tirado por três parelhas de mulas que já estavam lá de prevenção. Como esta era a segunda visita de El-Rei à nossa vila, a Câmara, Clero e Auto

ridades foram esperá-lo à porta do Paço e apenas o Administrador do Concelho com o seu Escrivão se adiantou até ao marco de Borba onde se põe a girândola do costume para sinal às torres da vila a fim de começarem a repicar e se prevenirem os que esperam a Suas Majestades.

A hora em que os coches e trens embocavam no Terreiro do Paço chovia copiosamente e por isso as autoridades eclesiásticas e civis tiveram de esperar os Régios Hóspedes no vestíbulo da porta do Paço. El-Rei subiu levando o cunhado pela mão e todos os mais subiram com alguma pressa. Porém El-Rei, assim como seu pai, tornaram logo à sala dos Tudescos para aceitarem os cumprimentos da Câmara, Clero, funcionários civis e pessoas particulares que vestem uma casaca e põem gravata ao pescoço. E à despedida beijaram-lhe todos a mão. Foi esta a única vez em que eu, até hoje, assisti à recepção da Família Real na nossa vila. Estiveram também à porta do Paço os Capelães da casa em hábito coral e, mandando dizer depois a El-Rei por Augusto César Falcão da Fonseca, criatura do Falcão Administrador Geral da Casa de Bragança, que estava tudo pronto para se cantar o *Te Deum*, respondeu ele que agradecia e dispensava a cerimónia. Depois jantaram e descansaram no Paço.

No dia seguinte (19) teve lugar a grande caçada a que assistiram figurões importantes da província como Governador Civil Guedes, José Paulo de Mira, Torres, Galeguinho e Fiusa, de Evora, Avilez de Portalegre, etc. e em que mataram 26 gamos e veados, os quais foram expostos na sala dos Tudescos (ainda não assoalhada) para ali serem admirados. Estes foram os que logo caíram mortos, mas depois os couteiros encontraram mais alguns como sucede sempre nestas ocasiões. Eram onze horas da manhã quando partiram para a Tapada. Os convidados provincianos, que se achavam aposentados em casas particulares da vila, foram para o Terreiro do Paço à hora indicada, indo todos montados em bons cavalos com um criado cada um atrás montado igualmente. Os senhores formavam uma extensa fila e na sua rectaguarda formavam outra os criados. Vieram cavalos das cavalariças Reais e montaram-se também El-Rei, seu pai, irmão D. João e cunhado, e alguns fidalgos, menos o Infante D. Luís que já de manhã cedo tinha ido para caçar galinholas. Voltaram ao sol posto.

A 20 saíu D. Pedro V a cavalo com o Infante D. João e alguns fidalgos pelas seis horas da manhã e encaminhou-se a Montes Claros. Subiu à Capela de Nossa Senhora da Vitória onde se entreteve a ler a inscrição do monumento do adro da dita Capela. E, descendo à planície de Travassos, foi ver o troféu da última refrega da batalha e ler o letreiro do padrão. Tornando a Vi

la Viçosa pelas Fontaínhas, por onde viera, almoçou e saiu depois para a vila com o dito seu irmão e o cunhado Leopoldo. Foram à Torre de Menagem ou do Caracena, à Igreja Matriz, ao Castelo e aos Conventos de Freiras para lhes falar e agradecer os refrescos do costume. De tarde caçaram na tapada até ao escurecer. A noite, assim como depois do almoço, deu sempre audiência à Câmara, aos Capelães da Casa e mais pessoas que precisavam de lhe falar ou tinham gosto em lhe beijar a mão. Tomé de Sousa foi convidado para o jantar deste dia. No seguinte (21) pelas cinco horas e meia da manhã partiu para Évora e daí para Lisboa, deixando ao Almoxarife Joaquim Cipriano abundantes esmolas para os pobres como sucedera na visita anterior.

II

Ano de 1861.

1. - Começaram neste ano a manifestar-se as simpatias de D. Pedro V pela nossa terra, mostrando com isso que tencionava tornar cá muitas vezes. Até se disse que ele pensara em abdicar a Coroa Real ficando com a Casa de Bragança e estabelecendo entre nós a sua residência ordinária. Se isto era ou não verdade, eu o ignoro e apenas consigno a voz que então correu.

A primeira coisa com que devia ser dotada a nossa vila para poder estar cá a Corte era uma estação telegráfica e portanto El-Rei mandou que assim se fizesse, tendo a linha dois fios para não haver impedimento na transmissão dos telegramas. Essa primeira estação foi estabelecida nas casas do Carvalhinho, que fazem esquina com a Igreja dos Gracianos, e começou a trabalhar no dia 12 de Junho. Agora ficou a nossa Câmara pagando o aluguer da casa da estação, mas depois passou tudo à conta da Direcção-Geral dos Faróis e Telégrafos do Reino com um só empregado em lugar de três como era no seu princípio, havendo um só fio. Por fim de anos tornou-se a restabelecer o outro.

2. - Depois de ter chegado um arquitecto de Lisboa com alguns oficiais de alvenéu e grandes pranchas de madeira para andaimes, deu-se princípio ao reparo da Igreja de Santo Agostinho em 17 de Junho. Foram atacadas as rachas que havia no zimbório. Este foi apertado com duas linhas de ferro em cruz e uma outra posta perpendicular às ditas duas, descendo assim do vértice do mesmo zimbório que depois foi rebocado por dentro e por fora e limpas as cantarias. As suas quatro janelas passaram então a ter caixilhos de vidraças

pela parte de fora e não pela de dentro, o que facilitou poderem reformar - -se sem o dificílimo arvoramento de escadas. Feito isto, passaram os alvenéus a revolver todos os telhados da Igreja, pondo-lhes passadeiras de ladrilho para mais fácil trânsito pelos mesmos. Foram oleadas as portas e janelas e providas estas de quantos vidros careciam. Correu naquele tempo que esta obra importara em três contos de réis, pagos pela Casa de Bragança.

3. - Nos fins de Setembro havia soltado ferro do porto de Lisboa a corveta "Bartolomeu Dias", levando a Infanta D. Antónia desposada com o Príncipe Leopoldo Estêvão Carlos, e acompanhada pelos seus augustos irmãos D. Luís e D. João. El-Rei, devorado pela saudade, estava um dia à mesa com os jovens Infantes D. Fernando e D. Augusto e, vendo-os a eles também tristes pela separação perpétua de duas irmãs casadas para o estrangeiro e de dois irmãos que temporariamente se tinham ausentado para acompanharem a mais nova até à Prússia, lembrou-se de lhes dizer para desafogo das saudades que os consumiam: - *Querem Vossas Altezas ir dar um passeio até Vila Viçosa? - Oh!...*, respiraram os jovens Príncipes de contentamento ao ouvirem tão agradável proposta. E instaram com Sua Majestade para que ela não ficasse em meras palavras. El-Rei, ao levantar-se da mesa, deu ordem para se fazerem os indispensáveis preparativos para marchar o mais breve possível para a nossa terra de que estava enamorado. Partindo para a província Transtagana, entrou em Vila Viçosa no dia 30 de Setembro à hora e meia da tarde com os ditos Infantes, seus irmãos, alguns fidalgos e criados. Como sempre, o Administrador do Concelho foi esperar El-Rei ao marco de Borba e a Câmara com o Clero e mais funcionários civis aguardavam-no à porta do Paço.

Se nalgum tempo houver poetas que se proponham descrever esta jornada intentada por El-Rei para desafogar saudades, poderão tecer episódios não menos comovedores que o de Inês de Castro nos Lusíadas de Luís de Camões ... Aqui estava D. Pedro V, *posto em sossego*, no verdor dos seus 24 anos, distraindo mágoas, uns dias caçando na Tapada, outros passeando no Reguengo ou contemplando o pitoresco vale dos encantos de seus avós e sorrindo-se de ver do tardoz do Paço os jovens Infantes entregues no Reguengo a brinquedos pueris... e repreendendo-os depois modestamente. Neste sossego de alma, *ledo e feliz*, celebrava-se em Lisboa na "Associação Patriótica" do Beco do Monete uma sessão nocturna e meio secreta que era de arrepiar os cabelos... A propósito da protecção manifesta dada por El-Rei às Irmãs de Caridade vindas de França em 1857 para prestarem socorros aos epidémicos da febre amarela e aos órfãos desvalidos e que os mações a todo o custo queriam ver expul

sàs de Portugal, disse ali um tal cidadão Marquês (se me não falha a memória) que em muitos casos era necessário o regicídio para remover certas dificuldades, aliás insuperáveis, como sucedera em França com Luís XVI em Janeiro de 1793. Estas palavras foram ouvidas com desgosto pela maior parte dos circunstantes, apesar de ser tudo gente das chafaricas maçónicas porque o Rei era geralmente estimado e só o aborreciam os mações por se não moldar a todas as suas exigências em menoscabo da Religião. Os mesmos ouvintes, indignados, contaram no outro dia aos seus amigos o que se passara na Associação Patriótica e, chegando a sinistra nova ao conhecimento do Ministério, pôs-se o seu Presidente Marquês de Loulé a caminho de Vila Viçosa para informar El-Rei daquela desagradável ocorrência. Chegado aqui em 4 de Outubro (se me não engano), teve uma audiência particular com D. Pedro V que naquela hora estava praticando com o Almoxarife Joaquim Cipriano, a quem dera pouco antes um hábito de Cristo e fizera seu criado particular em prémio da sua boa e fiel administração. Este retirou-se à chegada do Presidente do Conselho de Ministros para outra sala próxima de onde não ouvia mas via os dois interlocutores e notou, sem saber por que motivo, que se desvanecera a rubra cor das faces do Monarca ficando pensativo desde aquela entrevista ... No outro dia tornava logo para Lisboa o Marquês de Loulé e, chegado ali, expediu uma portaria na qual ordenava em nome de El-Rei a supressão da "Associação Patriótica" e uma sindicância sobre o que nela se passara com respeito às lúgubres notícias que circulavam com indignação pela Capital.

El-Rei ficou já desassossegado e abreviando a sua diversão a Vila Viçosa, partiu daqui no dia 6 pelas seis horas da manhã, dirigindo-se a Estremoz de onde seguiu pelas povoações da charneca até chegar a Santarém. No jantar ali dado por Salamanca, empresário do caminho de ferro do sueste, e a que já assistira seu augusto pai vindo de Lisboa a esperá-lo, foi que, segundo a voz comum, começou a arruinar-se a sua saúde e a dos seus jovens irmãos, ficando ileso o Rei D. Fernando por não querer tomar o café que já estava frio quando lho lembraram. Não sei quem fosse o autor dos envenenamentos, mas a coincidência deles com o caso da Associação do Beco do Monete bem deixa ver que andou aqui a mão da maçonaria Portuguesa...

Passados alguns dias, correu em Vila Viçosa a notícia de estarem doentes El-Rei e seus irmãos mais novos. O Infante D. Fernando falecia em 6 de Novembro quando já El-Rei estava em convalescença e depois recaíu sucumbindo no dia 11 às sete horas e um quarto da noite no meio de horríveis convulsões. A notícia do seu estado gravemente enfermo chegou a Vila Viçosa pe-

las dez horas da manhã e logo se fizeram preces públicas nas Igrejas pela sua saúde. Porém, ao meio-dia de 12 chegou a infausta nova da sua morte. Deu-se o sinal imediatamente na torre da Capela Real e em seguida fizeram outro tanto as das Igrejas Paroquiais, dos Conventos e outras. Publicou - se também logo o luto público por um ano, seis meses rigoroso e os outros seis aliviado.

O Infante D. Augusto continuava gravemente enfermo e assim continuou por muitos meses, salvando-o por fim um médico preto que lhe fez ir o veneno para os pés.

Puseram então os jornais em voga (se de boa ou má fé, não discuto) que a doença da Família Real proviera de um envenenamento miasmático, efeito de passarem por muitos arrozais antes de chegarem a Santarém, chamando às febres de que padecia El-Rei e seus irmãos "febres paludosas". No meio disto sai-se o Capitão de Infantaria 17, Luis Augusto Pimentel, residente em Estremoz, avançando nos jornais também o paradoxo de ter o envenenamento miasmático procedido das águas salôbras dos tanques do Paço de Vila Viçosa ... Pobre tonto! Ele não sabia por então o que depois se averiguou. De mais: voltam da Prússia os dois Infantes D. Luís e D. João e este último, que não viera a Vila Viçosa nem passara pelos arrozais, aparece finalmente enfermo em Lisboa. Assiste dificilmente à coroação do Senhor D. Luís I em 22 de Dezembro e depois em 27 sucumbe também envenenado, conforme disseram, num charuto.

A Câmara de Vila Viçosa, indignada com a estulta lembrança do capitão Pimentel, ainda que se crê ter assim procedido de boa fé, procurou reunir uma junta de médicos para se proceder a uma análise das águas do tanque grande que tem nascentes dentro e portanto encerra água até potável. Além dos Facultativos de Cavalaria 3, foram chamados de Borba o médico Manuel Vicente Calisto e do Alandroal o médico Lino de Macedo, ambos formados pela Universidade Conimbricense. Feita a análise química sob a presidência do nosso médico João Nepomuceno Rivara, lavrou-se um auto dela que foi escrito pelo Dr. Macedo atestando que a água analisada era nativa do mesmo tanque, inteiramente cristalina e sem exalações de miasmas que pudessem deteriorar a saúde das pessoas que as respirassem. Este auto foi publicado na folha oficial do Governo e reproduzido no folheto intitulado *Vida e últimos momentos de D. Pedro V*. Não o transcrevo aqui por não o ter à mão.

Fez bem a Câmara em proceder assim, mas ninguém, passadas as primeiras impressões, acreditou, nem nas febres paludosas, nem nos miasmas dos nossos

tanques. Se o Infante D. Augusto acreditara em tal, nunca mais poria os seus pés em Vila Viçosa...

4. - A falta de D. Pedro V foi muito sentida em todo o Reino, tanto por verem os povos que ele, apesar da sua curta idade, prestava atenção aos negócios públicos, como por lhe reconhecerem boas qualidades pessoais, como finalmente por morrer na flor dos anos e vítima da maçonaria como crêem todos os seus contemporâneos. Os próprios Miguelistas eram-lhe afectos, embora lhe negassem a legitimidade Real e o reconheçam como primeiro Rei de uma nova dinastia, não Brigantina, mas Coburguesa ou Alemã visto que só descendia por fêmea da raça dos Braganças. A varonia desta raça ou dinastia reside actualmente em D. Pedro II, Imperador do Brasil, e crê-se acabar nele porquanto não tem filho varão. Sendo assim, a linha da varonia passa para D. Miguel II e seus filhos e na falta deles para os Duques de Cadaval que descendem de D. Álvaro, filho do 2º Duque de Bragança.

Em Vila Viçosa deram-se mostras bastantes do sentimento pela morte do jovem Rei, principalmente por simpatia pessoal para com ele. Logo em 14 do dito mês de Novembro foi o Regimento de Cavalaria nº 3 à Matriz a ouvir missa cantada por alma dele a expensas suas. Em 16 praticou outro tanto a Comissão Administrativa da Misericórdia, sendo a missa cantada pelo seu Capelão na respectiva Igreja e concorrendo gratuitamente os ministros da Real Capela.

Depois destes primeiros testemunhos de saudade pelo Rei esperançoso, tratou-se de exéquias solenes, tanto por parte da Capela Real como por conta do Município. A Câmara não devia celebrar tais exéquias por não ter ainda equilibradas as suas receitas e despesas. Mas porque o sentimento pela morte de D. Pedro V era verdadeiro e fundo, resolveu que se fizessem, ainda empregando medidas económicas para lhe ficarem mais baratas. Isto se conseguiu combinando-se com o Almoxarife Joaquim Cipriano que tivessem lugar na Igreja de Santo Agostinho tanto as exéquias da Capela Real como as da Câmara a fim de poupar esta muitíssimo na armação da Igreja e eça. Foram quase umas exéquias de meias, salva a diferença de terem lugar os ofícios fúnebres em dias distintos. As da Capela ou Casa de Bragança efectuaram-se nos dias 16 de Dezembro de tarde e 17 de manhã e as da Câmara em 19 de tarde e 20 de manhã. Nas primeiras serviu no coreto de madeira levantado no cruzeiro o órgão pequeno ou realejo da Capela, sendo tocado pelo organista António Maria Ribeiro, outrora segundo e agora único organista da casa por ter Francisco Peres, seu mestre, falecido em Junho, e foi reforçado por um baixo de latão. Nas

segundas exéquias serviu o harmónio da Matriz do Alandroal, vindo tocá-lo Joaquim Maria Morte, Miguelista intransigente, falecido naquela vila em 1882, por não estarem os nossos organistas habituados a servirem-se destes novos instrumentos. Nas primeiras exéquias cantou o Almoxarife Joaquim Cipriano com Luís do Rosário (baixo) o dueto *Suscipiatte Christus* composto expressamente por António Maria Ribeiro para a primeira absolvição do túmulo. Dizem-me que Joaquim Cipriano cantara o tenor daquela composição com uma rara expressão de sentimento sem igual. Ele era amicíssimo do Rei finado e parecia adivinhar que haviam de dar-lhe a demissão do seu cargo antes de um ano por intrigas pois foi um dos melhores almoxarifes deste século.

A armação da Igreja e principalmente o risco da eça foram entregues à conta do nosso patrício Manuel Maria Matroco, Escrivão da Câmara, pessoa competentíssima e de merecimento já provado em semelhantes empresas. Eu não vi a eça, nem assisti às exéquias porque nesses dias estava em exercícios espirituais no seminário de Évora para receber a sagrada ordem do subdiaconato ; mas assistiu meu irmão, o Prior de Bencatel, e tenho à vista para mais segurança da minha narrativa uma relação das exéquias da Câmara da letra do nosso patrício Dr. Pousão, a qual foi proximamente publicada num jornal e que o dito Matroco, primo de Pousão e meu amigo, me forneceu. Vou portanto deixar falar o dito Pousão com os arroubamentos daqueles dias de sentidas mágoas. Ouçam-no:

"Exéquias Reais em Vila Viçosa.

Foi a Igreja do convento dos Gracianos ... ... o templo que a Câmara de Vila Viçosa escolheu para a função fúnebre das Exéquias por alma do mui alto, muito poderoso e fidelíssimo Monarca que no dia 11 do próximo Novembro escondeu a face majestosa no sepulcro.

No vasto cruzeiro e sob o imponente zimbório, reedificado(1) *as expensas do Rei finado, se erguia à altura de dez metros acima do estrado e degraus forrados de negro um majestoso mausoléu, elegantemente decorado. Na face da base, virada para o guardavento, a era de 1857, tão notável pelos rasgos de valor e caridade que ligaram estreitamente o povo com o Rei em angustiosas cenas dum tremendo flagelo, estava gravado em letras de prata*(2) *dentro de uma elipse de relevos dourados e por baixo em letras de prata*(2) *sobre fundo negro a seguinte legenda:*

---

(1) Entenda-se que o zimbório não foi desmanchado e feito de novo.
(2) Quer dizer, letras de papel prateado coladas aos crepes.

FOI MODELO DE REIS! O REGIO MANTO
COBRIU POBRES.. ENFERMOS.. DESVALIDAS!..
O MARMOR SEPULCHRAL ORVALHE O PRANTO
DE SAUDADES, QUE TANTO SÃO MER'CIDAS!!

Sobre aquela peça quadrilonga, à roda da qual a cera ardia em primorosas banquetas douradas, se levantava outra de cantos cavados e forrados de lhama de prata, mostrando o centro lindos arabescos de veludo preto sobre fundo dourado. Sobre essa segunda peça se via a urna funerária vestida de veludo preto com bordaduras de ouro e prata e sustentada por quatro leões dourados, apoiando-se altivos sobre globos também dourados. Acima desta urna estava o ataúde real com ceptro e coroa velada de negro sobre almofada de veludo preto, sobremontado tudo de um dossel forrado de arminho e apoiado em quatro colunas que guarneciam os cantos do ataúde.

A boca da tribuna do altar-mor estava coberta de rico pano de veludo preto com grande cruz de prata no centro e cercadura dourada. Cortinados iguais a esta guarnição decoravam os altares laterais, sendo os frontais ou de veludo ou de damasco preto franjados de ouro. Roupas iguais a esses cortinados adereçavam os púlpitos, deixando todavia aparecer as pombas, flores e arabescos que o magnífico cinzel de hábil artista soubera recortar em nevados mármores.

As janelas tapadas e os vultos sombrios dos cenotáfios dos Duques de Bragança, completavam o aspecto luctuoso do templo.

A função começou no dia 19 por vésperas e matinas, seguindo-se no dia 20 a missa cantada, sermão e absolvições.

Assistiu a Câmara Municipal com vestes pretas de lã, capas compridas, chapéus derrubados, ornados de amplos fumos. O Estandarte Municipal, azul e branco, ia enrolado e coberto de véu negro. Assistimos também como Administrador deste Concelho com uniforme de luto pesado e acompanhado por todo o pessoal da Administração.(1)

As Autoridades, Judicial e Fiscal,(2) com os seus subordinados, o Deputado Silveira Menezes,(3) a Oficialidade de Cavalaria nº 3, o Agente do Minis

---

(1) Escrivão, amanuense, regedores e cabos de polícia.
(2) Escrivão de Fazenda e seu suplente ou escriturário e o pessoal da Delegação Aduaneira.
(3) José Maria, de Borba.

tério Público neste Julgado,[1] o Administrador de Borba e muitos outros cavalheiros desta vila, de Borba e do Alandroal tomaram assento nos locais para isso destinados. O concurso de povo foi imenso. O pranto da saudade correu por muitas faces.

A música foi de David Peres. Oficiou o Padre Domingos Tomás Falé, Presidente da Corporação da Real Capela.[2] As absolvições foram lançadas pelos quatro Reverendos Priores das Freguesias Matriz, S. Bartolomeu, Bencatel e S. Romão, paramentados de capas de veludo e damasco preto agaloadas de ouro.

Orou o Reverendo Cónego da Sé de Évora Dr. José Maurício de Carvalho,[3] que cumpriu dignamente a sua missão servindo-se para tema das palavras de Job no cap. 14 - Quasi flos egreditur, et conteritur, et fugit velut umbra.

O ilustre orador ocupou-se principalmente do elevado grau de inteligência e acrisolada caridade do nunca assaz pranteado soberano, e bem assim dos funestos acontecimentos que o assaltaram durante o seu reinado. A habilidade e talento do orador sagrado manifestou-se mais frizante quando descreveu a angélica figura da Rainha, a Senhora D. Estefânia, vindo de longes terras para num feliz enlace conjugal servir de consolação à alma atribulada de El-Rei e descendo depois ao sepulcro quando a grinalda de noiva devera ser ainda viçosa. Relatou os factos que nesta vila atestam a bondade de coração de El-Rei defunto e a sua particular tendência para melhorar os Estabelecimentos de caridade pública. E concluíu por pedir aos Calipolenses um protesto solene sobre o túmulo Real: o de imitar os nobres exemplos do Monarca pranteado, o de exercer a mais divina de todas as virtudes - a Caridade!

A espaços os dobres dos sinos dos vários campanários da Vila enlutavam ainda mais esta função religiosa que terminou pelas descargas do estilo dadas pelo Regimento de Cavalaria nº 3, de cuja força estiveram sempre quatro oficiais inferiores aos cantos do estrado da eça com as espadas em funeral.

Oh! Como era tremendo o contraste daqueles dias com o dia 1º[4] do próxi

---

(1) Ou Subdelegado, Francisco Alves Torres.

(2) Foi isto efeito da composição da Câmara com o Almoxarife da Casa de Bragança para economia de ornatos das exéquias de ambas as partes, pois fora dos ofícios pelos Duques, a cargo da Capela, só o Pároco da Matriz tem presentemente jurisdição ordinária naquela Igreja.

(3) De batina e capa, sem roquete nem estola.

(4) Aliás 30º. Chovia torrencialmente quando chegou El-Rei e portanto saibam os leitores que o período seguinte é puro artifício de retórica. Aquela pintura quadra contudo ao dia 20 de Outubro de 1860, ao qual decerto se referia o escritor sem atinar com ele.

mo pretérito Setembro! Então entusiásticos vivas cercavam o augusto Monarca às portas do Paço Real; os repiques dos sinos, as galas, tudo anunciava que o Rei amigo, o protector desvelado transpunha os umbrais do solar dos seus maiores. Agora os sons melancólicos do órgão em cântico de finados, os crepes negros rojando nas campas do Templo fronteiro àquele Palácio testemunhavam o finamento daquele que há poucos dias o povo vitoriava com amor!! Quem diria ao Rei magnânimo, que apressara a conclusão da reedificação dessa Igreja, que a primeira função que nela se faria seria um Ofício por sua alma? Vila Viçosa, 25 de Dezembro de 1861. - Francisco Augusto Nunes Pousão.[1] "

Em aditamento referirei que a legenda em verso atrás mencionada e composta pelo mesmo Pousão devia figurar numa das ilhargas do primeiro corpo da eça ou paralelogramo cúbico, lendo-se na oposta uma outra do mesmo autor que rezava assim:

Nas crises dolorosas foi conforto
Em momentos cruéis de provação!
Abraçai-vos à cruz! El-Rei é morto!
Curvai frontes... orai! Era um Cristão!

Mas faltou o tempo. O hábil Matroco não pôde talhar as letras e colá-las, não obstante sair já do templo às duas horas da madrugada do dia 16 com os armadores à sua ordem, segundo informações verbais que o mesmo fez o favor de me dar. Também se tinha encarregado de talhar e dirigir a confecção dos chapéus dos Vereadores, etc., e portanto só fez o que lhe foi possível.

Estas exéquias Reais foram as únicas celebradas nos meus dias. Se as comparo com as de 1816 e 1826, vejo que lhes ficaram muito inferiores na pompa em razão de faltar a cerimónia do quebramento dos escudos Reais e ser muito mais diminuto o cortejo Municipal. Os leitores bem sabem que dantes concorriam todos os pautados para os cargos do Concelho e as corporações dos artistas com os seus juízes e escrivães, etc. Agora, porém, que se procura desconsiderar a Autoridade Real, têm-se despido as demonstrações de sentimento pela morte dos Monarcas de todas aquelas antigas fórmulas que deviam ser conservadas por isso mesmo que remontam aos primitivos tempos da nossa monarquia.

Do exposto resulta que houve nesta vila, e bem assim por todo o Reino, um verdadeiro sentimento pela morte de D. Pedro V. E para que melhor ainda o

---

(1) Se me não engano, este artigo foi publicado no "Jornal do Comércio".

conheçam os vindouros acrescentarei que os Capelães da Real Capela, chegado o aniversário do seu óbito, determinaram fazer-lhe um ofício de cantochão e missa cantada por música de órgão com a competente absolvição final. No segundo aniversário repetiram a mesma coisa e assim ficou o costume naquela casa de se fazer em especial por este Rei e Duque de Bragança o que se não faz por algum outro.

CAPITULO CXXX

Crónica dos anos de 1862 e 1863.

Vereadores deste biénio. Inauguração da escola de ensino primário em Bencatel. Restituição da Capela Real à sua própria casa. Comemoração festiva do casamento de El-Rei D. Luís I. Melhoramento da Freguesia de S. Romão. Grande colheita de azeitona. Fundação da sociedade artística de recreio. Colocação das Repartições da Administração do Concelho e da Fazenda nos Paços Municipais. Obras no Colégio. Situação financeira do cofre municipal.

I

Ano de 1862.

1. - Tiveram neste biénio as rédeas da governança municipal os seguintes Vereadores: Tomé de Sousa Menezes, presidente, Miguel João Azambuja, Joaquim Luís Fernandes, Joaquim Cipriano dos Santos e José Anastácio Ramalho Falé.

2. - No dia primeiro de Janeiro inaugurou-se a escola de instrução primária de Bencatel que fôra requerida por alguns moradores desta aldeia, tomando posse da cadeira o professor temporário Francisco Gomes Pereira, natural de Vila Viçosa.(1) Deu-lhe a dita posse o Administrador do Concelho Francisco Augusto Nunes Pousão. Findo o triénio e posta a cadeira novamente a concurso, obteve provimento vitalício de que se utilizou pouco tempo falecendo em Maio de 1867.

3. - Em Agosto foram intimados os Capelães da Real Capela para se transferir a mesma para a sua casa própria no Paço Ducal, tanto por não haver já razão alguma para continuar no Colégio, como por ter sido a Igreja deste cedida à Paróquia de S. Bartolomeu aí por 1855, sendo Pároco desta o Padre Filipe Benício, falecido a 24 de Junho do ano seguinte. Encontro nas memórias particulares do Beneficiado Padre Manuel Correia menção de ter ele e seus colegas principiado a funcionar na Capela do Paço a 19 de Agosto, demorando-se alguns dias depois da condução das alfaias e utensílios para completa -

---

(1) Fôra criada por Decreto de 25 de Julho de 1860.

rem a conta certa de 56 anos e 2 meses de serviço no Colégio, pois diz que o Cabido se transferira para ali provisoriamente no dia 18 de Junho de 1806.

O 1º oficial do Tribunal da Casa de Bragança, Augusto César Falcão da Fonseca, deputado por seu padrinho Falcão, Administrador Geral da mesma Casa, para fazer recolher os Benificiados à Capela do Paço e dispor a entrega da Igreja do Colégio à Junta de Paróquia de S. Bartolomeu executou ainda as medidas seguintes: privou as Beatas do gozo do coro alto, do qual não devia prescindir a Paróquia e destinou-lhes para ouvirem missa a tribuna Ducal da parte do Evangelho pondo-lhe aí uma rótula das que estavam no coro. Mais lhes deu a casa que está por baixo e que dantes servia de Secretaria do Cabido para que, sucedendo não poderem acomodar-se as recolhidas lá em cima, viesse o resto para baixo. Ora, esta casa fez muita falta à Irmandade do Santíssimo. Porém assim foi preciso compor as requisições de uma e uma parte dos cessionários do Colégio.

As Beatas ficaram descontentes por lhes ser tirado o coro alto, mas não advertiam que assim mesmo a transferência da Paróquia de S. Bartolomeu lhes era vantajosa, aliás não se queixariam. A Capela tinha forçosamente de recolher-se ao Paço e então ficava o Beatério sem missa por não ter meios com que pagar a um capelão privativamente seu, o que tudo se remediou transferindo-se para ali a sobredita Paróquia.

Para as Beatas ficarem assistindo comodamente aos divinos ofícios era mister que no lugar da sua tribuna se construísse outra mais ampla e saliente montada em pés ou dentes de pedra, o que se não fez até agora mas é possível realizar-se nalgum tempo. E nessa condição já poderiam dispensar a casa de baixo para sacristia dos Irmãos do Santíssimo Sacramento.

Os Beneficiados da Capela Real fizeram remover do Colégio tudo quanto era da mesma capela e, segundo alguns, até levaram frontais e roupas que eram do Colégio; porém, esqueceram-se de mandar tirar da Capelinha particular das Beatas uma imagem de S. João Baptista de escultura muito perfeita que fôra dada de presente a El-Rei D. João V pelo Papa Bento XIV. A verdade, porém, é que nisso não houve esquecimento: as Beatas pediram aos Padres que não lhes levassem o Santo Precursor de Cristo e eles deixaram-no ali em memória de lá ter funcionado a Real Capela.

Desde logo o Pároco António Maria Palma com os vogais da Junta de Paróquia começaram a consertar a Igreja e a fazer as acomodações precisas para ali se estabelecer a Freguesia de S. Bartolomeu. Isto, porém, levou tempo a executar, principalmente por falta de meios. Por isso tornarei a este assun

to num dos anais seguintes.

4. - Em 5 de Outubro à tarde chegou a notícia de ter chegado à barra de Lisboa a esquadrilha Italiana que trazia a seu bordo a Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia de Sabóia, desposada com Sua Majestade El-Rei D. Luís I e logo o Regimento de Cavalaria nº 3 publicou esta nova queimando alguns foguetes do ar. No dia 6 continuaram os foguetes, repiques e toques de música no quartel do mesmo regimento, iluminando-se o dito quartel, o Palácio Real, os Paços Municipais e as casas de alguns funcionários. Pelas cinco horas da tarde cantou-se na Matriz um *Te Deum* por música de órgão, assistindo a ele a Câmara em carácter, assim como todas as mais autoridades eclesiásticas, civis e militares.

5. - Melhorou notavelmente neste ano a condição da Paróquia rural de S. Romão. Falecendo ali Francisco de Paula Jordão, vulgo "Geadas", natural de Vila Viçosa e residente na dita aldeia onde casara com uma viúva bem remediada, legou em seu testamento à Freguesia o prédio de casas da sua residência com o fim de ser vendido o dito prédio e capitalizado o seu preço pela Irmandade do Santíssimo Sacramento que deveria constituir-se desde logo e sustentar uma lâmpada em todo o ano com o produto daquele capital. Mirava com isso obrigar os Párocos a terem ali residência efectiva e de facto cumpriram-se os seus desejos.

Trataram os Sanromanenses de organizar a Irmandade redigindo o seu compromisso em forma legal. Entretanto vendeu-se o prédio de casas que rendeu quatrocentos mil réis e foram empregados na compra de inscrições da Junta de Crédito Público, produzindo então um rendimento anual de 45:000 réis ou perto. Ao mesmo tempo estimulou-se o zelo dos paroquianos para arranjarem ao Pároco uma residência suficientemente cómoda, pois que a existente constava apenas de duas casinhas e a cavalariça. Uns deram materiais, outros arrumações deles e outros dinheiro, de sorte que se aumentou a residência com mais quatro casas e vindo já a constar de seis afora a cavalariça. Porém o principal influente desta obra foi o lavrador João Pedro Velez, fundador de uma casa nobre de janelas de sacada, que veio a ser a primeira desta grandeza na referida aldeia. Correu que ele fôra o realizador da obra e o principal contribuinte dela, cabendo-lhe assim o direito de ser colocado a par do nosso patrício Jordão nesta gloriosa empresa.

O Padre Francisco José Lopes, que tivera já dissidências com os Freguesses (como dito é) e não queria residir em S. Romão, despediu-se da paróquia neste meio tempo alegando achaques e passou a ser nomeado por encomendação

o Capelão do Forte Padre Luís António da Conceição, natural de Elvas e subdito daquele bispado de onde trouxe a competente dimissória. Tomou posse do Curato no seguinte ano, sendo o primeiro Pároco de residência efectiva e com depósito do Santíssimo Sacramento. Não acabou ali o dito Pároco porque, sendo a Igreja posta a concurso, não se opôs a ele e portanto houve de ceder o seu lugar a José de Sousa Fialho, natural de Veiros. Isto em Dezembro de 1874.

6. - Tornou-se muito favorável este ano porque abundou extraordinariamente a azeitona que demais se achava bem oleosa e o alqueire de azeite vendeu-se para exportação, logo na colheita, por 1:200 réis e mais. Os outros produtos agrícolas rendiam bastante, apesar de não haver escassez deles, mas por serem exportados para os portos de Setúbal e Lisboa. O trigo, em Outubro, vendia-se por 700 réis o alqueire.

II

Ano de 1863.

1. - Em Abril deste ano começou a existir a Sociedade Artística de Recreio.

Já em 1852 e anos seguintes houvera no velho palacete da rua das Cortes uma destas sociedades com o título de "Club", de que faziam parte os oficiais de Cavalaria nº 3 e alguns paisanos da classe mais alta, sendo seu autor o Coronel José Júlio de Amaral, mas não chegou a durar mais que meia dúzia de anos. Agora o principal iniciador da Sociedade Artística foi o comerciante Filipe Nery Cunhal, sobrinho do finado Prior Filipe Benício, tendo por cooperadores alguns patrícios nossos, nomeadamente António Carlos de Matos Azambuja do qual se afirmou que contribuíra com 50:000 réis para as despesas de mobília.

Inaugurou-se na casa nobre que está ao fundo da rua de Três e onde se conservou até ao ano de 1882 passando para a casa da rua de António Homem que tem duas janelas para a Praça.

Conquanto se lhe desse o título de artística, esta sociedade admitiu quantos indivíduos quiseram sujeitar-se à prestação mensal de 200 réis, vindo assim a ser composta de gente de todas as classes e sendo até os artistas em menor número. Por isso mesmo, quando ao cabo de muitos anos legalizaram a

existência da sociedade formulando estatutos e submetendo-os à aprovação do Governador Civil, deviam ter-lhe mudado o título.

Este sistema de sociedades recreativas modernamente introduzido não é mau para as pessoas leigas que, buscando a diversão do espírito, acham ali um paradeiro ou pasmatório com liberdade e franqueza, o que nem sempre acontece demandando-se a casa de um amigo a quem muitas vezes se vai dar incómodo. O que pretende jogar ao bilhar, ler jornais ou cavaquear, encontra ali sem favor de ninguém essas distracções mediante uma pequena quota mensal. Além disto a sociedade tem dado mostras de espírito religioso acompanhando os funerais dos seus sócios e mandando-lhes dizer por alma um certo número de missas, o que lhe faz muita honra e bem podia tomar assim a denominação de Casino ou Círculo Católico.

As suas salas estão muito bem mobiladas, o que não se conseguiu de repente, mas pouco a pouco segundo o foram permitindo os fundos da sociedade. Ao cabo de alguns anos adquiriram segundo bilhar e mais tarde um bom piano vertical. O jogo de algibeira é proibido.

Aí por 1870 houve quem propusesse a celebração de bailes franqueando as salas às senhoras dos sócios conforme se pratica em cidades e vilas opulentas, mas houve quem se opusesse a tal ideia por vir a estabelecer-se desta sorte um luxo que afastaria os sócios não abastados. Fizeram bem porque a terra no geral está pobre e não comporta grandes sacrifícios de luxo.

Outra coisa planearam ali também e que pena é não ir por diante. Falo de um Montepio com o título de Nossa Senhora da Conceição. Isto era realizável e a mesma repartição que corresse com a sua gerência podia ser administradora de uma Caixa económica onde os Calipolenses remediados fossem depositar as suas economias a prazo e à ordem. Este dinheiro, dado a juro razoável sobre letras ou penhores, estava rendendo sempre alguma coisa aos seus donos e servia para tirar de apuros muitos indivíduos que ou recorrem a agiotas sem alma nem consciência ou vão dar interesses a pessoas de fora da terra.

2. - Enquanto se estabelecia a Sociedade Artística faziam-se obras nos Paços Municipais para se acomodar ali a Administração do Concelho e a Repartição de Fazenda cujos cartórios andavam por casa dos respectivos escrivães. A esse tempo já funcionava ali a secretaria da Câmara (creio que desde 1858) achando-se estabelecida em metade da casa da biblioteca que foi circunscrita à outra metade interior. E como restavam ainda outras casas da aposentadoria do Concelho, planeou-se aproveitá-las para aquelas duas repartições

públicas. A dúvida maior que se opunha era ter de abrir-se no primeiro patamar da escada um novo lanço para a traseira do edifício a fim de ficarem independentes da secretaria e da biblioteca, o que se conseguiu rompendo-se o muro e colocando-se aí o pórtico da Igreja de S. Sebastião cuja sorte fôra abandonada. Comunicando-se, pois, a escada com uma boa sala de janela de peitoril dizendo para o sul, destinaram-se para a mão direita duas salas : uma para a secretaria e outra para gabinete do Administrador do Concelho; e para a esquerda outras duas em que começou a funcionar a Repartição de Fazenda. Criaram-se então meirinhos ou contínuos para estas repartições públicas que o povo olhou com agrado por ficarem num ponto central da vila e com um horário certo de se abrirem e fecharem, o que dantes não acontecia.

3. - Trabalhava-se neste ano com muita actividade em reparar a Igreja do Colégio e fazer ali as acomodações precisas para a transferência da Freguesia de S. Bartolomeu. A Junta de Paróquia obtivera um subsídio de cem mil réis dado pela Junta da Bula da Cruzada e uma grossa esmola da Imperatriz, viúva de D. Pedro I do Brasil, juntando-se a isto o produto dos rendimentos de Nossa Senhora da Saúde e Santo António, administrados pela mesma Junta de Paróquia, e uma subscrição dos Fregueses. Mas todo este dinheiro não chegava para as despesas impreteríveis e portanto foi necessário cumprir o programa dos nossos últimos tempos: *edificar destruindo*. Quero dizer que se profanou a Igreja do Convento de S. Paulo no seguinte ano de 1864 para se aproveitar muita coisa que ainda lá havia, o que esmiuçarei no anal seguinte como em lugar mais próprio.

A primeira coisa a que se procedeu foi consertar os telhados; comunicar para a Igreja a escada do coro e torres que até então dizia para a portaria das Beatas; arranjar baptistério num vão da torre do norte; reformar as pinturas e retábulos das capelas, etc. Para a capela do Santíssimo foi-se buscar a S. Paulo o engradamento da sua que, sendo muito maior e com filetes dourados sobre cor de azul claro, passou a ser circunscrito a uma capela colateral ficando com assento branco, etc.

O maior peso da promoção destas obras coube ao Pároco António Maria Palma e depois dele ao vogal da Junta Francisco José da Fonseca Prezado, tabelião, de quem se afirmou que adiantara algumas quantias do seu bolso. Apesar de todas as economias, correu que se dispenderam nestas obras de reparação e acomodação mais de três mil cruzados.

No ano seguinte e até Fevereiro de 1865 prosseguiram estes trabalhos posto que lentamente por falta dos precisos recursos.

4. - Porei agora os meus leitores ao facto da situação financeira do cofre municipal visto possuir alguns documentos do activo e passivo no fim de duas gerências.

31 de Dezembro de 1859

Activo	1:306$332
Passivo	1:864$321
Saldo contra o cofre	557$989

31 de Dezembro de 1863

Activo	2:329$723
Passivo	1:419$067
Saldo a favor do cofre	910$656

Este saldo, porém, constava de muitas dívidas activas de foros dos bens do Concelho e do imposto municipal. Mas enfim restabelecia-se o orçamento. Observarei todavia que a dívida às amas dos expostos de 1831 e anos seguintes ficou posta de parte e portanto insolúvel e que a dos facultativos não estava satisfeita ainda por inteiro. Eis aqui, pois, o que se lucrou municipalmente com a revolução de 1834.

5. - Não quero omitir a notícia que nos cabe relativa à primeira desamortização decretada em 4 de Abril de 1861 e que compreendia os bens de freiras, mitras, cabidos e seminários. Começou a dar-se execução à referida lei já no ano de 1862 reinando o Senhor D. Luís e continuou-se neste ano e nos seguintes. Ao contrário do que sucedera com os bens dos frades que renderam um terço do seu legítimo valor por haver ainda então muito respeito para com a propriedade eclesiástica, agora os bens das freiras da Esperança e de Santa Cruz tiveram muitos pretendentes chegando a render mais do que valiam na realidade, aumentando-se assim consideravelmente o valor venal dos nossos prédios rústicos. Para isso contribuíu também assaz o não correr mal a quadra comercial: rendiam muito os nossos produtos agrícolas, as colheitas eram regulares, havia bastante exportação e por conseguinte abundava o numerário em circulação.

Os bens eclesiásticos, arrematados prontamente, foram os livres e alodiais; os foros não achavam facilmente compradores.

As Freiras das Chagas tinham aforado há muitos anos com prudente prevenção os seus prédios livres. Por isso nenhuns lhes venderam agora.

Foi imenso o dano que às consciências trouxe esta lei de desamortização e

as mais que se lhe seguiram! Se muitos patrícios nossos olharam tal desamortização como um roubo sacrílego, a maior parte dos remediados não tiveram escrúpulo em comprar os bens da Igreja a quem não tinha direito sobre eles... Misérias dos nossos tempos!

CAPITULO CXXXI

Crónica dos anos de 1864 e 1865.

Vereadores deste biénio. Continuação das obras do Colégio; abandono e profanação da Igreja de S. Paulo. Eleições para deputado em 1864. Obras públicas no mesmo ano. Trasladação da Freguesia de S. Bartolomeu para o Colégio. Supressão do cargo de rendeiro do campo e restabelecimento de guardas rurais. Comissão dos olivais. Imposto de terrado sobre os gados nas três feiras. Tumultos na feira de Agosto. Imposto sobre os carros. Melhoramentos públicos em 1865. Carro de limpeza e bancas no mercado. Ameaças de cólera morbus; festa deprecatória dos trabalhadores; festa e procissão gratulatória da Ordem Terceira. Conservatória. Decreto para admissão permanente de cereais estrangeiros.

I

Ano de 1864.

1. - Neste ano entrou de novo para a Câmara José de Sousa e Figueiredo, que fôra nalgum tempo Escrivão da mesma Câmara e depois disso Escrivão da Administração do Concelho por muitos anos. Arranjara entretanto a sua independência e, como reconhecidamente hábil para o manejo dos negócios públicos, votaram-lhe logo os seus colegas a presidência da municipalidade. Os outros Vereadores deste biénio foram: António Maria Lobo Vidigal Salgado, José Honório de Pádua Cardoso, Diogo de Castro e Silva Sottomaior, António da Silva Paracana.

2. - Continuaram por este ano, como dito é, as obras na Igreja do Colégio para se transferir para ela a Paróquia de S. Bartolomeu e por economia resolveu-se profanar a Igreja de S. Paulo para tirar dali tudo quanto fosse aproveitável, removendo juntamente as imagens e tomando particular cuidado pela de Nossa Senhora do Rosário que tinha irmandade e algum rendimento.

Depois de aproveitarem o engradamento da Capela do Santíssimo e o mais que lá havia com excepção do sacrário (que mais tarde foi levado para a Matriz), tiraram o guardavento porque o do Colégio era singelo e achava-se arruinado. E do coro alto removeram a estante grande dos antifonários com pé de mármore lavrado, etc.

Trasladou-se para a Igreja do Espírito Santo a imagem de Nossa Senhora do Rosário com as suas colaterais de S. Domingos de Gusmão e S. Vicente Ferreira. Estas duas últimas, porém, não sairam da referida Igreja quando se fez a trasladação da Paróquia. Em Janeiro de 1865 extraíu-se do centro do claustro o resto das lajes de cantaria que ainda lá estavam para se formar um adro às portas do Colégio. E, por não serem já bastantes as ditas lajes, arrancaram-se algumas lousas sepulcrais da casa do capítulo.

Enquanto se extraíam da Igreja de S. Paulo aquelas imagens e utensílios, etc., alegava-se a necessidade impreterível de profanar a dita igreja visto acharem-se muito arruinados os seus telhados chovendo até nas capelas. E porque para ficar inteiramente abandonada só restava retirar-se a confraria de S. Crispim, a Junta de Paróquia de S. Bartolomeu ofereceu a esta a Igreja de Santo António para ir estabelecer-se ali. Os ditos confrades aceitaram essa proposta e oferta por se convencerem de que não era já possível abrir ao culto público a Igreja de S. Paulo sem avultadíssimas despesas com que eles não podiam. E assim dispuseram a sua trasladação para o dia do Natal deste ano de 1864. A hora do sol posto reuniram-se os irmãos sapateiros com alguns devotos, havendo antecipadamente convidado a filarmónica da terra para os acompanhar e assim fizeram o seu saímento de cruz alçada e lanternas acesas, presidindo a esse acto o Pároco de S. Bartolomeu acompanhado pelo seu sacristão. Este facto, que estava mostrando aos olhos de todos a visível decadência da terra, produziu imensa tristeza em todo o povo e foram muitas as pessoas que verteram lágrimas de dor.

Os irmãos de S. Crispim levaram em andores, além da imagem do seu padroeiro, as de Nossa Senhora do Amparo, titular do convento, de S. José, segundo patrono da capela-mor, e de S. Paulo Eremita de longas barbas e túnica de palma que os frades tinham outrora na capela do refeitório. No dia seguinte celebraram os irmãos de S. Crispim a festa do seu padroeiro na Igreja de Santo António.

A isto seguiu-se uma espécie de saque às outras imagens, quadros e utensílios da Igreja profanada. A Junta de Paróquia levou ainda a imagem de S. Brás por costumar ter a sua festa a expensas de vários devotos, como advogado de moléstias de garganta, e por especial distinção a de S. Paulo Eremita, 1º patrono da Capela-mor. Diversos particulares tomaram para si as imagens restantes conforme as suas devoções e assim ficou deserto o templo que era o segundo da nossa vila em vastidão e formosura. Houve até quem andasse farejando pelos jazigos mortuários das capelas em busca de alguma alfaia

de prata que todavia não foi encontrada, etc.

Julgo natural que algum leitor pergunte quem autorizava a profanação desta igreja? Resposta: ninguém. O convento de S. Paulo estava em poder da Fazenda Nacional e se a Câmara requerera que lhe fosse doado para templo municipal em vez da igreja de S. Sebastião e para formar um cemitério na cerca, ainda não obtivera despacho. Os nossos empregados de Fazenda e os do Distrito não se opunham por saberem que o Governo central não fazia caso de Conventos e Igrejas, salvo para lhe darem dinheiro por eles vendendo - os quando aparecia quem pretendesse comprá-los. Não consta que o Governo central perseguisse por meio dos tribunais aos estragadores destes edifícios, mostrando-se aliás indiferente senão gostando até dessas destruições.

3. - Em Setembro houve eleição de Deputados às Cortes. Pelo círculo 138 que compreendia os três concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz com assembleia de apuramento nesta última vila, foi proposto como candidato governamental António Maria Bueno de Cevalhos Vilalobos, cunhado de Tomé de Sousa Menezes, e havido ainda por miguelista. Mas apareceu também proposto, como oposicionista, António de Serpa Pimentel. Já vêem,pois, os leitores que foi renhida a eleição popular e que tivemos a presenciar repugnantes espectáculos. Descomposturas, chasques e insultos verbais, diatribes impressas nos periódicos, proclamações espalhadas de noite pelos galopins eleitorais nas ruas das três vilas do círculo eleitoral, promessas, ameaças, subornos, tudo foi posto em prática especialmente pelos galopins oposicionistas. Para maior flagelo dos eleitores pacíficos, teve de repetir-se a eleição em 2 de Outubro visto que a de 11 de Setembro ficara empatada por falta de maioria absoluta nos eleitos. O candidato governamental obteve maioria em Vila Viçosa, tanto na primeira como na segunda votação e, não obstante isso, veio a prevalecer o candidato oposicionista por alcançar maioria nos outros dois concelhos de Borba e Estremoz.

Disseram então os homens cordatos: - *Que representação política é esta que desfrutamos? Não mandamos um deputado ou procurador pela nossa vila, mas apenas um terço dele!* E, não valendo os votos de Vila Viçosa nesta ocasião, pode dizer-se que não ficou representada nas Cortes.

Achava-se então constituído Administrador do nosso concelho o Bacharel Joaquim Taibner de Morais, sexto na série dos Administradores efectivos . Não se demorou cá muitos anos, mas deixou saudades à maior parte dos Calipolenses pela sua cordura, bom porte e delicadeza, não obstante ser ainda jovem de menos de trinta anos.

4. - Neste ano começou a dar-se verdadeiro impulso ao calcetamento das ruas da vila, começando a Câmara pelo arranjo da rua de Cambaia com abaulado no centro e regadeiras laterais por ser bastante larga. Seguiu-se-lhe o calcetamento do baixo da Praça Nova ou antigo largo de S. Bartolomeu onde ordinariamente se fazem os mercados. Depois a metade baixa da rua do Espírito Santo e o passeio da sentinela da cadeia, o qual foi guarnecido com cantarias do claustro de S. Paulo.

Por não volver em todos os anais a esta matéria de calçadas, acrescentarei já neste lugar que em todos os anos seguintes continuou este melhoramento, de sorte que no fim de 1875 ou ao cabo de doze anos só restava calçar de novo as ruas do Angerino, da Pascoela, do Chafariz e de Santa Luzia. E ainda a rua de Cambaia o foi pela segunda vez neste espaço de tempo. Mostrara a experiência que os leitos das ruas, especialmente as mais transitadas pelos carros, não podem ser calçadas com pedra miúda sob pena de se estragarem dentro de poucos anos. Isto se dera com a primeira da rua de Cambaia e se deu igualmente com a Corredoura, também já reformada quanto ao leito central.

II

Ano de 1865.

1. - Em Janeiro e Fevereiro deste ano fizeram-se os últimos preparativos para funcionar no Colégio a Freguesia de S. Bartolomeu e, apesar de não se poderem ainda fabricar estrados novos para o corpo da Igreja, resolveu a Junta de Paróquia proceder à trasladação em 19 de Fevereiro deixando essa e outras despesas que não eram de instante necessidade para outra ocasião mais favorável.

A 19 de Fevereiro, pois, teve lugar efectivamente a trasladação da Paróquia de S. Bartolomeu para uma casa propriamente sua, deixando assim a Igreja do Espírito Santo onde funcionara por empréstimo quase trezentos anos. Pelas dez horas da manhã reuniu-se todo o clero da vila e das freguesias rurais, a irmandade do Santíssimo da Paróquia e a Ordem Terceira. Para dar mais solenidade a este acto, encaminhou-se o préstito religioso à rua da Corredoura levando a devota imagem do Senhor Jesus do Descendimento no seu esquife, seguido por Nossa Senhora da Soledade e S. João Evangelista. E atrás

destas imagens era levada a âmbula com o depósito do Santíssimo Sacramento pelo Pároco assistido por dois sacerdotes revestidos com dalmáticas. Depois caminhava tocando festivas marchas a filarmónica da terra, uma numerosa guarda a pé do Regimento de Cavalaria nº 3 e um imenso acompanhamento de povo. Percorrida toda a rua da Corredoura em direcção aos largos de Santo Agostinho e Terreiro do Paço, volveu o préstito à Praça Nova pela rua dos Fidalgos para subir ao alto da mesma praça e dar entrada na Igreja do Colégio da Companhia de Jesus. Encerrado o depósito do Santíssimo Sacramento na respectiva capela e acomodadas as outras imagens nos lugares que lhes estavam assinados, procedeu-se à celebração de missa cantada solenemente com acompanhamento de órgão no coreto. E ao Evangelho subiu ao púlpito o Padre Joaquim José de Santa Ana Simões, Prior de S. Brás dos Matos, para recitar um sermão gratulatório por se achar felizmente a Paróquia estabelecida em casa própria e de boas condições.

Creio que foi gratuito o serviço de toda esta função religiosa, prestando-se de bom grado a cooperar tanto os sacerdotes como os músicos.

2. - Foi neste ano suprimido o cargo de zelador ou rendeiro do campo, ultimamente servido por João António Borrego. Em 1834, como dito é, fôra também suprimido o dito cargo pondo-se em seu lugar um guarda rural com ordenado pago pela Câmara, mas tal supressão durou apenas até ao fim do ano de 1838 passando a ser restabelecido no seguinte. Agora da mesma sorte desaparece aquele cargo para ressurgir depois de alguns anos.

Para a supressão de que tratamos influíu principalmente o ter o dito rendeiro sido galopim eleitoral oposicionista nas últimas eleições para Deputado e, posto que tal razão não figure nas actas do município, como suponho, creiam-no assim os leitores.

Acabando, pois, a Câmara com o rendeiro do campo, nomeou José Maria Borrego, vulgo José Velho, irmão do acima referido, para guarda rural dos olivais dos coutos com o salário de 12$000 réis por mês.

Mas esta medida, se ficasse onerando o cofre municipal ao mesmo tempo que se abdicava o preço da arrematação da renda do campo não muito inferior a 400$000 réis e às vezes superior até, não seria tolerável por trazer, como se vê, diminuição de receita por um lado e aumento de despesa por outro. Por conseguinte, José de Sousa, com a sua incontestável prudência e perícia para resolver esta dificuldade assim como a outra da resistência dos proprietários dos olivais dos coutos à venda dos pastos e gustadouros dos mesmos, propôs à Câmara a criação de uma *Comissão policial dos olivais* que devia

ser composta por um certo número de proprietários mais abastados com o seu presidente, secretário e tesoureiro, e eleita pela Câmara. Esta comissão é que havia de tomar à sua conta a arrematação das ervas e gustadouros, arrecadar o seu preço, pagar com ele as mensalidades ao guarda permanente e aos extraordinários metidos por ocasião das três feiras da vila e na época da maturação e colheita da azeitona. E, no caso de haver sobejos de receita, a mesma Comissão os dispenderia no amanho das estradas de afrutamento e desfrutamento dos coutos, de sorte que o cofre municipal nem dava para o da Comissão policial dos olivais nem lhe tirava cinco réis.

Estava, portanto, resolvido o problema da polícia rural dos coutos ocidentais e austrais e da venda dos pastos mediante a transacção referida em que tanto figurava a Câmara como os proprietários interessados. Para maior clareza, juntarei ainda que os pastos vendidos eram somente os dos prédios abertos e nunca os das fazendas tapadas; que não ficavam inibidos os donos desses olivais de os lavrarem e semearem, sendo-lhes coutadas as suas sementeiras, nem os mesmos donos perdiam o direito particular dos seus pastos quando quisessem utilizá-los em proveito próprio - o que se resume em dizer que a Comissão dos olivais vendia unicamente as pastagens não aproveitadas pelos seus donos em courelas abertas.

Foi por conseguinte bem aceite esta reforma da polícia rural, nem é possível deixar de o ser porque não há outro meio de conciliar os interesses gerais com os particulares neste ponto.

As ervas e gustadouros passaram a render anualmente de 200 a 250 mil rs., produzindo o necessário para o pagamento dos guardas e havendo até sobejos nos anos em que os arrematantes se picavam nas licitações, sempre feitas em praça pública pela Comissão perante a Câmara.

Deu-se ao guarda rural permanente o encargo de fiscalizar da mesma sorte os distritos de vinha, tanto porque nestes abundam as oliveiras, como porque isso nenhum incómodo lhe causava achando-se as nossas já poucas vinhas metidas pelos coutos de olival. Porém, o resto dos campos do concelho ficou sem zelador e portanto exposto à acção maléfica dos daninhos, de onde resultou dar-se mais tarde ao rendeiro da vila comissão para encoimar também no campo. E por fim restabeleceu-se de novo o cargo do mesmo rendeiro do campo, coexistindo o guarda privativo dos coutos pela forma sobredita. Isto podia ser e era o melhor de tudo como explicarei noutros lugares em que os acontecimentos posteriores me obrigarem a voltar a este assunto.

3. - Com o fim de aumentar as obras públicas de melhoramento e asseio da

vila, estendeu a Câmara neste ano aos gados nas três feiras o imposto de *terrado* que só estava sendo pago pelos expositores de mercadorias. Também esta proposta financeira foi da iniciativa do presidente José de Sousa e Figueiredo e mirava, segundo me declarou ele mesmo, a fazer recaír aquela contribuição sobre indivíduos estranhos ao Concelho porquanto, ainda que os nossos lavradores e criadores não ficavam isentos do tributo, constituíam uma minoria ínfima em face de tantos centenares ou milhares de expositores de gados e cavalgaduras. Em princípio foi censurado este projecto pelos nossos mesmos patrícios porque, diziam, tender ele a afugentar os feirantes e a diminuir portanto aquele concurso tão numeroso que converte as nossas feiras em excelentes exposições nacionais com grande complacência da gente da terra e dos vizinhos que em grande número se encaminham a Vila Viçosa em tais ocasiões só para desfrutarem o espectáculo de tão grande ajuntamento de pessoas, gados e mercadorias. Mas esta razão não era de todo o ponto aceitável porquanto: 1º - a questão de maior concorrência de gados não destinados à venda só interessa a um luxo espectaculoso; 2º - as nossas feiras têm de ser necessariamente frequentadas porque nenhuma outra terra da província, e talvez do Reino, possui melhores nem iguais condições para estes ajuntamentos de comércio interno; 3º - porque 600 ou 800 mil réis que este imposto vinha a produzir para o cofre municipal recaíam na sua quase totalidade sobre os estranhos. Por isso o imposto verificou-se e continua, não obstante as dificuldades que surgiram por parte dos contribuintes.

4. - A feira de Agosto foi a primeira em que se executou a cobrança do novo terrado ou ampliação do antigo. Colocaram-se guardas nos portos da feira para exigirem nas saídas a apresentação de cédulas de pagamento cuja distribuição, em regra, tem sido feita na portaria de S. Paulo para gado vacum e numa estação do Carrascal para cavalgaduras e gado miúdo. E quando na tarde do dia primeiro (29) começaram os guarda-barreiras a deter os gados para não sairem sem apresentarem as cédulas, começou a insurreição tomando proporções assustadoras. Os feirantes de gados forçaram os postos fiscais rompendo para fora da vila e foram constituír uma feira ao sueste no outeiro da Boavista, outra ao sul na Lagoa de Pardais, outra ao poente nas herdades dos Coutos e Figueiras de Bencatel e outra ao norte no outeiro da Mina, que já pertence ao termo de Borba.

Era então Administrador do Concelho o Bacharel Manuel de Castro Lobo Pimentel, natural de Estremoz, a quem se não pode negar um ânimo corajoso e bastante arrojado. Conferindo ele com a municipalidade, resolveram que fos

sem obrigados aqueles feirantes ou a tornar para Vila Viçosa e pagarem o novo terrado ou a dissolverem as improvisadas feiras cismáticas retirando-se cada um para as suas herdades. Assentado isto, requereu Manuel de Castro ao comandante de Cavalaria nº 3 um esquadrão da gente disponível para rebater os tumultos na forma sobredita. Os feirantes, em geral, preferiram dispersar-se e retirar. Porém, nos campos de Bencatel houve ainda alguns acutilamentos, pedradas e espingardas apontadas de parte a parte, de sorte que a escolta mandada a efectuar a dispersão desta feirola teve de retirar para Vila Viçosa a pedir reforço. E formado então um troço de cerca de 50 cavalos veio com ele em pessoa o Administrador Manuel de Castro, o qual fez manietar e remeter para a cadeia os ganadeiros que ainda encontrou no lugar da resistência. No seu regresso a Vila Viçosa fazia deter as manadas que ainda ficavam para trás, cobrando o imposto.

Já se vê que lavrava na nossa pacífica vila um não pequeno motim posto que geralmente da Câmara com os feirantes adventícios. Nesse dia 29 não se pediu ainda o imposto respectivo às cavalgaduras, o que se praticou no seguinte e o resultado foi montarem-se os feirantes e pôrem-se em retirada pela estrada de Borba, restando nos dois amplíssimos largos do Rossio e Carrascal apenas a centésima parte dos gados que haviam sido expostos na feira do primeiro dia.

As taxas deste novo terrado foram assim marcadas pela Câmara com aprovação do Conselho de Distrito:

Rezes adultas, por cada cabeça	100 réis
Ditas pequenas	40 réis
Gado lanígero	10 réis
Dito caprino	10 réis
Suíno - cevado	50 réis
Dito magro	20 réis
Cavalar e muar montado	100 réis
Dito não montado	60 réis
Asinino montado	40 réis
Dito não montado	20 réis

Nas outras feiras seguintes já os lavradores e negociantes vieram dispostos a pagar o aluguer do terreno concelheiro, limitando-se por isso mesmo a trazerem somente os gados que pretendiam vender. Mas aqueles que podem iludir a vigilância dos fiscais, sempre o vão fazendo...

Falava-se antigamente em *feiras francas* nas quais estavam suspensos os impostos antiquíssimos da *portagem*. Vieram os Liberais depois apregoar aos quatro ventos que essa portagem, assim como as alcavalas e outros que pesavam sobre a agricultura, eram estorvos do desenvolvimento do comércio e da agricultura, como se o Estado pudesse prescindir do lançamento de tributos directos e indirectos... Não há, pois, *feiras francas* e, se não há portagens e alcavalas, há muitíssimos outros impostos que só a muita economia dos governantes pode cercear. Ora tal economia não existe. Em seu lugar está o esbanjamento e a comidela e, por conseguinte, cada vez se multiplicam mais as exacções para o Estado, para o Distrito, para o Município e (desde 1881) para a Paróquia.

5. - No entanto observarei que os tributos mais toleráveis são os municipais, tanto por serem dispendidos no próprio concelho que os paga, como por se fazerem com eles alguns melhoramentos que nos utilizam de perto. Nesse caso está outro imposto que começou nesta época (pouco mais ou menos), ou melhor, ressuscitado com diversa feição. Falo do imposto municipal sobre carros montados, criado em 1838 por Caetano Alves e abandonado há muitos anos sem se poder pôr em boa execução. Agora, pois, que a Municipalidade gerente se propunha calçar as nossas ruas e largos e tinha de cumprir a lei de 6 de Junho de 1864 que criara a *viação municipal*, isto é, a formação de estradas novas a Mac-Adam para as freguesias rurais do Concelho, sendo certo que os carros estragam estas calçadas e estradas de tanto dispêndio, criou-se o imposto municipal sobre os carros montados, isto é, de efectivo serviço devendo pagar os tirados por parelha 1:000 réis cada ano e os tirados por uma só besta, metade.

Este imposto, como deixo ponderado, foi muito justo e, se os donos dos carros ficaram com aquele encargo pecuniário, lograram por outra parte a vantagem de lhes durarem mais anos os ditos carros sem se partirem visto o bom trânsito dos caminhos que de ano a ano se vão abrindo. É directa a contribuição e paga no fim de cada ano. Ultimamente foi ampliada e com razão, pois como atrás ponderei são os carros de transporte que mais destróiem as estradas e calçadas de ruas.

6. - Apareceram neste ano os seguintes melhoramentos públicos na nossa vila. Começou em Fevereiro a circular pelas ruas um carro de limpeza que de manhã recebesse lixo da Praça para o Rossio e de tarde para a banda do Terreiro do Paço. Juntou-se-lhe um varredor que fosse gradualmente asseando as ruas e amontoando os estercos para serem carregados e depositados nos fossos

do Castelo, vendendo-se em lotes na ocasião das sementeiras para adubo das terras. Esta medida foi de uma necessidade e utilidade incontestáveis. O asseio na nossa vila era já muito maior do que vinte e trinta anos antes, em que as municipalidades arrematavam a limpeza das travessas escusas como que gostando de se acumularem ali as imundícies. E agora não ficou já restando qualquer desculpa aos perturbadores do asseio público, inseparável companheiro da salubridade. Um só carro é bastante visto ser a nossa terra muito desafogada e sem grande aglomeração de habitadores, tendo aliás a maior parte destes os seus quintais onde possam fazer despejos.

E não ficou sobrecarregado o cofre municipal porque este serviço é arrematado a quem o faz por menos dinheiro e recebe o mesmo cofre em compensação o produto dos estrumes que orça por 150$000 réis.

Outro melhoramento notável foi o da introdução de tabuleiros ou bancas para as exposições dos nossos mercados semanais e diários, o que já estava em uso noutras vilas e cidades. Foi iniciador deste melhoramento um proprietário chamado Joaquim Manuel Perdigão, o qual, associando a si o carpinteiro João da Conceição Nogueira, propôs à Câmara arrecadarem os dois para si o aluguer de dez réis por cada tabuleiro durante o espaço de três anos, ficando os tabuleiros depois livres e forros à Câmara para esta continuar com os alugueres em proveito do seu cofre. Isto, pelo menos, foi o que chegou aos meus ouvidos.

Em 21 de Junho começaram a servir nos mercados por estatuto obrigatório os referidos tabuleiros. Depois a Câmara aumentou o seu número e também a taxa do aluguer ao cabo de alguns anos, como direi.

7. - Este anal vai sendo copioso de acontecimentos importantes como vêem os meus leitores e ainda me resta dizer não pouco.

Nos fins de Setembro ou princípios de Outubro aparecia em Elvas o contágio do cólera morbus motivado pelos miasmas deletérios de um cano real que, durante uma inundação de chuvas, rebentara numa das ruas próximas da porta de Olivença - efeito de um moderno sistema de asseio que consiste em formar pelo centro das ruas grandes canos subterrâneos que recebam as águas e o lixo e vão despejá-los fora das povoações. Conquanto pareça bom à primeira vista aquele sistema, é certo converterem-se aqueles canos em sentinas ou cloacas, acumulando-se aí o lixo quando faltam correntes pluviais de força. Assim acontecera então naquela cidade: o cano achava-se obstruído com excessiva porção de lixo. Como sobreviessem chuvas torrenciais e não pudessem as águas escoar-se por ali, rebentou o cano empestando aquela parte da cidade

com gases mefíticos.

Correu logo cá a triste nova e adoptaram-se as medidas preventivas de guardas postas às entradas da nossa vila para obstar ao ingresso de pessoas que dali viessem. Tapou-se com madeira o porto do Rossio com o Carrascal junto à cerca do Beatério, ficando a passagem somente por detrás de S. José e sendo esta vigiada pela guarda postada à esquina de S. Paulo, o que aliás não acontecera no ano de 1854 em que foram vedadas aquelas comunicações, havendo agora por isso mesmo uma estação de vigilância a mais. As outras foram, como de costume, na Aldeia, Porta da Esperança, Buraco do Corregedor, Porta do Nó e dita de Santa Luzia, cerrando-se com madeira também o Boqueirão de Luís Jorge e o Arco da Lapa como serventias dispensáveis.

Assustaram-se não pouco os nossos patrícios e assim recorreram juntamente aos auxílios sobrenaturais. Começaram a fazer-se preces públicas nas Igrejas, além das particulares dirigidas principalmente à Padroeira do Reino durante o serão por imensas famílias que se encaminhavam ao seu adro para ali se encomendarem à Virgem Imaculada, conforme o piedoso costume dos nossos maiores. Aqui em Bencatel, onde eu estava e ainda estou, também os ânimos se inquietaram e às preces públicas juntaram os seus moradores uma festa deprecatória à sua padroeira Santa Ana, como logo direi, sendo isso efeito do exemplo dos trabalhadores de Vila Viçosa que nesta ocasião deram um brilhantíssimo documento de fé, abnegação e devoção digno de ficar arquivado nestes anais.

Com efeito, esses homens de ferro que sofrem as inclemências do calor e do frio de todo o ano, cuspindo sangue nas mãos para grangearem um pão negro rateado muitas vezes por numerosa prole, fintaram-se para fazer a mencionada festa deprecatória - coisa não vista nos nossos dias e de que não encontro menção nos nossos costumes antigos. E porque muitos deles eram confrades da Ordem Terceira de S. Francisco, rogaram à mesma ordem que os acompanhasse e lhes fornecesse hábitos para mais decentemente comparecerem na sua festividade que, como os leitores vão ver, não parecia ser custeada por gente pobre e miserável... A propósito me ocorrem aquelas expressões do Divino Salvador: *Eu vos dou graças, meu Pai, porque, escondendo os vossos maravilhosos dons aos sábios e prudentes do século, patenteáste-los francamente aos pequeninos do mundo.*(1) Assim é: os mais fracos do mundo são os que segundo os altos desígnios de Deus mais contribuem para sustentar a Santa

---

(1) Mateus, XI, 25.

Fé Católica revelando um zelo fervoroso que ordinariamente se não encontra nas classes abastadas.

A 8 de Novembro saíram os trabalhadores incorporados na Venerável Ordem Terceira com uma procissão de penitência conduzindo para a Matriz as imagens de S. Francisco, S. Roque e S. Sebastião, cada um dos quais levava na mão uma folha de papel dobrada significando petições suas à Padroeira do Reino, em cujas mãos haviam de ser depositadas ao chegar à sua Igreja na forma do costume. Nesse dia e nos dois seguintes ao anoitecer fizeram-se preces na dita Matriz. E no dia 11 cantaram-se vésperas solenes de Nossa Senhora por música de órgão, reforçado por um baixo, seguindo-se-lhes matinas também solenes - por sinal que serviram os responsórios de Simão Vitorino Portugal por não possuirmos ainda outros dos ofícios modernos. Na manhã do dia seguinte fez-se a exposição do Santíssimo antes da missa, a cujo Evangelho houve sermão, continuando a ficar exposto à adoração dos fiéis até à tarde, em que se cantaram segundas vésperas e houve novo sermão. Se me não falha a memória, foram oradores desta festividade os Padres Joaquim José de Santa Ana Simões, do Alandroal, e Francisco Maria Cochicho, de Borba.

Isto parece incrível, mas é um facto verdadeiro que todos os contemporâneos vimos e admirámos.

Em Bencatel, como já indiquei, fez-se outra festa deprecatória a Santa Ana, padroeira da Freguesia, no dia 26 do mesmo Novembro e a exemplo dos trabalhadores de Vila Viçosa, mas aqui contribuiram principalmente os ricos ou remediados. Houve festa de manhã e de tarde com exposição do Santíssimo e dois sermões, sendo eu o orador de manhã e de tarde o já mencionado Cochicho.

Felizmente o contágio de Elvas não se comunicou aos povos da sua vizinhança e no princípio de Dezembro havia cessado inteiramente. Justo era, pois, que se fizesse em Vila Viçosa uma festa gratulatória em honra da Virgem Imaculada e dos santos Protectores invocados na tribulação presente e bem assim que os mais remediados tomassem para si tal encargo decerto mais leve para eles do que fôra para os trabalhadores a sua festa deprecatória. A Ordem Terceira, tão benemérita sempre do culto divino na nossa terra, aceitou o encargo e constituíu-se tesoureira das ofertas que vários devotos gostosamente lhe entregaram para o custeio das despesas. Como isto era no pino do inverno e no tempo do advento, devendo fazer-se procissão de gala para serem restituídos os santos advogados às suas respectivas casas, destinou-se haver festa somente de manhã no último dia do ano. A Ordem Terceira convidou

as autoridades municipais, administrativas, judiciais e militares, as irmandades do Santíssimo da vila e a dos Passos de Cristo, mandando preparar na Matriz cadeiras e bancos para todos.

Era aquele dia 31 de Dezembro e domingo precisamente o 11º aniversário de igual função religiosa por ter sido poupada a nossa vila pela epidemia que assolara o povo de Badajoz.

Depois de feita a exposição do Santíssimo, cantou-se a missa a quatro vozes do maestro Soares, acompanhada a órgão e com reforços de barítono e rabecão grande. E ao Evangelho subiu ao púlpito o autor destas Memórias que teve o gosto de se ver rodeado por uma numerosa, compacta e geralmente esclarecida multidão de fiéis. Acabada a missa, começou a estender-se a procissão durante a qual tocavam alternadamente a charanga do Regimento de Cavalaria e a filarmónica da terra. Tomou a direcção do Terreiro do Paço de onde passou à Praça Nova pela rua dos Fidalgos para deixar no Colégio (já Freguesia de S. Bartolomeu) o andor de S. Sebastião e depois desceu ao Rossio para entregar à Ordem Terceira no convento da Esperança os andores de S. Francisco e S. Roque. Daqui tornou para a Matriz onde se deu a benção ao povo com o Santíssimo e foi este recolhido no seu tabernáculo com as orações do ritual.

Assim terminou alegremente o ano de 1865, não contribuindo pouco para isso a temperatura do clima que era excelente.

Nesta festividade, bem como noutras anteriores e posteriores e nas procissões do Corpo de Deus apareceram anjos e arcanjos vestidos com os fatos da festa grande do ano de 1855 porque as Régias Confrarias não os recusavam quando lhos pediam para servirem nas funções de primeira classe como esta de que acabamos de tratar.

8. - Começou a funcionar entre nós neste mesmo ano uma Conservatória (melhor diríamos Conservadoria), anexa à Administração do Concelho, para registos prediais e hipotecários, sendo amanuense dela o mesmo da referida Administração. Durou isto meia dúzia de anos (pouco mais ou menos), passando por fim a haver uma só Conservatória em cada comarca e com sede na cabeça da mesma para que o emprego de Conservador ficasse mais rendoso.

Apregoou-se então que era muito útil este instituto importado de França e outros países. Não sei. Tenho até dúvidas bastantes sobre tal utilidade. Que ele nos obriga a novas e maiores despesas, é certo, e parece-me que num registo de hipotecas feito na Repartição de Fazenda de cada concelho como estava em vigor ficavam bem assegurados os direitos dos créditos.

Quanto a registos de posse ou domínio de propriedades, a escritura pública da sua transmissão era título suficiente. Mas quê? De propósito se estão sempre arranjando empregos para afilhados...

9. - Por Decreto de 11 de Abril deste ano ficaram abertos permanentemente os portos molhados e secos para admissão de cereais estrangeiros quer haja quer não escassez deles. Os motivos deste decreto foram dois: 1º - abrir os cofres públicos para neles cairem por tal guisa algumas mealhas; 2º - favorecer os empregados públicos que não semeiam e recebem os seus ordenados em dinheiro para lhes chegar melhor para as suas despesas. Causou porém isto um abalo tão forte na economia rural que nunca mais houve entre nós dinheiro com abundância e os prédios começaram desde logo a decaír nos seus valores venal e de renda. Um tostão que ficou rendendo menos o alqueire de trigo produziu uma grandíssima redução nos interesses do agricultor que é sem dúvida um dos principais nervos do organismo social.

Em 1883, calculou - se ter já Portugal importado 32:317 contos de réis em cereais.(1)

Dizem alguns que o povo não pode pagar o pão caro, mas ainda é mais certo que o agricultor não pode vendê-lo barato, já por imensas despesas de custeamento, já de impostos.

---

(1) Ordem nº 477 do 1º de Julho.

CAPITULO CXXXII

Crónica dos anos de 1866 e 1867.

Vereadores deste biénio. Obras públicas em 1866. Extinção do Convento da Esperança, sua causa próxima e destino dos edifícios do mesmo Convento. Morte de D. Miguel I e sufrágios que se lhe fizeram nesta vila. Chuvas abundantes no mesmo ano. Primeira visita de El-Rei D. Luís I a Vila Viçosa. Estrada na Tapada Real. Melhoramentos no palácio. Concessão do Convento e cerca de S. Paulo à Câmara. Festas de arraial ao Senhor Jesus da Piedade no Convento dos Capuchos e obras no adro do mesmo. Obras públicas em 1867. Carestia de pão.

I

Ano de 1866.

1. - Continuaram neste biénio por terem sido reeleitos os Vereadores José de Sousa e Figueiredo, presidente, António Maria Lobo Vidigal Salgado, vice-presidente, José Honório de Pádua Cardoso, fiscal, Diogo de Castro Silva Sottomaior e António da Silva Paracana.

2. - Mandou a Câmara neste ano calçar a Corredoura com abaulado no centro para carruagens e passeios aos lados para o trânsito de passageiros a pé. E, sendo tal obra posta em licitação por empreitada, tomou conta dela o condutor de trabalhos António Esteves na sua proposta de 750$000 réis. Assim, pois, veio a ficar a nossa rua principal, o "Chiado Calipolense", livre das nuvens de pó e lamaçais da estrada de entulhos anteriormente construída pelos grilhetas de Cavalaria 3.

3. - Com bastante dor presenciámos neste mesmo ano a extinção do Convento de Nossa Senhora da Esperança, do que passo a dar conta.

Um ano antes havia já o Governo central suprimido o dito convento, dirigindo a este respeito uma portaria ao Arcebispo D. José António da Mata e Silva que replicou ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos negando-se a tirar dali as Freiras para o convento das Chagas. Não cedeu também na sua obra destruidora e anti-católica o Governo central que, em Agosto do mesmo ano de 1865, pagou ao referido convento os 135$000 réis de juros do 2º semestre pe

los "nove contos" de bens "desamortizados" em 1862 e fez logo saber à Madre Abadessa que eram estes os últimos juros que pagava ao seu convento, quer as Religiosas saíssem quer continuassem na sua clausura...

Foi isto uma boa lição para alguns dos meus patrícios que, embaídos pelos artigos assalariados da imprensa jornalística, reputavam útil, cómoda e mais rendosa a conversão dos bens eclesiásticos em papéis do crédito público! Porém continuemos.

O Governo central fez mais saber às Religiosas deste convento que podia tomar cada uma para si 20$000 réis mensais dos foros que possuíam e que, não chegando estes a perfazer tais quantias, a Fazenda Nacional supriria o resto. Quanto às outras despesas da comunidade com o Vigário, sacristão, culto divino e serventuários, essas ficavam postas de parte. Ora os foros rendiam ainda perto de um conto de réis e com ele podia manter-se a comunidade alguns anos mais, ainda que economicamente. Porém a Madre Abadessa Angélica Perpétua Peregrina do Céu e a Madre Imediata Ana Peregrina Rijo, ofendidas com a violência e cínica usurpação dos rendimentos das suas Inscrições e conhecendo a urgente necessidade que havia no edifício de muito dispendiosos consertos, já irrealizáveis com aquele desfalque de receita, combinaram-se para sair da clausura e ficarem recebendo os 20$000 réis mensais que o Governo lhes assegurava. Dirigindo-se ao Arcebispo a fim de que este autorizasse a sua saída para o século, respondeu o Prelado que podiam sair visto ser manifesta a violência que lhes fazia o Governo central. Porém, que ele por sua parte lhes aconselhava a permanência na clausura para assim prolongarem mais a existência daquele asilo de Religião e darem aos seus votos o inteiro cumprimento que ainda era possível.

Não aquiesceram as duas Religiosas ao desejo do virtuoso Prelado, meu ordenador de ordens sacras, e não aquiesceram porque a Abadessa, natural de Estremoz, tinha lá três irmãs e um irmão chamado Tomás de Aquino Nogueira, já nomeado nestas Memórias, o qual, não obstante ser homem de bem, fôra um dos 7:500 da expedição do Mindelo, e todos os quatro irmãos instavam com ela para que fosse viver o resto dos seus anos na sua companhia. E a Madre Rijo pretendia sair porque tinha em sua casa uma educanda a quem valera de mãe em sua orfandade e queria deixar-lhe o seu pecúlio - o que não poderia fazer com firmeza estando na clausura. Alguém duvidou até de que esta Religiosa estivesse *compos sui*, tanto por ser octogenária como porque nunca se mancomunara com a Abadessa por lhe ter sido tirado violentamente o báculo em 1834 e dado a esta última por imposição arbitrária dos seus irmãos.

Saíram efectivamente da clausura as duas freiras mencionadas no dia 12 de Setembro, partindo a Abadessa para Estremoz às duas horas da madrugada numa sege em companhia do seu irmão Tomás e retirando-se quatro horas depois a Madre Rijo, de Veiros, para umas casas do Rossio que têm o nº 7, arrendadas pela sua educanda Maria da Conceição da Rocha. Ficou unicamente na clausura a Madre Mariana Xavier, nossa patrícia, com quem as suas colegas nada concertaram por saberem que não queria sair excepto à força, tanto por amar a sua profissão como porque, tendo irmãos e sobrinhos pobres, nenhum amparo podia encontrar neles, nem ela mesma remediar as suas misérias. Era ela a última professa naquele convento e portanto ainda robusta e vividoura. Sendo porém muito surda e não querendo assim estar desolada e com o governo da casa, pediu ao Arcebispo que a mandasse recolher no convento das Chagas por ser da mesma regra de Santa Clara e poder talvez acabar ali a vida na sua profissão religiosa, como aconteceu. O Arcebispo assim ordenou e as Freiras das Chagas muito gostosamente anuíram em dar asilo àquela sua irmã. No dia 1º de Outubro meteu-se numa carruagem o Vigário da Vara Padre José Vaz Touro com o Vigário das Freiras das Chagas Padre Paulo Tiago da Silva e foram à portaria da Esperança receber a última filha daquela família religiosa. Com os olhos marejados de lágrimas se apartou a Madre Mariana do convento em que professara e onde vivera gostosamente a melhor parte dos seus dias. E, entrando na carruagem com os dois sacerdotes, atravessaram a vila e foram apear-se à portaria das Chagas, cuja comunidade recebeu a sua irmã adoptiva com as maiores demonstrações de carinho e regozijo fazendo repicar alegremente os sinos da sua torre. Chegada ali a Madre Mariana, instalou-se nos seus novos aposentos e declarou à sua Prelada que desejava receber da casa as mesmas virtualhas e propinas que as mais freiras como se fôra ali professa, arrecadando a mesma Prelada os 20$000 réis mensais que passava a dar-lhe o Governo. E assim aconteceu, mas não viveu nas Chagas os anos que decerto viveria na Esperança, cujo edifício conhecia palmo a palmo, pois dando ali uma queda por não conhecer bem o piso, veio a formar-se-lhe um cirro ou cancro num dos peitos, de cuja moléstia faleceu ao cabo de dez anos e meses contando sessenta e tantos anos apenas.

A Madre Ana Peregrina Rijo viveu só 36 dias fora da clausura. A mudança repentina de casa e vida em tão largos anos, com uma saúde muito estragada e talvez com pesar de ter deixado o seu convento, abreviaram-lhe os dias da existência como era de supor.

A Madre Abadessa, mais vigorosa conquanto septuagenária talvez, apesar

de ter irmãos abastados sei que se arrependeu de não ter seguido os conselhos do seu Prelado Ordinário permanecendo na clausura e recorreu à Santa Sé para lhe ser sanada a sua secularização. E deve ter-se arrependido com razão visto que, se não saíra, podia conservar-se ainda hoje aquela casa de Deus. Posto que octogenária, vive ainda ao repassar a pena por este assunto no cabo de dezasseis anos,(1) achando-se aliás quase demolido inteiramente o edifício da clausura.

Depois que a Madre Mariana saíu do convento no 1º de Outubro, sairam também no mesmo dia as educandas e servas da comunidade tomando posse do edifício o Escrivão da Fazenda. Mas o Governo central não se mostrou cioso quanto à divisão dos bens móveis: as freiras e educandas levaram o que apeteceram. Por concessão do Governo Civil de Évora foi dada a posse da Igreja à Ordem Terceira de S. Francisco, uma vez que nela tem a entrada para a sua capela e oficinas, mas o órgão foi cobiçado pelos gerentes da Santa Casa da Misericórdia e passou para a sua Igreja do Espírito Santo. Os paramentos e alfaias, da mesma sorte que os quadros do coro alto, deveriam ter ficado no seu lugar visto a Ordem Terceira figurar de futuro como conservadora do templo. Porém a ambição de outras associações religiosas fez que fossem depositados na Matriz, onde era Pároco o Vigário da Vara, e lá ficou ao menos a maior parte das alfaias e paramentos. Os quadros que adornavam as paredes do coro alto foram removidos por ter o Governo Civil recomendado a conservação de alguns que fossem de merecimento artístico, mas não se fazendo mais caso deles estavam por fim numa arrecadação do adro da Matriz postos no chão de trouxe-mouxe e muito estragados pela humidade...

Despejado o convento, procedeu o Escrivão da Fazenda a arrendar em hasta pública os quintais e horta ou cerca em proveito da Fazenda Nacional. O primeiro destino da clausura foi servir pelo Natal para uma representação de títeres na portaria e em Janeiro seguinte facultou-se a casa da enfermaria, sobre o pátio, para se formar nela um teatro onde representou uma companhia espanhola durante os divertimentos do Carnaval e ainda pela quaresma adentro, inclusivamente no 2º sábado em que na Igreja estava o Senhor Jesus dos Passos para a procissão do dia seguinte... exulado estava, não lhe faltando só a assistência das Religiosas em vigília e oração, mas soando-lhe de não longe o retouço das turbas que, se não com palavras ao menos com obras,

---

(1) Faleceu em Estremoz na rua de S. Pedro no princípio de Janeiro de 1887 ao cabo de mais de 20 anos que seriam outra tanta duração para o convento se nele permanecesse.

repetiam um equivalente do velho *Crucifige, Crucifige eum!*

A "honra" da fabricação do teatro mencionado coube ao Administrador do Concelho Manuel de Castro, mas essa empresa não lhe foi difícil. Deu-lhe entrada pela casa das falas de cima ou Grade, arrancando-se o locutório de grades de ferro que serviram depois para se construir uma porta para o jardim da Palmeira no adro do Convento dos Capuchos, como adiante explanarei. E seguindo-se o processo adoptado em S. Paulo no inverno de 1834 a 1835, tiraram-se do convento portas, janelas e outras madeiras com as quais se arranjaram logo, como por encanto, camarotes, palco e bancadas... Já se vê pois que este convento começou desde logo a ter a sorte do de S. Paulo e para que indubitavelmente fossem companheiros na desventura da destruição precoce até a Igreja do Mestre dos Anacoretas contribuíu com colunas de madeira dos seus altares e urnas para embelezamento do teatrinho da Esperança...

O resto do convento foi cedido para habitação de pobres e miseráveis e assim esteve o edifício exposto à ruína e à devastação até que em 1875 o comprou António Gonçalves de Brito. Mas a esse tempo já se tinha desmoronado o dormitório novo ou pequeno. O mais que respeita à destruição deste convento fica para os anais seguintes e para as *Memórias Especiais*.

4. - Em 14 de Novembro faleceu repentinamente de uma paralisia pulmonar no castelo de Lohr, Grã-ducado de Baden, na Alemanha, El-Rei D.Miguel I que governara o nosso Reino desde 1828 até 1834, como devem saber os meus leitores. Com rapidez chegou esta notícia a Portugal porque foi transmitida telegraficamente ao centro legitimista de Lisboa pelo Príncipe Carlos de Loinwestein, irmão da Rainha viúva. E soube-se dias depois por comunicações escritas que, para cúmulo das adversidades do Rei proscrito, o surpreendera a morte numa diversão da sua residência de Brombach aos estados do seu cunhado e que portanto expirara sem poder despedir-se de sua mulher e filhos. As exéquias feitas por sua alma em todo o Reino deram assunto para um grosso volume que se publicou com o título de *Monumento à memória do Senhor D. Miguel de Bragança* onde se dá notícia de todas as exéquias solenes e não solenes, assim como de todos os artigos que os jornais, amigos e inimigos, escreveram a respeito da sua vida e morte nesta ocasião.

Vila Viçosa não ocupou nesse livro o lugar que lhe competia segundo os seus precedentes, demonstrando este facto, não tanto o resfriamento das suas afeições pelo defunto monarca, outrora tão vivas e fervorosas, como a sua presente decadência material e moral. Houve aqui simplesmente missas rezadas por alma do Rei Mártir logo que chegou a notícia do seu trespasse e ou-

tras no dia aniversário do mesmo, sendo promotores destes sufrágios Tomé de Sousa Menezes, José Anastácio Ramalho Falé, o Dr. Francisco de Almeida Mendonça Babarino e D. Maria Teresa de Portugal Mexia de Matos, viúva de José Maria da Costa Fonseca Mexia, Tenente-coronel do Batalhão de voluntários realistas; ao passo que no Alandroal, terra de muito menos importância, houve exéquias solenes sem oração fúnebre. Em Borba deveriam ser muito superiores às de D. Pedro V se o Administrador do Concelho José António Dias Azedo não procurara perturbá-las com falsos pretextos. E nos Arcos de Estremoz que é uma simples aldeia foram muito solenes e também com elogio fúnebre do Rei Proscrito.

O livro a que aludi há-de fazer grande impressão nos vindouros e dar-lhes uma ideia exacta do que foi D. Miguel I em Portugal e de quanto os contemporâneos odiavam o Regime Liberal que o substituira neste Reino.

5. - Este ano foi muito húmido na primavera, tendo-o já sido não pouco no inverno. Não houve grandes inundações, porém as chuvas repetiram-se com muita frequência e daí resultou, como sempre, colherem-se poucos cereais e portanto venderem-se estes no ano seguinte por alto preço. Contudo houve abundância dos outros frutos.

II

Ano de 1867.

1. - Abrirei a crónica deste ano com a notícia da vinda de El-Rei D.Luís I a esta nossa vila: vinda primeira depois de aclamado Rei e terceira pessoal, pois que, sendo Infante, viera cá muito jovem no ano de 1843 e já homem feito em 1860.

Chegou no dia 18 de Janeiro às cinco horas e três quartos da tarde, isto é, já noite fechada, trazendo consigo a Rainha D. Maria Pia, o Príncipe Real D. Carlos, seu filho, seu pai D. Fernando e seu irmão o Infante D. Augusto. A Câmara, Clero e autoridades esperavam-no fora da porta do Nó, adiantando-se a cavalo até ao marco de Borba o Administrador do Concelho na forma do programa ultimamente adoptado para a primeira recepção dos nossos Reis. A dita porta do Nó achava-se composta com verdura, flutuando-lhe no cimo três bandeiras, a saber: a nacional, a Ducal de Bragança e a tricolor da Casa de Sabóia - o que nem todos aprovaram quanto à última embora fosse uma lisonja

à Rainha. Os Portugueses têm sido sempre extremosos por tudo quanto é nacional e decididos adversários de estrangeirismos. Demais, a Rainha, apesar de nascer Piemontesa, naturalizou-se Portuguesa pelo facto de se aliar à dinastia reinante e proporcionar-lhe a sua propagação. Por último, aquela bandeira não podia ser bem vista pelos católicos fervorosos uma vez que presidira à usurpação do património civil da Igreja realizada já em grande parte e com tendências para se consumar. Mas continuemos.

A direita da porta do Nó estava, segundo o costume, um terraço de madeira para servir de camarote às autoridades e se extremarem assim estas do povo miúdo. O pálio também não faltou desta vez para El-Rei ser conduzido à Matriz debaixo dele, conforme a ideia de Caetano Alves, mas felizmente não serviu por ser já de noite quando Suas Majestades e Altezas chegaram. Aberta a portinhola do coche, desceram os augustos personagens e receberam a paz por meio do ósculo da cruz do Santo Lenho como se praticara na primeira visita de El-Rei D. Pedro V. Deu-lha o Vigário da Vara e Prior da Matriz Padre José Vaz Touro que veio a finar-se neste mesmo ano. Em seguida o Presidente da Câmara, José de Sousa e Figueiredo, pronunciou a seguinte alocução:

"Senhor,

A Câmara Municipal de Vila Viçosa, intérprete do Povo que representa, conta hoje um novo dia de glória para o seu Município porque recebe em seu recinto a Vossa Majestade, a Sua Majestade a Rainha a Senhora Dona Maria Pia, a Sua Alteza o Príncipe Real, a Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Fernando e a Sua Alteza o Senhor Infante D. Augusto.

Por tão fausto motivo exulta esta boa terra que viu nascer o Restaurador das Quinas e se ufana de ser o berço glorioso dos Augustos Ascendentes de Vossa Majestade.

Sim, Senhor! Sempre fiel, Vila Viçosa timbra na adesão que deve aos seus Monarcas e fundada nas tradições que a enobrecem, conta, cheia de júbilo, honrosas páginas que ilustram a história do seu País.

Vila Viçosa, a antiga Corte dos Augustos Progenitores de Vossa Majestade, a depositária fiel das cinzas dos Senhores Duques de Bragança, comemora com respeito e saudade as tradições que a recomendam. E com a mais íntima devoção suplica ao Todo-Poderoso, perpétuo no Trono dos seus Maiores, uma Dinastia tão Excelsa como simpática ao seu povo.

Dignai-vos, Senhor, aceitar nossa homenagem. Ela é tão sincera como perene a ovação com que os Calipolenses, apreciando como devem as superiores

virtudes de Vossa Majestade, rogam a Deus pela dilatação dos seus preciosos dias, de Sua Majestade a Rainha Vossa Augusta Esposa e de toda a Família Real porque à vossa boa fortuna está vinculada a felicidade da Nação Portuguesa".

O Presidente da Câmara, concluindo a sua alocução, entregou, como hoje é costume, uma cópia dela a El-Rei, o qual em seguida respondeu agradecendo aquela demonstração de respeito e fidelidade e seguiu dali para o Palácio. Esta recepção foi feita à luz de archotes que por cautela estavam preparados. El-Rei viera pelo caminho de ferro de leste a Elvas - linha já aberta à circulação - e, tendo de cursar em coches pela estrada real até Borba e dali para Vila Viçosa, não pôde chegar cá mais cedo.

Durou esta Régia visita uma semana, retirando-se os augustos personagens no dia 25 pelas dez horas da manhã depois de terem caçado na Tapada a maior parte dos dias com grande número de pessoas da sua Corte. Se El-Rei gostava já do solar dos Braganças, muito mais ficou gostando Sua Majestade a Rainha que desde logo formou tenção de visitá-la o mais miudamente que lhe fosse possível. Por esta causa tratou-se logo de construir uma estrada à Mac-Adam desde a porta principal da Tapada até à da Albufeira a fim de Suas Majestades entrarem por esta enquanto vindos por Elvas e se dirigirem directamente a Vila Viçosa por dentro do famoso parque sem terem de passar por Borba. Isto se fez dentro de poucos meses.

Tratou-se também logo no mesmo ano de fazer grande número de compartimentos no Palácio, dividindo muitas salas por meio de panos franceses e anexando até as casas do tesouro da Capela Real, a fim de se poder acomodar no Palácio e na Ilha toda a Real comitiva e criadagem. Detrás dos quartos Reais fizeram-se muitos aposentos para damas e servas, independentes uns dos outros por meio de portas separadas para um corredor comum e aí mesmo se arranjou uma pequena cozinha e casa de jantar para os jovens Príncipes D. Carlos e D. Afonso.

A mesma divisão de quartos grandes, cada um em dois pequenos com um corredor comum, foi executada na traseira do segundo andar alto, fabricada em 1784, isto é, do meio do edifício principal para o norte com janelas para o picadeiro. Aqui se fizeram quartos independentes com boas vistas para o Reguengo para ajudantes de campo, médicos, etc., e nas grandes salas de arrecadação, junto aos tanques, construíram-se outros compartimentos de panos de lona cobertos de papel pintado para copeiros e outros criados semelhantes. No pavimento inferior da frente principal do Paço destinaram-se aloja

mentos para subalternos e sargentos, casernas para uma força de infantaria e competente banda musical. Fabricou-se uma trapeira no telhado por cima da "casa dos alfaiates", como ponto culminante do Paço, para se saír por ela a levantar ou arrear duas bandeiras que vieram para servir numa hástea que ali foi colocada. Era uma encarnada e outra azul e branca.

Foi portanto necessário mobilar novamente quase todo o Paço, pois, apesar de haver muitos móveis e roupas antigas, não eram bastantes para a sua actual transformação. Vieram de Lisboa muitas dezenas de carradas de catres de pau de mogno e de ferro, lavatórios, espelhos, guarda-vestidos, bufetes, sofás, cadeiras de recosto (longue-chaise à fauteuil), cadeiras simples, candeeiros, alguns lustres, alcatifas, louças, etc., e isto repetiu-se por muitas vezes nas visitas dos anos seguintes. Mencionarei expressamente um piano de cauda que veio para a sala das Virtudes e um bilhar para a câmara grande, entre as quais está a sala de Hércules, destinada agora para asseroarem as damas entretendo-se com jogos, rifas, etc. Fizeram-se em Vila Viçosa muitas centenas de lençóis, fronhas, toalhas, cobertas para camas e outras roupariasde uso comum, de sorte que desde a época de 1640 nunca o Palácio teve tanta mobília, trem de cozinha, copa e roupas como na actualidade porque El-Rei quis dispor tudo em ordem a que nada faltasse visto ser sua tenção frequentar a miúdo a casa de El-Rei D. João IV.

No poço das "Casas novas" foi assente uma bomba de pressão para extrair água e elevá-la até um corredor do 2º andar alto e o mesmo se fez num poço da Ilha que está junto à cozinha. Alguns melhoramentos fizera ainda El-Rei D. Pedro V nos Quartos Reais. Porém agora vieram armadores de Lisboa para decorarem os Régios aposentos com o devido aparato conforme o estilo da época. Na câmara de Sua Majestade a Rainha fez-se um fogão novo no ano de 1874, etc. Darei ainda nos anais seguintes notícia de novos fogões abertos, novas remessas de mobília e roupas. Por agora não omitirei a decoração da casa de jantar com um lustre grande no centro, construído pelo engenheiro Pós solo durante a visita de El-Rei e formado com chifres de gamo, e bem assim com mais de cinquenta placas formadas igualmente com os ditos chifres que foram distribuídas pelas paredes. Ali foi posta na mesma época a cabeça embalsamada de um javali oferecida por José Paulo de Mira, de Evora, a El-Rei D. Pedro V. Muita gente não gostou daquela decoração com tanto chifre reputando-a própria somente do palácio da Tapada e eu fui um dos que assim opinaram.

Com a última distribuição de aposentos no Paço têm-se acomodado ali tre-

zentas pessoas entre senhores e criados, afora duzentos e tantos militares da guarda de honra que costuma vir quando aqui está a Família Real. Outrora requisitavam-se camas e móveis pelas casas ricas da vila ou se lhes lançavam hóspedes para os alojarem conquanto do Paço lhes fossem fornecidos os mantimentos. Hoje ninguém é molestado pela comitiva de El-Rei. Se alguns convidados provincianos preferem alojar-se em casas particulares para fugirem da balbúrdia do Paço, pagam o incómodo aos seus hospedeiros.

2. - Em sessão de 10 de Junho foi aprovado na Câmara electiva o projecto de lei que concedia a Igreja, convento e cerca de S. Paulo à nossa Câmara. Era isto o despacho de um requerimento feito muitos anos atrás, como já indiquei, e que veio quando ninguém esperava por ele. Mais vale tarde do que nunca. A Câmara teve tudo a ganhar e nada a perder com esta aquisição que lhe proporcionou legalmente o proveito, não só de materiais e cantarias para as obras públicas (visto ser irreparável a ruína do convento), mas também um lucro de mais de 50:000 réis anuais que lhe produz a cerca. Agora convém notar que a Igreja foi pedida para substituta da outra de S. Sebastião e a cerca para cemitério municipal. Este último não se tem formado por julgarem todos o terreno inapto para tal fim como excessivamente húmido e, quanto ao conserto da Igreja, tem sido a falta por não cuidarem disso com seriedade as Vereações posteriores, porquanto: 1º - havia nos dormitórios os materiais necessários para esse conserto; 2º - a cerca rende alguma coisa e portanto justo era que esse quantitativo se gastasse em reparar a Igreja e bem assim alguma parte do convento aproveitável para repartições públicas - de justiça, escolas e biblioteca.

3. - No mesmo estio se fizeram aformoseamentos no adro dos Capuchos onde se realizava já a grande festa de arraial do Senhor Jesus da Piedade. Foram ali assentes os dois pórticos de cantaria do coro de S. Paulo e num destes (no que abre para o jardim da Palmeira) foi posta uma porta de ferro feita com as grades da casa das falas (superior) do convento da Esperança, a fim de poder ser visto de fora o mesmo jardim ainda estando fechada a dita porta. Para mais beleza puseram ao lado de cada pórtico um lavatório de mármore azul e branco, dos que estavam no ante-refeitório de S. Paulo, com o fim também de ministrarem água aos romeiros. Mas isto não se efectuou cabalmente porque seria preciso fabricar detrás deles amplos reservatórios. O promotor destas obras foi o nosso patrício Adrião Olinto da Silva Rainho que reunia os cargos de Escrivão de Fazenda e de zelador da mordomia do Senhor Jesus da Piedade, sendo um dos que mais contribuíram para o engrandecimen-

to da sua grande festa.

A origem da mesma festa foi assim. Em 1861 instituíu Matias José Reixa, o Corbnho, um círio ou romaria guiada por um pendão com o fim de honrar o Senhor Jesus da Piedade de Elvas e por haver ali muita concorrência de romeiros, resolveu com outros devotos dirigir a romaria ao Senhor Jesus da Piedade que descansa (morto) nos braços da Virgem do mesmo título na tribuna da capela-mor do convento dos Capuchos. Esta lembrança foi do referido Rainho, meu condiscípulo, prematuramente falecido em Montemor-o-Novo no ano de 1881, segundo me disse ele mesmo. Inaugurou-se, pois, a dita festa votiva no ano de 1863, saindo o pendão da vila - primeiramente da casa do juiz da mordomia e depois da Igreja Matriz acompanhado pelo Pároco e pelo Tesoureiro. Nos anos seguintes foi crescendo tanto o esplendor do arraial com iluminação, música e fogo de véspera, e tourada à tarde, que se tornou o primeiro arraial da nossa vila pelo extradordinário concurso de romeiros de fora e do bom efeito do mesmo arraial. Costuma esta festividade ter lugar no domingo segundo de Setembro e neste ano de 1867 já dava estrondo. Como o sítio dos Capuchos é subúrbio da vila, ficaram os nossos patrícios olhando para a dita festa como coisa campestre ou romaria para fora da terra e assim foram tomando à sua conta uma ou mais celas do convento para seu aposento, havendo tal família que se transporta para ali na véspera e só regressa na segunda-feira dormindo lá duas noites. Para este fim construíram-se alguns fogões de propósito e têm-se reparado as ruínas do convento que aliás padeceria tão cruelmente como os dois infelizes de S. Paulo e da Esperança.

4. - As obras municipais realizadas neste ano foram calçar de novo as ruas de Santa Cruz, de Évora, o resto que faltava na do Espírito Santo e uma parte da Estacada ou Praça velha próxima à rua dos Gentis onde se fabricou um parapeito guarnecido com cantarias do claustro de S. Paulo.

5. - Até Junho deste ano, quando se começaram a cegar os trigos novos, conservou-se o pão caro por causa de ser estéril de cereais o ano de 1866, como já adverti. O alqueire de trigo era vendido na primavera pelo preço de 850 e 900 réis e o de farinha vendeu-se ainda por mil réis. Todavia, como tinha abundado a colheita de azeitona e da maior parte dos outros frutos este incidente da carestia de pão durante seis meses ou pouco mais não causou grande transtorno na nossa economia doméstica. A colheita deste ano remediou a escassez do anterior.

Não me ocupo em dar conta da nova reforma administrativa pela qual ficava subsistindo o nosso concelho tendo anexos os de Borba e Alandroal porque

não chegou a pôr-se em inteiro vigor. Apenas se elegeu uma nova municipalidade em que entravam alguns cavalheiros das duas mencionadas vilas.

CAPITULO CXXXIII

Crónica dos anos de 1868 e 1869.

Vereadores deste biénio. Segunda visita de El-Rei D. Luís a Vila Viçosa. Promulgação do Código Civil e seus primeiros efeitos maus. Obras municipais. Restauração do chafariz e bicas da Fonte do Alandroal. Inauguração da estrada municipal de S. Romão. Demolição dos restos da Igreja de S. Sebastião.

I

Ano de 1868.

1. - Foram reeleitos e tomaram conta do governo do município os seguintes Vereadores: José de Sousa e Figueiredo, presidente, António Maria Lobo, Joaquim Luís Fernandes, Diogo de Castro Silva Sottomaior e António da Silva Paracana.

2. - Em 30 de Janeiro pelas seis horas da tarde veio El-Rei a esta vila, principalmente com o fim de inspeccionar as obras já feitas no palácio e na tapada e dispor outros melhoramentos requeridos por Sua Majestade a Rainha. Na sua companhia veio logo também desta vez o Infante D. Afonso, além dos outros membros da dinastia reinante, mas no dia 5 de Fevereiro pelas nove horas da manhã tornou El-Rei para Lisboa e chegou novamente a Vila Viçosa no dia 7 acompanhando-o, além de outros, os ministros da Rússia e da Prússia, acreditados na Corte, e por ele convidados para uma caçada de gamos e veados. Em 11 do mesmo Fevereiro pelas nove horas da manhã retirou-se toda a Régia comitiva porque fôra El-Rei chamado pelo Ministério por meio de um despacho telegráfico em vista de tumultos ocorridos na capital.

Desta vez, assim como das subsequentes, a Câmara, Clero e Autoridades limitaram-se a esperar a Família Real à porta do Paço e a pedirem depois uma audiência particular para beijarem a mão a Suas Majestades e Altezas felicitando-os pela sua boa vinda a esta terra, em cumprimento mais oficioso do que oficial.

Começou desta vez a etiqueta de se içar a bandeira Real no cimo do terceiro andar do Paço, conservando-se desfraldada toda quando lá estava den -

tro o Rei ou a Rainha, a meio pau quando só os príncipes; e azul e branca, achando-se todos ausentes dele. Também ficou em costume pôr-se a bandeira Real a meio pau no aniversário da morte de D. Pedro V e desfraldada toda em dias de gala.

3. - Em 22 de Março começou a vigorar o Código Civil, feito pelo Visconde de Seabra, revisto por uma comissão especial e aprovado sem discussão alguma (!) pelas Câmaras legislativas do ano precedente. Geralmente foi bem recebida a nova legislação civil - 1º - por se encostar muito às antigas leis Portuguesas; 2º - por modificar com justiça algumas dessas leis em vários pontos importantes como a redução da maioridade aos 21 anos, a legitimação de filhos por uma simples escritura pública, a equiparação dos direitos da mãe viúva aos do pai viúvo, a distribuição mais justa das heranças por filhos germanos, consanguíneos e uterinos, etc., etc. Não obstante isso, porém, foram censuradas algumas outras disposições como a da facilidade em realizar a separação de cônjuges e a anulação de testamentos por defeito de formalidades no auto da aprovação deles, etc. No curto espaço de três anos verificaram-se na nossa terra cinco ou seis separações de casais, o que não amiúdo aqui por julgá-lo assim mais prudente; e houve dois testamentos impugnados por defeito de fórmulas do tabelião compondo-se por fim os litigantes. Não se deram mais casos destes porque alguns se recusaram a instigações de solicitadores que mercadejavam com isso, não obstante proibi-lo o mesmo código, etc.

4. - Foram calçadas neste ano as ruas de António Homem e de Três: aquela com abaulado e esta não, por ser estreita. Fez-se uma reconstrução na fonte do Alandroal para lhe ser restituído o antigo chafariz e bicas tiradas havia mais de trinta anos quando por indústria de Francisco António dos Santos, dono das hortas da Trombeta e do Couteiro, se pôs a arca a varrer por meio de um largo cano assente na bucha da mesma arca para que abastecesse bem a levada em proveito das hortas, embora se esgotasse com prejuízo do povo. Para este fim arrancou-se o patamar que não foi preciso restabelecer por se descobrir outro debaixo dele, também de cantaria. Tapou-se o reservatório secundário, ao qual até então se descia para colher a água do cano, e repôs-se o antigo chafariz ou taça para onde ficaram correndo só duas bicas de ferro engastadas em caraças de mármore. Estas eram dantes quatro e ainda todas existiam em depósito nos Paços do Concelho. Em memória desta recomposição, mandou a Câmara escrever com letras a óleo no frontispício da fonte o ano de 1868.

5. - Fiz atrás menção da lei de 6 de Junho de 1864 pela qual foi criado o cofre municipal de viação e neste ano começou a Câmara a gastar aquele dinheiro inaugurando a estrada nova para S. Romão. Antes porém que mencione este facto, julgo prudente dar algumas explicações necessárias.

O Governo central mandou classificar as estradas em três ordens, sendo pertencentes à 1ª as estradas Reais ou em direcção a Lisboa; à 2ª as distritais que ligam os concelhos com as capitais de distrito; e à 3ª as municipais que devem ligar as aldeias com as cabeças de concelho. Todas estas estradas, feitas ou por fazer, foram numeradas para sua melhor designação e formaram-se mapas do Reino com o trajecto das mesmas estradas. Porém, com o tempo ou por quaisquer circunstâncias tem-se alterado aquela rede primitiva, mudando-se não só a direcção das vias, senão também a sua classe de 3ª para 2ª ordem, de 2ª para 3ª ou 1ª, etc.

A estrada de Vila Viçosa para Borba, que é Real, já estava feita, como disse. A de Bencatel foi classificada como distrital, devendo entroncar à ponte do Lucefeci com a do nº 104 que há-de ligar Evora com Elvas por S. Miguel de Machede, Redondo, Alandroal e Juromenha. A do Alandroal, passando por Pardais, foi classificada como distrital com o nº 106, devendo continuar por Terena e Monsaraz até Mourão. Portanto a Câmara, não tendo à sua conta as estradas de Bencatel e Pardais, devia encetar os seus trabalhos na de S. Romão com algum ramal para as Ciladas.

Assim se fez. Em 27 de Julho foi inaugurada a dita via, dando-se - lhe princípio à boca da rua de Cambaia no Rossio e dirigindo-a pela rua de S.Sebastião ou Aldeia de cima. Por conseguinte, houve de construir-se uma nova ponte sobre o ribeiro do Rossio e porque lhe ficava pouco mais abaixo outra correspondente à rua de Três, foi demolida esta, de onde resultou passar a rua de Cambaia a ser mais frequentada pelas gentes de Pardais e S.Romão que até ali costumavam seguir para a Praça pela rua de Três, embora mais estreita. Depois começaram a derrubar o frontispício e parte dos muros da Igreja de S. Sebastião que se projectava algum tanto para a estrada, a fim de que esta pudesse embocar mais desafogadamente por aquela rua. Por idêntica razão foi demolida a casa da guarda que esteve junto da porta das muralhas da vila naquele sítio e que já era propriedade particular. Foi expropriada por utilidade pública e a dona dela recebeu da Câmara o seu valor em dinheiro. Estava esta morada pouco antes da ponte que então se fez fora da Aldeia e nessa mesma ocasião aplanaram-se os escombros da muralha ficando assim desafrontada e com boas vistas a faceira de casas que se projecta para o sul até

à horta de Félix Teixeira.

Como se não pensava já em restaurar a Igreja de S. Sebastião, procedeu a Câmara a fazer extraír os ossos que estavam no carneiro e os que ainda jaziam nas sepulturas da mesma Igreja. Depois de coligidos todos, foram trasladados para o cemitério de S. José em 12 de Agosto pelas seis horas da tarde, assistindo a este acto o Pároco de S. Bartolomeu com o seu sacristão de cruz alçada. Pouco depois demoliram a parede lateral do norte, que ainda estava de pé na sua maior parte, e deixaram somente a do sul porque, tendo encostadas a si duas moradas particulares, não podia nem devia ser derrubada. A capela-mor, que nenhuma ruína padecera, assim como a sacristia, foram da mesma sorte lançadas por terra, restando somente a parede lateral do sul da dita capela-mor por ser contígua a uma varanda ou eirado particular, a cuja dona deu a Câmara licença para o prolongar montando-o também na dita parede. Esta, pois, com o resto da precedentemente nomeada ficará subsistindo para indicar aos vindouros o local preciso da "Igreja do Mártir" que os Calipolenses do século XVI tinham levantado como um baluarte da sua fé contra as invasões da peste e que os do século XIX deixaram de reparar, não lhes sendo isso muito dificultoso. Com quatrocentos mil réis tinha-se feito a obra da reedificação da abóbada e telhado - únicas precisões que ali havia...

Parece-me conveniente dar aqui notícia de como era formado o cofre da viação municipal criado por lei de 6 de Junho de 1864. Devia constar de dinheiro e de prestação de trabalho ou contribuição braçal, sendo obrigados os cidadãos a trabalhar pessoalmente nas estradas, uns mais, outros menos dias em cada ano (temos escravatura?), mas isto ainda se não pôs em execução. O cofre em dinheiro ficou arrecadando: 1º - as coimas e o produto dos afilamentos de pesos e medidas; 2º - a verba de 31:630 réis com que dantes se contribuía para a pensão dos médicos da universidade; 3º - o terço do rendimento dos bens próprios do Concelho que dantes era para o Património Real ou lista civil de El-Rei; 4º - a décima parte de toda a receita restante. Assim, pois, estas verbas ficaram dando anualmente ao dito cofre cerca de um conto de réis que só devem ser empregados na construção das referidas estradas municipais, no conserto das que se vão construindo e na paga dos cantoneiros que velam pela sua boa conservação. Com tais elementos podiam estender-se anualmente novos lanços e apressar-se em pouco tempo a conclusão da rede da viação municipal. Mas resultou daí ficarem as Câmaras dispondo de verbas diminutíssimas para as outras obras públicas e portanto a fama

acusa-as a todas (não só a de Vila Viçosa) de realizarem muitas obras municipais à custa do cofre da viação, figurando aliás nesta ficticiamente as ditas despesas.

Ponho aqui esta observação como percalço aos vindouros que examinarem os documentos oficiais: não julguem que tudo se fez como dizem esses documentos pelo que respeita a reparos de estradas concelheiras.

II

Ano de 1869.

Poucas são as notícias que deste ano registei no meu canhenho particular de lembranças e reduzem-se unicamente a obras públicas - sinal certo de que ele não abundou em acontecimentos de nota.

Continuou-se a estrada municipal de S. Romão levando-a pelo outeiro da Boavista até ao vale do Morgadinho onde teve de formar-se nova ponte e daí foi-se prolongando até à quinta das Casas Altas onde parou por muitos anos, pois a Câmara, reputando mais bem gasto o dinheiro do cofre da viação municipal na estrada de Bencatel, solicitava no Conselho de Distrito a mudança da classificação desta estrada passando a ser municipal em vez de distrital - o que se conseguiu.

As outras obras públicas foram a formação de um adrozinho de mármores do convento de S. Paulo junto do Passo da rua de António Homem, e um reparo na cadeia pública onde foram substituídas algumas vergas de cantaria das janelas indo buscá-las de novo ao dito convento, já então propriedade do Concelho.

CAPITULO CXXXIV

Crónica dos anos de 1870 e 1871.

Vereadores deste biénio. Inauguração da estrada municipal a Mac-Adam para Bencatel. Desmembração da Filarmónica Calipolense em duas, surgindo a Filarmónica Esperança e graves desordens que houve por este motivo. Renovação do frontispício da Igreja Matriz e embelezamento do seu adro. Outras obras públicas em 1870. Frutos precoces do mesmo ano. Decadência da exportação de azeite. Testamento de José Honório. Grande colheita de cereais em 1871. Obras públicas no mesmo ano.

I

Ano de 1870.

1. - Tomaram posse das rédeas da governação municipal neste biénio José de Sousa e Figueiredo, presidente, António Maria Lobo Vidigal Salgado, Joaquim Luís Fernandes, Diogo de Castro e Silva Sottomaior e António da Silva Paracana.

2. - Como disse atrás, obteve a Câmara que a estrada de Bencatel, e daqui ao termo do Redondo na Serra d'Ossa, passasse a ter a classificação de 3ª ordem para poder ser feita pela Câmara. Nisto lucrava-se unicamente a construção da mesma estrada num curto prazo de tempo. As economias para o Concelho eram nenhumas, antes se dispendia o que podia poupar-se mandando o Governador Civil fazer tal obra por conta do cofre da viação distrital, mas esperando por isso tínhamos de esperar muitos anos e a estrada achava-se intransitável. Melhor foi assim. Deixou-se, pois, a estrada de S. Romão e começou-se a de Bencatel inaugurando-se os trabalhos à Fonte Nova em 28 de Abril. Continuou-se com esta obra nos dois anos seguintes e assim vimo-la acabada em 20 de Julho de 1872, isto é, em pouco mais de dois anos. Desde logo os carros do Alandroal e de Pardais passaram a aproveitá-la, posto rodeando não pouco e o mesmo aconteceu com o transporte do correio de Vila Viçosa para o Alandroal quando começou a ser feito em carrão de bancos (char-à-bancs).

Esta estrada mediu três quilómetros até ao fim dos coutos e 1:800 metros

pelas herdades de Bencatel até embocar na rua da Lagoa. Total: 4:800 metros.

Esquecia-me de dizer (mas ainda é tempo) que o Governo central dá um subsídio para a viação municipal, variável segundo o orçamento de cada lanço - orçamento que é feito pelo engenheiro do distrito.

3. - Em Maio deu-se um acontecimento que produziu muitas dissensões, rixas e até ferimentos entre diversas pessoas: foi a desmembração da *Sociedade Filarmónica Calipolense*, cujos sócios, constituídos em dois grupos adversos, se guerrearam mutuamente por si e pelos seus partidários, envolvendo na luta a maior parte da população, como já se tinha visto no Redondo e no Alandroal. Os separatistas formaram uma sociedade nova com o título de *Sociedade Filarmónica Esperança*, mas as denominações oficiais não valeram para o povo que em tais casos costuma usar de nomenclaturas mais a seu sabor. Rebentara naquele meio tempo a guerra franco-prussiana e portanto um sapateiro chamado Joaquim Félix Troca lembrou-se de apelidar *prussianos* os separatistas, a quem era adverso, e de guardar a denominação de *franceses* para os sócios restantes da antiga Filarmónica Calipolense. E não foi desapropriada a designação, posto que naquele tempo ainda ninguém pudesse adivinhar o desenlace da luta que travavam as sobreditas nações-gigantes porquanto em todos os recontros de espancamentos e tiros sempre os *prussianos* levaram a melhor sobre os *franceses*. Felizmente não houve mortes nem ferimentos de gravidade. Contusões houve-as, sim, e grandes.

Com estas desordens criaram-se dois grandes partidos e muitos particulares quiseram ser sócios contribuintes ainda que não tocassem instrumento algum, o que muito serviu para ajudar o custeio das despesas de ambas as sociedades. Obtendo assim cada qual uma boa fonte de receita, habilitaram-se para poderem comprar muitos e novos instrumentos e admitir maior número de instrumentistas, de sorte que chegou cada uma delas a apresentar em público mais de trinta figuras e com bons fardamentos. Por outra parte, a emulação de conseguirem superioridade na execução das suas peças obrigava os sócios instrumentistas a estudar com afinco e assim tornaram-se as duas filarmónicas mais numerosas e hábeis enquanto dissidentes do que o haviam sido enquanto constituíam uma só associação. Esta desarmonia estava já um pouco apaziguada nos fins de 1873 e a Câmara contribuíu para isso convidando-os a tocarem juntos o hino de El-Rei no dia 1º de Dezembro quando El-Rei estava nesta vila, como direi a seu tempo. Ainda hoje continuam separados, mas não hostis. E melhor assim porque no verão há muitas festas na vila e nas suas

vizinhanças onde se empregam ambas as filarmónicas sem detrimento dos interesses de cada qual.

4. - No estio procedeu a Junta de Paróquia da Matriz a reformar o frontispício da Igreja Paroquial, gastando nisso um subsídio de 80$000 réis que recebera do cofre da Bula da Cruzada (restaurada em 1849). Até então era estucado em branco e passou agora a ter a cor da cal hidráulica e listas brancas como se usa em Evora para semelhar uma construção feita com mármores escuros e grosseiros (granito) que não se encontram nas minas do nosso território. Na mesma ocasião começou a Régia Confraria dos Oficiais da Conceição o emparelhamento e regularização do adro à sua custa. Até ali era ladeirento e apenas calçado, tendo no meio duas campas de mármore. Esta obra veio demonstrar mais uma vez a decadência da nossa terra onde presentemente só se edifica destruindo, como já notei atrás. Para assoalhar o adro com mármores, foram-se arrancar os xadrezes azuis e brancos dos passeios cobertos das arcarias do claustro de S. Paulo, e bem assim a magnífica escada principal do mesmo convento cujos alvos degraus serviram não só para se fabricar uma escadaria em forma de trapézio isósceles que dá subida para o mesmo adro, mas também para lhe guarnecer o bordo alteado ou da parte do norte onde foi assente no ano seguinte uma gradaria de ferro. A destruição da dita escada quando o convento de S. Paulo já era da Câmara foi um grande erro, pois far-lhe-á falta no caso de querer nalgum tempo estabelecer ali aulas, biblioteca ou repartições de justiça. Além destes mármores, tiraram-se outros para formar a escada por onde se abre caminho para o cemitério e guarnecer os segmentos que ficaram fora do rectângulo axadrezado. No meio deste dispuseram uma estrela azul com a era de 1870 no centro de uma elipse azul também.

Projectou-se então uma finta voluntária para se comprar todo o quarteirão de casas que estão em frente da Matriz para esta ficar mais vistosa. Porém só Augusto César Falcão da Fonseca, Administrador da Casa de Bragança, comprou um prédio com tal fim. Passado pouco tempo desvaneceu-se a ideia.

5. - As obras públicas efectuadas pela Câmara neste ano, além da continuação da estrada de Bencatel, foram melhorar o matadouro empregando ali cantarias de S. Paulo, fazer um lanço de estrada macadamizada com a sua ponte detrás do cemitério de S. José onde o ribeiro da Portela ou do Rossio embargava muito o livre trânsito e consertar os telhados das capelas de S.Paulo, assim como a sacristia comum do Rosário de S. Crispim que dizem para o Rossio.

6. - Na minha vida não houve ainda frutos outoniços mais precoces do que os deste ano: amaduraram três semanas mais cedo do que nas colheitas mais temporãs dos outros antecedentes e subsequentes. Principiámos as vindimas a 7 de Setembro quando se não costuma fazê-lo senão depois do dia de S. Mateus e às vezes de S. Miguel e S. Francisco e as uvas estavam já tão sasonadas que os vinhos saíram geralmente doces.

Com a azeitona sucedeu outro tanto. No fim de Setembro havia debaixo das oliveiras azeitona preta aproveitável, de sorte que Manuel Pereira Anão, em Bencatel, estreou a sua lagareta da Azenha do Conde espremendo em 11 de Outubro uma moedura de 15 fangas de que extraíu 16 alqueires de azeite e assim, apenas entrou o mês de Novembro, começou-se com o apanho geral.

7. - Mas infelizmente começou no mesmo ano a diminuir a procura de azeite para exportação e por conseguinte a baixar o seu preço que foi apenas de 1:000 a 1:050 réis cada alqueire quando no ano anterior chegara a render 1:680 réis e em 1867 1$800 e 2$000 réis no lagar. Vendo isto os proprietários mais abastados sustaram a venda, mas debalde porque tiveram de vendê-lo ao cabo de dois anos por igual preço de mil réis!

A razão desta baixa, que tanto nos prejudicou, era o uso do petróleo dos Estados Unidos que já se generalizava para luzes chegando até a usar-se pelas nossas aldeias. É assim que os Governos Centrais alteram as condições económicas dos povos engodando-se com os direitos de importação e esquecendo aliás os contos de réis que nos levam os estrangeiros (sem precisão, aliás) e que tanta falta fazem no país. Depois da adopção do gás para a iluminação pública das grandes cidades, veio o petróleo para todas as mais iluminações de vilas e algumas cidades e principalmente para iluminação de salas e repartições públicas e por fim fala-se já em adoptar a recente descoberta da luz eléctrica... Vila Viçosa, pois, que presentemente achava nas oliveiras a mais lucrativa agricultura começou a padecer com a falta de exportação do seu azeite e por isso mesmo passou a decaír o valor venal dos olivais que tão subido estava agora, reputando-se cada árvore de 1:000 a 2$400 réis conforme a sua corpulência e fertilidade.

8. - A 5 de Maio faleceu o professor régio de Latim José Honório de Pádua Cardoso, já viúvo e sem filhos nem parentes em Vila Viçosa, para onde viera no ano de 1824. Como possuísse alguns bens da fortuna e não tivesse fundas relações de amizade com qualquer, determinou em testamento (depois de alguns pequenos legados e esmolas) que se vendessem os prédios precisos para se arranjarem três contos de réis, os quais se gastariam em vestir 300 pobres,

sendo 150 varões e outras tantas fêmeas, repartindo-se ainda pelos mesmos pobres os excedentes dos três contos em dinheiro se os houvesse. Aos homens destinou camisa de pano cru, sapatos fortes, calça, colete e véstia de saragoça e chapéu de feltro. As mulheres mandou que se desse uma saia de lã, roupinha de chita, lenço para a cabeça e um meio xaile de algodão ou lã e sapatos fortes, sendo feito por mulheres e não por homens todo o vestuário. Viu-se logo que os três contos chegavam bem e até sobravam muito, razão por que as mulheres tiveram um xaile inteiro de lã. Mas quando o receberam? Ao cabo de onze anos! A ambição dos herdeiros dos remanescentes, ou antes seu pai e curador, opôs-se quanto possível à execução deste legado e tê-lo-iam perdido os pobres se não fôra testamenteiro um homem tão poderoso e activo como José de Sousa e Figueiredo que recorreu da sentença do Juiz de Direito de Estremoz para a Relação de Lisboa e teve de lutar bastante com os herdeiros para lhe aprontarem os três contos de réis. Ao escrever estas linhas ainda os pobres estão à espera do resto do dinheiro que só parcialmente receberam, como individualizarei noutro lugar mais próprio.

II

Ano de 1871.

1. - Assinalou-se este ano por uma copiosa colheita de cereais, tão copiosa que houve quem afirmasse exceder as dos últimos trinta anos. Os lavradores do termo, que não costumam recolher mais do que 5 ou 6 sementes por uma, obtiveram neste ano 8, 10 e 12 e os seareiros, cultivadores de terras mansas, que costumam produzir de 10 a 12, recolheram 15, 18 e 20 sementes, coisa muito rara nas nossas terras e aliás ordinária nos pingues solos da Estremadura Castelhana. A razão desta boa colheita foi terem-se feito bem as sementeiras e por conseguinte nascerem a maior parte dos grãos lançados à terra suficientemente húmida, sobrevirem depois chuvas brandas e bem intervaladas e, por último, um *Maio pardo e ventoso* que, segundo o rifão português, *faz o ano formoso*, permitindo que as gradas se operassem lentamente. Sementeiras temporãs e serôdias, tudo sortiu bom resultado.

Ora, como o Governo Central, adoptando o *livre câmbio* ou liberdade de comércio com os estrangeiros abriu os nossos portos (aí por 1865) aos seus cereais permanentemente, isto é, quer haja no país falta deles quer não por-

que o seu fim não é proporcionar fartura ao povo, mas sim arrecadar nas alfândegas os direitos de importação, o resultado foi baixar o trigo muito do preço de 600 réis o alqueire, que era então o seu preço mais comum, e assim proporcionalmente o dos outros cereais. Chegou, portanto, a vender-se trigo na época da colheita por 340 e 360 réis e só depois subiu a 400 e 440 por começar a haver exportação para Setúbal, Alcácer e Lisboa em razão de ser o trigo nacional mais barato do que o estrangeiro. Somente o tremês ribeiro se vendeu a mais de 500 réis por ser procurado com preferência para massas.

Esta permissão constante da entrada de cereais estrangeiros é outra das causas de decadência da riqueza da nossa terra. Sem tal permissão, entram sempre os cereais espanhóis pelos portos do Guadiana e vêm dali já moídos em farinha a título de produtos nacionais que para lá deviam ser transportados, mas não o são: e agora com esta franquia começaram os almocreves a obter guias das alfândegas com o prazo de três dias durante os quais, em vez de uma jornada, fazem duas e transportam o dobro dos cereais de que pagaram direitos. Por conseguinte, nem os nossos cultivadores, nem o tesouro nacional medram com tal abertura permanente dos portos secos e molhados.

Disto resultou a Vila Viçosa mais o seguinte detrimento que foi ter de se transferir para Juromenha a sua Delegação aduaneira (como direi a seu tempo). E, não bastando ainda isso para obstar à progressiva introdução de contrabando, teve a dita Delegação de criar nos fins de 1881 uma caseta ou posto fiscal junto ao moinho da Abóbada para ali ser visto o trigo nacional antes de moído, o que nem sempre conseguem os guarda-barreiras visto ser tão fácil a passagem do rio e ter este moinhos por ambas as margens.

2. - Neste mesmo ano se fez um grande rebaixe ou desaterro no alto do Colégio desde a frente da rua de Santa Luzia até ao alto da Praça, de onde resultou ficar muito alta a porta lateral da dita Igreja de Santa Luzia e ter de rebaixá-la também o seu padroeiro Tomé de Sousa. No Carrascal foram construídos grandes cadeirões ao longo da estrada nova de Bencatel, cujo trajecto entre a Fonte Nova e o Alto do Colégio se fez agora, ficando mais estreito que a avenida antiga talhada em 1806 pelo Marquês de Alorna e por isso mesmo puseram-lhe em redor dois renques de árvores de cada parte. Os ditos cadeirões foram fabricados em frente da fonte do "Ladrão" ou casa-mãe do seu aqueduto e junto da Biquinha. Fizeram a esta um terreiro calçado e ladeado por dois cadeirões tapando no fundo mais dois arcos do aqueduto e em frente do Ladrão construíu-se um pequeno lavadouro de roupa que serve quando há abundância de água e o dito Ladrão despeja a que sobra de abastecer a fonte

do Carrascal. Todas estas obras ficaram bem acabadas porque o claustro de S. Paulo, *a grande mina* como lhe chamava o Administrador do Concelho Manuel de Castro, forneceu mármores para serem guarnecidas com primor.

Calçou-se a rua das Cortes, a travessa do Valderrama, a travessa do Forno, o terreiro do Patacão e parte da rua da Praça (velha). Foi feita de novo no Rossio a ponte fronteira à rua de António Homem e demolida a que tinha dois arcos e ficava junto à muralha antiga entre as ruas de Frei Manuel e de Fora. Todas as restantes foram reparadas e guarnecidas com cantarias do claustro de S. Paulo.

Por consequência, o ribeiro do Rossio, a que nossos avós chamavam por chulice o *rio das sete pontes* e que nós apenas conhecemos com seis por lhe faltar a sétima junto à horta do Alberto, ficou tendo cinco somente: a 1ª em direcção do Carrascal; a 2ª em frente da rua de Frei Manuel; a 3ª correspondente à rua de António Homem; a 4ª na estrada de S. Romão; e a 5ª pouco acima da Aldeia de baixo. Isto, porém, fazendo a contagem como a faziam os antigos que era dentro do Rossio. Se contarmos ainda a ponte nova detrás do cemitério de S. José e o pontão da estrada de Bencatel junto à Fonte Nova, aí temos outra vez o nosso rio com sete pontes.

A que está no Terreiro de Santo Agostinho sobre um regato de águas pluviais também foi reformada no ano seguinte, ou com pouca diferença.

ÍNDICE
DAS
MATÉRIAS CONTIDAS NESTE DÉCIMO OITAVO FASCÍCULO

****

CAPÍTULO CXXVI - Festa gratulatória na Matriz pela definição do dogma da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Outras que se fizeram na vila e seu termo 7

CAPÍTULO CXXVII - Crónica dos anos de 1856 e 1857. Vereadores deste biénio. Inundações. Cinzento. Construção do novo lago do Terreiro de Santo Agostinho e do novo chafariz do Terreiro da Fonte Grande. Cólera morbus. Imposto municipal. Carestia de cereais em 1857. Restauração da Filarmónica Calipolense 38

CAPÍTULO CXXVIII - Crónica dos anos de 1858 e 1859. Vereadores deste biénio. Desabamento da Igreja de S. Sebastião e outras notícias correlativas. Reedificação da Igreja de Santa Luzia. Tremor de terra de 1858 e seus efeitos nesta vila. Uma causa eclesiástica ventilada no foro civil. Introdução dos veículos na almocrevaria. Exéquias pela Rainha D. Estefânia. 43

CAPÍTULO CXXIX - Crónica dos anos de 1860 e 1861. Vereadores deste biénio. Introdução obrigatória das novas medidas lineares. Secretaria da Câmara. Primeira visita de El-Rei D. Pedro V à nossa vila. Donativo do mesmo à Misericórdia. Segunda visita do mesmo Rei. Estabelecimento do telégrafo eléctrico. Conserto da Igreja de Santo Agostinho. Terceira visita do mesmo Rei, sua morte e exéquias 49

CAPÍTULO CXXX - Crónica dos anos de 1862 e 1863. Vereadores deste biénio. Inauguração da escola de ensino primário em Bencatel. Restituição da Capela Real à sua própria casa. Comemoração festiva do casamento de El-Rei D. Luís I. Melhoramento da Freguesia de S. Romão. Grande colheita de azeitona. Fundação da sociedade artística de recreio. Colocação das

Repartições da Administração do Concelho e da Fazenda dos Paços Municipais. Obras no Colégio. Situação financeira do cofre municipal 65

CAPÍTULO CXXXI - Crónica dos anos de 1864 e 1865. Vereadores deste biénio. Continuação das obras do Colégio; abandono e profanação da Igreja de S. Paulo. Eleições para deputado em 1864. Obras públicas no mesmo ano. Trasladação da Freguesia de S. Bartolomeu para o Colégio. Supressão do cargo de rendeiro do campo e restabelecimento de guardas rurais. Comissão dos olivais. Imposto de terrado sobre os gados nas três feiras. Tumultos na feira de Agosto. Imposto sobre os carros. Melhoramentos públicos em 1865. Carro de limpeza e bancas no mercado. Ameaças de cólera morbus; festa deprecatória dos trabalhadores; festa e procissão gratulatória da Ordem Terceira. Conservatória. Decreto para admissão permanente de cereais estrangeiros 73

CAPÍTULO CXXXII - Crónica dos anos de 1866 e 1867. Vereadores deste biénio. Obras públicas em 1866. Extinção do Convento da Esperança, sua causa próxima e destino dos edifícios do mesmo Convento. Morte de D. Miguel I e sufrágios que se lhe fizeram nesta vila. Chuvas abundantes no mesmo ano. Primeira visita de El-Rei D. Luís I a Vila Viçosa. Estrada na Tapada Real. Melhoramentos no palácio. Concessão do Convento e cerca de S. Paulo à Câmara. Festas de arraial ao Senhor Jesus da Piedade no Convento dos Capuchos e obras na adro do mesmo. Obras públicas em 1867. Carestia de pão 87

CAPÍTULO CXXXIII - Crónica dos anos de 1868 e 1869. Vereadores deste biénio. Segunda visita de El-Rei D. Luís a Vila Viçosa. Promulgação do Código Civil e seus primeiros efeitos maus. Obras municipais. Restauração do chafariz e bicas da Fonte do Alandroal. Inauguração da estrada municipal de S.Romão. Demolição dos restos da Igreja de S. Sebastião 99

CAPÍTULO CXXXIV - Crónica dos anos de 1870 e 1871. Vereadores deste biénio. Inauguração da estrada municipal a Mac-Adam

para Bencatel. Desmembração da Filarmónica Calipolense em duas, surgindo a Filarmónica Esperança e graves desordens que houve por este motivo. Renovação do frontispício da Igreja Matriz e embelezamento do seu adro. Outras obras públicas em 1870. Frutos precoces do mesmo ano. Decadência da exportação de azeite. Testamento de José Honório. Grande colheita de cereais em 1871. Obras públicas no mesmo ano 104

O PRÓXIMO FASCÍCULO SAIRÁ EM SETEMBRO

IMPRESSO POR GRÁFICA CALIPOLENSE
VILA VIÇOSA
TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

AGOSTO 1984

MEMÓRIAS
de
VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia elaborada no século XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.